



DOSSIÊ

A ÁFRICA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO PÓS-HEGEMÔNICO

revista **DEBATES**

Revista de Ciência Política | Volume **19** | Número **2** | **Maio • Agosto, 2025**
ISSN ELETRÔNICO 1982-5269

ISSN ELETRÔNICO: 1982-5269
ISSN IMPRESSO (ATÉ 2018): 2236-479X

 DEBATES
REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

<https://seer.ufrgs.br/debates>
revistadebates@ufrgs.br

REVISTA DEBATES

ISSN 1982-5229 Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas / Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

Ano 19, n 2, maio/set 2025, Porto Alegre, NUPESAL/UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitora: Marcia Barbosa

Vice-Reitor: Pedro Costa

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Coordenador: Rodrigo Stumpf González

Coordenadora-Substituta: Silvana Krause

NUPESAL

Coordenador: Marcello Baquero

Editor

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Editor Emérito

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Editora Assistente

Jennifer Azambuja de Moraes, UFRGS, Brasil

Comissão Editorial Executiva

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Henrique Carlos de Oliveira de Castro, UFRGS

Conselho Editorial

Aaron Schneider, University of Denver, Estados Unidos da América

Adriana Chiroleu, Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

Adriano Codato, UFPR, Brasil

Alfredo Ramos Jiménez, Universidad de Los Andes, Venezuela

Arnaud Sales, Université de Montréal, Canadá

Asimina Christoforou, Athens University of Economics and Business Grécia
Benjamin Goldfrank, Seton Hall University, Estados Unidos da América

Carlos Mello Moyano, IMUR, Uruguai

Eduardo Vizer, Universidad de Buenos Aires

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

José Álvaro Moisés, USP, Brasil

Julian Borba, UFSC, Brasil

Luca Andriani, Birkbeck University of London

Manuel Alcántara, Universidad de Salamanca, Espanha

Maria Tereza Sirvent, Universidade de Buenos Aires, Argentina Mario Fuks,

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil Miguel Angel López Varas,

Universidad de Chile, Chile

Patricio Valdivieso, Universidad de los Lagos, Chile

Rafael Antônio Duarte Villa, USP, Brasil

Rosana Katia Nazzari, UNIOESTE, Brasil

Vicente Palermo, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Secretaria executiva: Alexsander Dugno Chiodi e Felipe Silva Milanezi

Equipe Técnica: Talissa Barcelos Rosário

www.seer.ufrgs.br/debates revistadebates@ufrgs.br

NUPESAL | PPG Ciência Política | UFRGS

E-mail: revistadebates@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / Triannual publication

© 2025, NUPESAL/UFRGS

revista **DEBATES**
REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

<https://seer.ufrgs.br/debates>
revistadebates@ufrgs.br



Núcleo de Pesquisa sobre América Latina / UFRGS

Versão digital disponível em:

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/debates>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

Indexadores:

Latindex

Sumarios de Revistas Brasileiras

DOAJ - Directory of Open Access Journals

Worldwide Political Science Abstracts

Google Academic

Diadorim

LatinRev

Oasisbr

LA Referencia

RCAAP

Apoio:



DEBATES de NUPESAL | UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/debates.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/debates. 2025, NUPESAL | UFRGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

7

DOSSIÊ

A África, da globalização à multipolaridade instável

Africa, from globalization to unstable multipolarity

Paulo Fagundes Visentini

12

Transição Hegemônica e Segurança Africana: Cinco Lições dos Estudos de Segurança Pós coloniais

*Hegemonic transition and African security:
five lessons from postcolonial security studies*

Igor Castellano da Silva

21

A Rússia como parceira da África e a estratégia afro-eurasiana

Russia as a partner of africa and the afro-urasian strategy

Analúcia Danilevicz Pereira

41

Sistemas de crises e de conflitos no Sahel Central: uma análise multidimensional e multiescalar

*Crisis and conflict systems in the Central Sahel:
a multidimensional and multi-scalar analysis*

Frédéric Monié

56

Governança multinível, media e desenvolvimento em África Ocidental: paradigmas em (des)convergência?

*Multilevel Governance, Media and Development in West Africa:
Paradigms in (non) convergence?*

Vlademiro Furtado

77

ARTIGOS LIVRES

Empresas e direitos humanos em tempos de extrema direita: soberania, impunidade e o desmonte da governança global

*Business and human rights in times of the far right:
sovereignty, impunity, and the dismantling*

Rafael de Lima Kurschner

98

Evangelismo não-bolsonarista: análise do perfil socioeconômico dos eleitores evangélicos que rejeitaram Bolsonaro nas eleições de 2022

*Non-Bolsonarist evangelism: analysis of the socioeconomic
profile of evangelical voters who rejected Bolsonaro in the 2022 elections*

Emerson Urizzi Cervi | Naiara Sandi de Almeida Alcantara

118

Perspectivas para a inclusão da dimensão da espiritualidade em políticas de saúde no contexto de pacientes com câncer de mama no Brasil

Perspectives for including the dimension of spirituality in health policies in the context of patients with breast cancer in Brazil

Maira Caleffi | Alexandre Ben Rodrigues

Mely Paula Cimadevila Paredes | Gabriele Luise Neves Alves

Erica Ana Hobold | Gabriel Luz Johnson Instituto

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ TEMÁTICO

REVISTA DEBATES

Organizadora:

Analúcia Danilevich Pereira

O encerramento da ordem bipolar da Guerra Fria foi sucedido por um conjunto de crises internacionais sobrepostas e multifacetadas cujo epicentro estamos observando três décadas depois. A crise atual é bastante peculiar, principalmente pela simultaneidade de vários eventos que convergem em direção aos conflitos e às guerras – profunda crise econômica (intensificada com a pandemia); progressivo desgaste de sistemas, regimes e organizações políticas internacionais; desgaste do Ocidente como centro hegemônico; rápida diminuição da estabilidade política e estratégica internacional. A multipolaridade que se desenha ainda é instável. Entretanto, rapidamente, novos alinhamentos têm se configurado revelando uma nova balança de poder internacional.

A África não é mais apenas um espaço de fornecimento de matérias-primas. O crescimento econômico do continente ampliou o seu papel na economia global. A economia africana passou a ser um componente cada vez mais orgânico e significativo para a economia mundial, ligado à sua dinâmica, mas também ao progresso científico e tecnológico. O continente africano, cada vez mais, figura na discussão de importantes países e organizações devido à sua crescente importância nos assuntos globais. Há a expectativa, segundo a ONU, de que mais da metade do crescimento populacional mundial até 2050 ocorra nesse continente. Esse fato abrirá novas possibilidades de mercado e trabalho ao lado dos recursos que há muito atraem interesse internacional, conduzindo a desafios humanitários e de desenvolvimento.

As mudanças de caráter sistêmico na posição do continente africano, como espaço geopolítico e geoeconômico, seguiram-se ao desenvolvimento das parcerias africanas nos marcos da Cooperação Sul-Sul e Sul-Leste, paralelamente ao esvaziamento gradativo do monopólio político e econômico de cinco séculos do Ocidente. Todavia, coube aos chamados países “emergentes” identificarem as mudanças e impulsionar um novo padrão de relações internacionais. O Brasil retomou de forma rápida e intensa a política africana no início dos anos 2000, mas dadas as peculiaridades da política brasileira, esse projeto não foi sustentável nos governos seguintes. Já a Rússia, com menos visibilidade e mais firmeza, discreta e progressivamente, retomou e consolidou a política africana e, hoje, é um parceiro estratégico para os Estados africanos. China e Índia mantiveram padrões estáveis de relações com a África, embora com características particulares. Entretanto, a posição e as condições de desenvolvimento dos países africanos ainda serão condicionadas pelo nível de consciência das mudanças internacionais em curso e por um comportamento mais assertivo no controle e na utilização dos seus recursos de poder.

Com o propósito de analisar o papel da África na construção de um mundo pós-hegemônico, articulado às grandes questões de Segurança e Defesa no continente, este dossiê apresenta os resultados dos debates ocorridos, em março de 2025, no II

Seminário Internacional do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (Cebrafrica), da UFRGS, em parceria com o Pôle de Recherche sur l'Afrique et le Monde Émergent (Prame), da Universidade de Montreal. Paralelamente, ocorreram o I Seminário Internacional Pró-Defesa V (Capes) e o Seminário Internacional de Ciência Política (PPGCP), no qual se discutiu a produção acadêmica dos estudantes africanos em Ciência Política no Brasil e sua contribuição para aprofundar a análise da África contemporânea. O evento, além de fomentar o intercâmbio científico entre pesquisadores nacionais e internacionais, atuou no sentido de fortalecer as redes de cooperação acadêmica.

Os artigos que compõem este dossiê exploram diversos eixos analíticos. Paulo Fagundes Visentini, em “A África, da globalização à multipolaridade instável”, analisa a transição africana, no plano internacional, da inserção na globalização neoliberal ao protagonismo na multipolaridade instável. Destaca que, apesar das dificuldades impostas pela globalização neoliberal, ela permitiu que a África lograsse uma maior inserção econômica internacional. E que a emergência da multipolaridade (instável), gerada a partir Guerra Russo-Ucraniana, acrescentou um componente político de maior protagonismo às nações do continente africano, que desponta como espaço geopolítico de crescente relevância.

Já Igor Castellano da Silva, cuja análise enfatiza a segurança africana no atual cenário de transição hegemônica global, destaca a necessidade de atenção renovada à capacidade estatal, à estrutura militar e aos paradigmas de segurança nacional. Em “Hegemonic transition and African security: Five lessons from postcolonial security studies”, o autor defende parcerias estratégicas que priorizem a autonomia, o fortalecimento institucional e a inclusão social como essenciais para a segurança sustentável no continente, em um mundo pós-colonial.

No que concerne às parcerias estratégicas, no artigo “A Rússia como parceira da África e a estratégia afro-eurasiana”, de minha autoria, sustento que a crescente interação russa com os países africanos em diferentes níveis faz parte da estratégia de construção de uma nova arquitetura mundial a partir de uma visão ampla de reordenamento da ordem política e econômica internacional. Para tanto, a estabilização política e econômica da África é elemento basilar para a posição da Rússia em uma ordem multipolar. Embora as relações com o seu entorno sejam cruciais, pois revelam a possibilidade de diminuir substancialmente a capacidade de outra potência exercer influência no coração da Eurásia, os russos têm ampliado seu espectro de atuação internacional em uma perspectiva estratégica.

Frédéric Monié trata de uma região vulnerável, porém estratégica no continente africano. No estudo intitulado “Sistemas de crises e de conflitos no Sahel Central: uma análise multidimensional e multiescalar”, o autor aborda a degradação da situação securitária em Mali, Burkina Faso e Níger, desde 2010. Para Monié, insurgências jihadistas e separatistas, violências intercomunitárias, criminalidade,

brutalidade das forças armadas, golpes de Estado e violações dos direitos humanos participam de complexos conflituais que justificam uma abordagem multidimensional e multiescalar. Nesse sentido, o autor analisa como sistemas de crises, complexos e evolutivos, dão origem a sistemas de conflitos que se regionalizam, formando estruturas espaciais reticulares transnacionais.

E ainda, Vlademiro Furtado, no artigo “Governança multinível, media e desenvolvimento em África Ocidental: Paradigmas em (des)convergência?”, discute, em perspectiva histórica, o conceito de desenvolvimento e as relações estabelecidas com a comunicação social e a governança desde as independências africanas até século XXI. Segundo o autor, embora os conceitos de desenvolvimento, mídia e governança multinível sejam fenômenos abordados por teorias formuladas em nível mundial, eles não deixam de assumir especificidades e características próprias quando se quer aplicá-los ao caso africano.

Este número da Revista Debates apresenta, também, três artigos livres. Rafael de Lima Kurschner analisa os impactos da ascensão da extrema direita sobre a governança global dos direitos humanos, com ênfase na agenda de empresas e direitos humanos. Em “Empresas e direitos humanos em tempos de extrema direita: Soberania, impunidade e o desmonte da governança global”, o autor busca compreender como a convergência entre autoritarismo, neoliberalismo e retórica soberanista tem deslegitimado normas internacionais e dificultado a responsabilização de corporações transnacionais.

No artigo intitulado “Evangelismo não bolsonarista: Análise do perfil socioeconômico dos eleitores evangélicos que rejeitaram Bolsonaro nas eleições de 2022”, Emerson Cervi e Naiara Sandi de Almeida Alcantara avaliam o perfil dos evangélicos que não votaram em Bolsonaro na última eleição, diferenciando-os dos que escolheram outro candidato e os que rejeitam Bolsonaro. Segundo os autores, a análise mostrou que os evangélicos de menor renda foram os que menos apoiaram Bolsonaro, enquanto os protestantes tradicionais e pentecostais, geralmente de maior renda, representam o grupo que garantiu maior apoio ao candidato.

Por fim, Maira Caleffi, Alexandre Ben Rodrigues, Mely Paula Cimadevila Paredes, Gabriele Luise Neves Alves, Erica Ana Hobold e Gabriel Luz Johnson oferecem o estudo “Perspectivas para a inclusão da dimensão da espiritualidade em políticas de saúde no contexto de pacientes com câncer de mama no Brasil”. Os autores discutem a inclusão da espiritualidade em políticas de saúde no contexto de pacientes com câncer de mama no Brasil. O trabalho apresenta dados quantitativos que indicam uma percepção positiva relativa à abordagem da espiritualidade no enfrentamento da doença. O estudo destaca, ainda, a importância de integrar cuidados espirituais nas práticas de tratamento de câncer de mama e políticas de saúde relacionadas ao tema.

Considerando o contexto de tensões e realinhamentos internacionais que marcam a atual crise internacional, os trabalhos apresentados neste dossiê avaliam como os países africanos têm atuado diretamente na construção de um mundo multipolar. A multipolaridade ainda é instável, e estes níveis de instabilidade afetam diretamente a possibilidade de retomada dos projetos nacionais de desenvolvimento no Sul. Entretanto, é progressivo o movimento de tomada de consciência política em torno da nova realidade internacional.

DOSSIÊ

A ÁFRICA, DA GLOBALIZAÇÃO À MULTIPOLARIDADE INSTÁVEL

*AFRICA, FROM GLOBALIZATION
TO UNSTABLE MULTIPOLARITY*

Paulo Fagundes Visentini* 

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Porto Alegre/RS, Brasil.

E-mail: paulovi.ufrgs@gmail.com.

RESUMO

O artigo analisa a transição africana, no plano internacional, da inserção na globalização neoliberal ao protagonismo na Multipolaridade Instável. Destaca que, apesar das dificuldades impostas pela globalização neoliberal, ela permitiu que a África lograsse uma maior inserção econômica internacional. E que a emergência da Multipolaridade (Instável), gerada a partir Guerra Russo-Ucraniana, acrescentasse um componente político de maior espaço de protagonismo às nações do continente africano, que desponta como espaço geopolítico de crescente relevância.

Palavras-chave: Globalização na África; África na Multipolaridade; Relações Internacionais na África

ABSTRACT

The article analyzes the African transition in the international dimension, from the insertion in the neoliberal globalization till its protagonism in the Unstable Multipolarity. It shows that despite the difficulties imposed by the neoliberal globalization; the process allowed a greater economic insertion for Africa. The rise of Multipolarity (Unstable), produced by the Russian-Ukrainian War, added a political component, namely, a larger space for the nations of the African continent, which emerges as a geopolitical space of growing relevance.

Keywords: Globalization in Africa; Africa in Multipolarity; International Relations in Africa

INTRODUÇÃO

A grande maioria dos países da África obteve a independência na passagem da década de 1950 para a de 1960. Essas poucas décadas, contudo, foram marcadas por numerosos acontecimentos, com seus golpes de Estado, conflitos internos e externos, projetos políticos frustrados, bloqueio do desenvolvimento socioeconômico e múltiplas intervenções das grandes potências, particularmente das antigas metrópoles. Essa evolução histórica tem, por outro lado, sido marcada também por guinadas espetaculares, além de contrariar determinadas tendências previamente anunciadas.

Na esteira do fracasso de vários modelos impostos a partir de fora, bem como de tentativas de traçar uma via totalmente original, o chamado continente negro vai produzindo, não sem dificuldades, uma síntese rumo ao desenvolvimento. Trata-se da retomada de uma evolução histórica local, distorcida pelo tráfico escravo, pela dominação colonialista direta e pelo neocolonialismo, vinculada agora às grandes transformações universais. Assim, depois da “década perdida” do desenvolvimento, de conflitos caricaturizados pelos meios de comunicação e da marginalização inicial dentro da reorganização mundial que acompanha a globalização, a África vai se reafirmando na cena internacional. Especialmente quando o neoliberalismo globalizado vai cedendo lugar à multipolaridade instável.

A GEOPOLÍTICA AFRICANA E AS FASES DA HISTÓRIA AFRICANA

Considerando a realidade africana contemporânea em suas múltiplas dimensões, o continente pode ser dividido em três subsistemas geopolíticos, definidos mais por suas interações políticas (competitivas e cooperativas) desde as independências, do que pela herança cultural ou fluxo de comércio regional. O primeiro subsistema é o transaariano, que engloba os Estados árabes do Mediterrâneo, os do Sahel (faixa sul do deserto do Saara), os do Golfo da Guiné e do Chifre da África.

A África Central constitui o segundo subsistema, que se estende dos Camarões ao Quênia, tendo como centro a República Democrática do Congo, incluindo ainda os Estados da região dos lagos. O terceiro subsistema é o da África Austral, que engloba os antigos domínios de colonização inglesa e as ex-colônias portuguesas de Angola e Moçambique. A Tanzânia, situada no leste da África, pode ser considerada um país atuante nos dois últimos subsistemas.

A vida política africana, por sua vez, desenvolveu-se em seis fases bem definidas: 1) a ascensão à independência, 2) a formação de um sistema de Estados africanos, 3) os conflitos da Guerra Fria, 4) a “pacificação” e a marginalização, 5) a reinserção da África do Sul e o conflitivo reordenamento geopolítico da África Central e 6) a reafirmação africana, atualmente em curso.

A primeira delas, que se inicia com as primeiras independências em 1956 e vai até a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, caracterizou-se como um período de turbulência devido às rivalidades e coalizões entre os governos dos novos Estados recém-independentes. Neste processo, a rivalidade principal ocorria entre os países moderados e os militantemente anti-imperialistas, estabelecendo-se, respectivamente, alianças como os grupos de Brazzaville e Casablanca.

A segunda fase se estende de 1963 a 1975, podendo ser subdividida em dois períodos: 1963-70 e 1970-75. No primeiro, o estabelecimento da OUA criou uma certa autoridade capaz de aglutinar os jovens países na configuração de um sistema interafricano, num quadro caracterizado pela busca de inserção internacional e gestão de crises como as do Congo (Zaire), Biafra e Rodésia. No segundo, a solidariedade interafricana cresceu, e o continente logrou certa autonomia na diplomacia mundial devido à atuação dentro do Movimento dos Países Não-Alinhados, à luta pela Nova Ordem Econômica Internacional e uma política anti-Israel, na esteira da crise do petróleo.

A partir de 1975 inicia-se uma terceira fase, que se estende até 1989, caracterizada por violentos conflitos na África Austral, Saara Ocidental e Chifre da África, em meio à crescente intervenção das grandes potências. Nesta fase, a África também sofreu dos efeitos da reorganização da economia mundial, que no continente pautou-se por uma crise profunda, a chamada “década perdida”. No fim dos anos 1980, abre-se uma nova fase, em que o fim da Guerra Fria conduziu à resolução da maior parte dos conflitos regionais herdados da fase anterior, à liberalização dos regimes políticos e à abertura e/ou privatização das economias locais. Contudo, estes fenômenos conduziram à marginalização da África nos assuntos internacionais e à “tribalização” dos conflitos (que eram estratégicos durante a Guerra Fria), enquanto o Apartheid começa a ser desmantelado.

Em 1994, todavia, iniciou-se uma quinta fase, com a ascensão do governo Mandela na Nova África do Sul, as mudanças geopolíticas decorrentes do conflito de Ruanda, Burundi e Zaire (que implicaram a marginalização da supremacia francesa), e o ingresso sul-africano na SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). Esse período é marcado por eventos que parecem apontar em direção à persistência do passado, com uma sensação de inviabilidade, na perspectiva do afro-pessimismo. Todavia, os africanos começavam a definir os novos contornos do continente a partir de uma correlação de forças locais.

A ÁFRICA DO SÉCULO XXI E SEU DESENVOLVIMENTO

Por fim, como resultado da movimentação de forças da fase anterior, em 2002 ocorreu a transformação da OUA em União Africana e o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (Nepad). Tal tendência deu início a uma nova fase,

na qual os rearranjos da política interafricana estavam produzindo a reafirmação do continente nos assuntos internacionais e na busca de novos paradigmas de desenvolvimento. Na mesma conjuntura da penetração norte-americana no continente no contexto da Guerra ao Terrorismo, surgiram Estados contestadores, e a China, a Índia, o Brasil e países árabes se tornaram uma nova presença de peso na África (Abegunrin, 2009)

Assim, no século XXI, o inesperado ciclo de crescimento econômico e a postura mais protagonica na inserção internacional da África, sem dúvida, causaram perplexidade em muitos analistas. Depois do afro-pessimismo dos anos 1980 e 1990, quando o continente africano era considerado um “caso perdido”, ocorre uma nova tendência (Silva, 2012). Mas, apesar de a África ser o continente mais próximo do Brasil, da existência de imensas semelhanças humanas e naturais, de ter havido uma forte interação ao longo da história e de os afrodescendentes constituírem grande parte da nossa população, existe muito desconhecimento de sua história, política e de nossas relações com ela.

A CRESCENTE PRESENÇA NA POLÍTICA MUNDIAL

A África, embora tenha uma população reduzida, pouco mais de 1 bilhão de habitantes (14% da população mundial), ocupa 20% da superfície terrestre (um dos continentes mais extensos), posicionada “no centro do mundo”, se considerarmos os centros civilizacionais e os fluxos entre eles. O continente africano possui 54 Estados independentes, o que representa 27% dos membros das Nações Unidas. Da mesma forma, eles constituem um terço dos Estados-membro do Movimento dos Países Não Alinhados. E o crescimento econômico africano tem tido taxas das mais elevadas do mundo, fato que a imprensa silencia.

A África, ainda que tenha uma baixa densidade demográfica, possui abundantes recursos naturais e uma posição geopolítica que fez dela o centro da corrida imperialista e dos conflitos da Guerra Fria em sua fase final. Hoje, com o acelerado desenvolvimento asiático, a busca por matérias primas e fontes de energia fazem com que o continente seja objeto de intensas disputas.

A Cooperação Sul-Sul com as nações emergentes (China, Brasil, Índia, Rússia, nações árabes, entre outras) permite desenvolvimento socioeconômico ao continente, bem como certa autonomia política. Todavia, as potências do Hemisfério Norte não cederam espaço passivamente: os Estados Unidos recriaram a IV Frota e o Comando África (Africom), promovendo grande ingerência no continente desde a Primavera Árabe (Schmidt, 2013, 2018).

Os EUA, seja sob o pretexto de estender sua rede de “combate ao terrorismo” ou de

se contrapor à projeção francesa/europeia e à expansão da presença chinesa, tem procurado estar mais presente no continente africano. Esse processo teve início durante o segundo mandato do presidente George W. Bush, com enfoque basicamente de segurança. Com a ascensão do governo Barack Obama, a África passou a ganhar um maior espaço na agenda externa americana, mas o predomínio do setor militar e as dificuldades econômicas decorrentes da crise financeira deixaram à nova administração da Casa Branca, inicialmente, pouca margem de manobra. Assim, a agenda securitária (treinamento e estabelecimento de bases militares) continuou.

Em 2008 os Estados Unidos recriaram a IV Frota, que atua no Atlântico Sul, e o comando conhecido como Africom, que tem afirmado a presença militar no continente. Logo após a independência do Sudão do Sul, um precedente muito grave, o Pentágono enviou tropas de combate a este país, ao Quênia e à República Centro-Africana. Note-se que estão sendo descobertas grandes jazidas de petróleo nas duas margens do Atlântico, que interessam muito aos Estados Unidos, porque seu custo é menor e seu transporte mais seguro e barato. O mais importante, contudo, tem sido a militarização do deserto do Saara, considerado por Washington um “espaço terrorista” (Cardoso, 2020; Silverio, 2018).

Isso foi acompanhado por um maior protagonismo francês, que tentava recuperar parte do espaço perdido, primeiro para os Estados Unidos e, depois, para a China e o Brasil. Quando a Primavera Árabe eclodiu, em 2011, a França e a Inglaterra, com a OTAN, aproveitaram para intervir na Líbia, em mais um episódio de Regime Change, que eliminou um apoio financeiro importante ao desenvolvimento africano, que era fornecido por Kadafi. Se somarmos a isso a onda terrorista na Nigéria (outro gigante petrolífero) com o Boko Haram e as pressões contra o governo sul-africano de Jacob Zuma, o quadro se tornava preocupante para os Estados do continente.

Mas há mais de duas décadas a África vem sendo uma das regiões de maior crescimento econômico, ainda que partindo de um nível modesto e tendo de recuperar o custo de diversas guerras. Assim, a região se tornou um polo de disputa internacional, que alguns denominaram de “Nova corrida para a África”. A novidade, contudo, é que a África está deixando de ser apenas “objeto”, para se tornar “sujeito”.

A ÁFRICA, O BRICS E A MULTIPOLARIDADE INSTÁVEL

A proposta teórica da multipolaridade instável se contrapõe à visão liberal de um mundo interdependente e cooperativo, e aproxima-se de leituras voltadas à análise realista crítica, destacando: 1) a aceleração e a volatilidade das relações internacionais; 2) o fenecimento de instituições multilaterais como mantenedoras da ordem mundial; e 3) o uso crescente de *hard power* e *soft power* coercitivo por parte das potências. Trata-se, portanto, de uma *multipolaridade sem estabilidade sistêmica*,

isto é, sem um “concerto de potências” estabilizador. Mas, como sugerido nos Eixos do Poder Mundial (Visentini, 2019), deve-se levar em consideração elementos qualitativos subjacentes, que são elementos negligenciados, os quais orientam a ação não apenas das grandes potências, mas também dos Estados médios e pequenos.

Após 1815, por exemplo, foi o temor à Revolução Social (a “Sexta Potência”, segundo Halliday) que serviu de elemento aglutinador para o Sistema de Equilíbrio das cinco potências europeias, tão diferentes entre si. Hoje, há três outros elementos que exercem uma pressão estratégica sobre os Estados, tornando o processo mais complexo do que uma simples disputa entre potências equivalentes. Eles devem ser integrados aos sugeridos no parágrafo anterior: 4) a acelerada Revolução Tecnológica; 5) a mudança climática, ligada às questões ambiental e energética; e 6) o problema demográfico, com o envelhecimento e declínio populacional no Norte e nas Américas, e o acelerado incremento na África.

A África possui imensos recursos naturais, especialmente minerais estratégicos e energia (petróleo e gás), que se encontram em disputa não apenas por potências do Atlântico Norte, mas também por outros membros do BRICS, como China, Índia e Rússia. Tal competição propicia aos Estados africanos um maior poder de barganha no plano internacional. Além disso, na composição do BRICS, desde 2024, dos 10 membros, três são africanos: África do Sul, Etiópia e Egito. A União Africana, por seu lado, tem tido um protagonismo internacional cada vez mais assertivo. Inicialmente foram as cúpulas com a China, a América do Sul, a Índia, a Rússia, e foram retomadas as reuniões com os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Europeia, entre outros. Em resumo, a África tem sido cortejada pelas grandes potências.

As mudanças ocorridas na geoeconomia mundial, por seu turno, colocaram a África no centro do mundo, com implicações logísticas e, inevitavelmente, militares. Conexões rodoviárias, ferroviárias e energéticas transcontinentais estão sendo construídas. No plano demográfico, o incremento gera tensões, mas, igualmente, oportunidades. No fim do século o continente terá 4,5 bilhões de habitantes, quase a mesma população da Ásia. E, inclusive, seis países com população superior à brasileira, que será bem menor que a atual. A África terá, também, a maior conurbação do mundo, iniciando em Lagos e terminando em Abidjan, com mil quilômetros de extensão e mais de meio bilhão de habitantes. E, com os fluxos migratórios em direção aos países do Norte, às cinco regiões constitutivas da África, está se formando uma sexta, a diáspora.

Devido ao fato de se haver intensificado a urbanização e a educação, as conectividades físicas e de comunicação eletrônica têm aumentado, particularmente entre os jovens. Assim, mesmo a diáspora tem participado da vida política e cultural africana. E o movimento entre as potências, desde a eclosão da Guerra Russo-Ucraniana, teve enorme impacto na África. A resistência russa às sanções econômicas criou novos laços econômicos entre Moscou e as nações africanas, com o fornecimento de cereais,

petróleo, fertilizantes, entre outros itens. Paralelamente, o fato de a Rússia haver reagido à pressão militar da OTAN serviu de estímulo a movimentos nacionalistas africanos, como os golpes militares com apoio popular e a formação de governos assertivos no Níger, no Mali, em Burkina Faso. Assim, no Sahel, os interesses neocoloniais da França foram assertivamente contestados, inclusive com o pedido de apoio securitário ao Kremlin. Como demonstrou Analúcia Danilevycz Pereira (Visentini; Pereira, 2025), inúmeros projetos estão sendo articulados, e o apoio da maioria dos Estados africanos à Rússia é muito grande (Ramani, 2023).

A questão essencial é que, com a covid-19, a Guerra Russo-Ucraniana e o retorno de Trump ao poder em 2025, o sistema mundial ingressou em uma multipolaridade instável. Ficou claro que o Presidente norte-americano vê o mundo como arena de quatro grandes players: a China, a Rússia, a Índia e os Estados Unidos, como *primus inter pares*, que procura explorar sua vantagem remanescente e a falta de unidade entre os demais. Ao renunciar à noção de hegemonia, Trump contribuiu para que a convergência entre os três grandes BRICS se enfraqueça, pois eles são afetados de forma diferente pela política de tarifas (Visentini, 2025).

Assim, a noção de um sistema regido pelos padrões da globalização liberal, que tende a enquadrar as nações periféricas, deu lugar a um cenário em que os Estados africanos gozam de maior autonomia para estabelecer múltiplas e até simultâneas alianças. A difícil situação em que a Europa se encontra, inclusive, cria um cenário favorável aos africanos, o que é reforçado pelo novo protagonismo independente das prósperas monarquias petrolíferas do Golfo. Ainda que persistam vários conflitos, com ingerência de interesses externos, talvez seja a primeira vez em que a África se encontra em posição de exercer maior protagonismo na política internacional.

SOBRE O AUTOR

Paulo Fagundes Visentini: Professor titular de Relações Internacionais e do PPG em Ciência Política da UFRGS, coordenador do Nerint-UFRGS e pesquisador do CNPq. O presente texto se baseia na Conferência de Abertura proferida no II Seminário Internacional CEBRÁFRICA/PRAME, I Seminário Internacional Pró-Defesa V e Seminário Internacional de Ciência Política.

REFERÊNCIAS

1. ABEGUNRIN, Olayiwola. *Africa in global politics in the twenty-first century*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
2. CARDOSO, Nilton Fernandes. *Segurança regional no Chifre da África: conflitos, atores, agendas e ameaças*. Porto Alegre, RS: Livraria Palmarinca/Cebráfrica-UFRGS, 2020.
3. RAMANI, Samuel. *Russia in Africa: resurgent great power or bellicose pretender?* London: Hurst & Company, 2023.
4. SCHMIDT, Elizabeth. *Foreign intervention in Africa after the Cold War*. Athens: Ohio University Press, 2018.
5. SCHMIDT, Elizabeth. *Foreign intervention in África*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

6. SILVA, Igor Castellano da. *Congo: a guerra mundial africana*. [S. l.]: Leitura XXI/Cebráfrica-UFRGS, 2012.
7. SILVERIO, Yoslán. *África occidental: crisis vs. estabilidade política*. Porto Alegre, RS: Livraria Palmarinca/Cebráfrica-UFRGS, 2018.
8. VISENTINI, Paulo. *A multipolaridade instável: construindo um conceito da transição sistêmica e suas alianças fluídas*. Revista Segurança, Defesa e Desenvolvimento, Brasília, DF, v. 2, n. 1, jan./jun. 2025.
9. VISENTINI, Paulo. Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica. *AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 15, jan./jun. 2019.
10. VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia. *Putin, a OTAN e a guerra na Ucrânia: a ascensão da multipolaridade instável*. Porto Alegre, RS: Leitura XXI/NERINT-UFRGS, 2025.

Submissão em 06 de outubro de 2024

Aceito em 15 de março de 2025

DOSSIÊ

TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA E SEGURANÇA AFRICANA: CINCO LIÇÕES DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÓS COLONIAIS

*HEGEMONIC TRANSITION
AND AFRICAN SECURITY:
FIVE LESSONS FROM
POSTCOLONIAL
SECURITY STUDIES*

Igor Castellano da Silva* 

* Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Economia e Relações Internacionais,
Santa Maria, RS, Brasil.
E-mail: igor.castellano@gmail.com

ABSTRACT

This article reflects on five interrelated lessons concerning war, defence, and state-building in the postcolonial South. Centring on African security, it explores how the current global hegemonic transition demands renewed attention to state capacity, military structure, and national security paradigms. Emphasising the relevance of the regionalized irregular proxy warfare, it critiques dominant liberal approaches and argues for historically grounded, interdisciplinary research. The article calls for strategic partnerships that prioritise autonomy, institutional strengthening, and social inclusion as essential for sustainable security in the postcolonial world.

Keywords: African security; State-building; Regionalized irregular proxy warfare; Hegemonic transition; Postcolonial security studie.

RESUMO

Este artigo reflete sobre cinco lições relacionadas acerca da guerra, da defesa e da construção do Estado no Sul pós-colonial. Com foco na segurança africana, explora como a atual transição hegemônica global exige uma atenção renovada à capacidade estatal, à estrutura militar e aos paradigmas de segurança nacional. Ao enfatizar a relevância das guerras proxy irregulares regionalizadas, critica as abordagens neoliberais dominantes e defende uma pesquisa interdisciplinar ancorada historicamente. O artigo propõe parcerias estratégicas que priorizem a autonomia, o fortalecimento institucional e a inclusão social como elementos essenciais para a segurança no mundo pós-colonial em um cenário de instabilidade global.

Palavras-chave: Segurança africana; Construção do Estado; Guerra proxy irregular regionalizada; Transição Hegemônica; Estudos Pós-coloniais de Segurança.

INTRODUCTION

Twenty years of research on Africa Security have produced some lessons which I would like to organize in order to help understand the current context of hegemonic transition and its impacts to African security and defence. It is becoming increasingly evident that we are approaching a central war; what remains undefined are the alliances and the scenarios in which it will unfold. This is a daunting prospect for a generation—particularly in Brazil—that has only ever heard of a central war as a distant historical or geopolitical event. Perhaps this explains our persistent reluctance to study a phenomenon that has accompanied humanity since its very origins: the large-scale intentional political violence, named war. As much as threats to the security of human needs are significant, the insecurities generated by the threat or occurrence of war are inevitable. These will only be mitigated if we, like the Prussian General Carl Von Clausewitz in the early 19th century, seek to understand the coming war in its complexity through sustained research efforts on past and present warfare. The effort will necessarily be imperfect, but it may serve to reduce the social costs associated with war. The strategist should not ask whether war will happen, but rather when and how.

Bringing this reality to Brazilian defence priorities, such as peace, security and stability of its strategic environment (or surroundings), including the South Atlantic Ocean and Atlantic Africa, any prospect of future warfare needs to be aware of what research has been finding through security, defence and strategic analysis of these regions. In this article, I present five lessons aimed at organising my reflections and share some of the conclusions drawn from years of research on the phenomenon of war in Africa, in light of the growing signs that a hegemonic transition is now underway. This is a reflective essay that offers a synthesis of the most relevant findings from research on African security developed in Brazil, discussed in light of postcolonial perspectives in Security Studies, within the broader context of a global hegemonic transition marked by uncertainty.

The article is structured as follows. The next section offers a brief overview of the current global hegemonic transition and its implications for security analysis. This is followed by five lessons drawn from an evolving postcolonial perspective of security studies. Lesson one examines the role of science and research in the field of strategic, defence, and security studies, mainly to understand the problem of war and state in the postcolonial world, including Africa. Lesson two discusses the importance of the military definition in African armed conflicts. Lesson three focuses on the challenges of the national army formation. Lesson four explores the nature and limitations of defence policies and national security frameworks across African states. Lesson five reflects on the strategic bargaining opportunities that arise for African actors during periods of systemic transition. I conclude by advocating for more grounded,

autonomous and bottom-up approaches to the study of war and security in Africa, from a Brazilian perspective.

THE CURRENT GLOBAL HEGEMONIC TRANSITION

We live in a new international moment in which old and new alliances are being tested to their limits, including in positions regarding warfare. This is fundamentally related to a moment of hegemonic transition. There are many studies describing, measuring, and interpreting hegemonic transitions since the 1970s. Most of them agree, even scholars from both the balance-of-power and power transition traditions, that hegemonic transitions are more violent, at least for the Great Powers, than other periods of international politics (Gilpin, 1981; Kugler; Tams, 2006).

Since the late 1990s, we have known that the United States would become more violent, and paradoxically more expansionist, as it lost relative power. From Georgia to Syria, from Crimea to Ukraine, it became evident that other great powers would respond to this military expansionism with much less tolerance than expected by both doves and hawks (Mearsheimer, 2014). John Mearsheimer is brilliant in his ability to grasp the political-military power of great powers, and the conditions for war among them. However, as non-great powers (and regular people), either by choice or limitation, are unlikely to affect the correlation of forces that will shape the future wars defining multipolarity, I am more interested in what remains for the rest. That includes the possibilities of direct bargaining that may arise, the alliances in which we might become entangled—or disrupt—and the various unpredictable spillovers. Beyond that, studying Mearsheimer is essential for understanding the global context (Mearsheimer, 2023).

But what of the various regional contexts and the transversal axes of international—and intersocietal—relations? Paulo Visentini gives a much broader meaning to the current hegemonic transition by presenting different levels of relations that also incorporate the challenges faced by smaller powers in their regional environments (Visentini, 2022). How will great powers act toward regional powers and their neighbours? How will social forces be constituted and mobilise different agendas across societies and countries of the geopolitical South? For the periphery, scenarios are far from optimistic. Even without a central war, violence and instability remain constant realities of the colonial and neocolonial historical periods (Shubin, 2008). With the onset of a central war, these disputes become progressively more intense, and more clearly demarcated zones of influence are sought.

The violent race that culminated in the First Great War, which devastated Europe and parts of Asia and Africa, was initiated at the Berlin Conference of 1885. Yet Berlin was only possible due to the crisis of the hegemonic power of that time, the British Empire, which, from the 1870s on, became willing to accept far higher and more traumatic costs

of war, such as killing white civilian settlers in Africa at the turn of the 20th century. One need only look to the Anglo-Boer War (1899-1902) and the British inauguration of concentration camps to see this pattern (Hobsawm, 1989; Thompson, 2005; Paton, 2000). But long before torturing Afrikaners, British imperialism was already burning down Black, Brown, Yellow and White bodies that crossed the path of its capital-driven locomotive of progress. Blood and gold, as Marx already warned (Marx, 1996; Lora, 2021). Two global hegemonies gave Britain more than enough time to use brute force in an attempt to preserve its world order. It would not be safe to assume the United States will not do the same.

Even before a central war takes place, the South Atlantic will hold strategic relevance in both global and local war scenarios. In addition, it may become a probable destination for the overflow of armed conflicts that continue to unfold, or may yet erupt, in South America and Africa, the two sister islands of the South Atlantic. As researchers in security and defence studies, it is our responsibility to contribute to understanding these undesirable futures (Pereira, 2010; Cepik; Ferreira, 2013; Fantappiè, 2023; Moraes, 2017).

When it comes to war in Africa, knowledge remains scarce, both inside and outside Brazil. Major databases contain serious errors. Mainstream media promotes selective and inconsistent campaigns, shaped by the economic interests of advertisers and subscribers, usually in crisis events. Analysts evaluate through inadequate and often stereotyped lenses. States fund research in a very limited way. All part of a distance-proximity paradox in which western societies, media and sciences often try to reduce their mammoth distance from Africa's social realities through stressing essentialist, particularist and reductionist representations of the continent (Castellano da Silva, 2022). This situation becomes even more critical considering that Africa is partly framed as part of Brazil's so-called strategic environment, at least since the publication of the *Política Nacional de Defesa* in 2005, which first defined the South Atlantic African coast as part of this concept (Brasil, 2005).

Nonetheless, successive generations of academic work regarding Africa, specially at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), and its extensive network of partners, especially through the insertion of its alumni and research associated in various research centres in Brazil and abroad, have been central in building a field of African Studies in Brazil committed to understand critical worldviews about and from Africa. This tradition recognises the agency African actors have in any international political process, including in their cooperation with strategic partners such as Brazil. Empirical research with analytical depth on inter-African international relations and between African states and extra-regional actors has, in terms of scale and consistency, reached unprecedented levels in Brazil through the leadership of this centre. It deserves to be highlighted, especially as it emerged from outside Brazil's traditional scientific hubs (Rio de Janeiro, São Paulo, and Brasília).

This achievement required a herculean effort of institutional construction within the Brazilian university system, guided by leading scholars such as Paulo Visentini, Luiz Dario Teixeira, and Analúcia Danilevicz Pereira. These scholars were protagonists in establishing at UFRGS, in Porto Alegre, the Brazilian Centre for Strategy and International Relations (NERINT), in 1999; the Brazil–South Africa Studies Center (CESUL), in 2005; the Brazilian Centre for African Studies (CEBRAFRICA) in 2010; and the Brazilian Journal of African Studies, in 2016. This same epistemic community, supported by key institutional Brazilian and international partners, was recently recognised by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), of the Brazilian Ministry of Education, and by the Brazilian Ministry of Defence as qualified to develop a comprehensive mapping of the dynamics, structures, and processes of security and defence across the African continent funded by the Pró-Defesa programme.

The research project, titled Security and Defence in Africa: Characteristics, Changes, and Impacts on Brazil’s Strategic Environment, aims to understand the key security and defence structures, characteristics, and policies of the African continent, assessing their implications for Brazil’s strategic environment, and identifying scenarios for potential Brazilian action. This project is the first funded by the Pró-Defesa programme fully dedicated to African dynamics in security and defence, and involves a specialised, multidisciplinary, and international research network. One of its key initiatives is the proposed creation of the AFRICANET – African Studies Network on Security and Defence (Castellano da Silva, 2024).

This is, at once, an effort to understand Africa’s condition and position in a transforming international system, as well as a contribution to ensure that any Brazilian engagement in this context is, at the very least, respectful of the monumental role African societies have played in the historical formation of what we now know as Brazil. But before this research initiative produces results, I will gather some lessons on war in Africa that can be organized from previous works that may allow new discoveries to happen.

LESSON ONE: SCIENCE, WAR AND STATE

The first lesson concerns the importance of science and research in the fields of knowledge that address the challenge of war and violence—namely, Strategic Studies, Defence Studies, and Security Studies. The lesson here lies in studying armed conflicts in the South in all of its complexity—without neglecting the deep-rooted causes of these conflicts, or the potential for structural solutions that are often rendered invisible. This requires us to overcome the limitations of the dominant quantitative literature, particularly from the United States, which frequently fails to account for historical contexts beyond its own (Collier; Sambanis, 2005). This literature is impaired by the

misrepresentation and disinformation perpetuated by sensationalist and commercially driven journalism, which systematically ignores the deeper and contradictory dimensions of the conflictual social processes experienced across the South (Heck, 1980). The causes of armed conflict are generally far more profound than these perspectives suggest. They are rooted in a historically updated revisitation of the challenges inherited and reconstructed through colonial and neocolonial enterprises (Nkrumah, 1965).

Third World Security Studies have long shown that the root causes of insecurity in the South are directly linked to the weakness of the dominant political organisation in the modern international system: the national state (Ayoob, 1995; Azar; Moon, 1988; Thomas, 1987; Buzan, 1991). That is, insecurity stems from the lack of a minimally capable state able to perform the most basic public functions considered essential in an ideally postcolonial international order. This is, of course, a normative ideal. In practice, few societies emerged from decolonisation having inherited—or conquered—the privilege of possessing a truly capable national state. The vast majority have instead remained subjected to structural pressures that reproduce a neocolonial architecture of permanent dependency.

Yet the capacity of these states to take strategic decisions depends on their ability to understand their defence and security environments. Today's threats in the African continent demand serious research and critical interpretation, especially for those observing from outside. Much is said in military and strategic studies about the European, Chinese, Japanese, American, or even South American ways of warfare. But what about the African way? The contemporary African way of warfare is not necessarily the result of autonomous strategic decisions or philosophies of war. Rather, it emerges mostly under structural constraints. And this mode is largely absent from the literature. It is a mode characterised by regionalized irregular proxy warfare (Castellano da Silva, 2022).

Irregular, proxy, and regionalised war involves the asymmetrical use of force and operational complexity, as is often the case in contexts where the state and armed forces are underdeveloped (IISS, 2005). At the same time, warfare in Africa frequently contains a strong proxy element, involving regional, international, and local rivalries. These rivalries have a significant interstate dimension, which is frequently overlooked by mainstream analyses (Loveman, 2002). Moreover, such wars are clearly regionalised. One of their defining features is the transborder flow of threats, which requires equally regional responses. African wars are of high lethality and recurrence, often described as irregular precisely because they revolve around the struggle to obtain or control territories where the national state faces structural difficulties in exercising authority.

As literature developed decades ago already argues, states in the Third World encounter profound obstacles in cultivating the software side of security—namely, their ability to formulate and implement strategic decisions in the fields of security and defence

(Azar; Moon, 1988). It is a matter of state capacity: the ability to govern, to make decisions, and to deter open violence as a political alternative. This is precisely what the literature on Third World security and defence has long pointed out: even when threats are recognisable, responses are undermined not only by material constraints (e.g. lack of military capabilities), but more fundamentally by the inability to take long-term, sustainable strategic decisions.

This software dimension of security is about constructing the state itself, its legitimacy, territorial and political integration, and its long-term political capacity. And this capacity must be anchored not in the fleeting interests of isolated elites or regimes, but in broader societal legitimacy. The failure to achieve this is intimately connected to the deeper, permissive causes of armed conflict, which are manifested in more objective challenges: economic underdevelopment, national and cultural fragmentation, erosion of rights, and political manipulation by private interests. Without such a state, it is difficult to imagine any political actor able to deliver effective and autonomous responses to these enduring challenges of warfare in Africa. This has already been argued and documented in the literature. What we must do now is recover and re-engage with these foundational bodies of knowledge—and commit to a science that is grounded in its social reality. Reviving this agenda is an essential part of a serious postcolonial current in Security Studies (Bilgin, 2010; Barkawi; Laffey, 2006; Biswas, 2012).

LESSON TWO: MILITARY DEFINITION

Every student of classical and modern strategy knows this: the military resolution of internal armed conflicts is a minimal and necessary condition for the construction of the modern state. Yet, this is far from self-evident when studying the security and defence challenges across the African continent.

Clearly, the modern state—first sovereign, then national—is a social construct (Giddens, 1985; Tilly, 1992; Anderson, 1983). In the modern era, the sovereign national state was consolidated alongside capitalism and became universalised, regardless of its legitimacy. Colonialism was one of the primary instruments of this project. After its imposition during the colonial enterprise, all postcolonial societies were expected to adopt this model. Since then, the national state has persisted, even as a potential vehicle for resistance against the very powers that created it—the West. The modern national state has prevailed as the normative standard of the international system (Holsti, 2004) and the very institution that has become the recognised path to dignity for many colonised peoples.

Because the core of the modern national state is the aim to control over coercive means, in postcolonial countries marked by internal fractures, the importance of the monopoly on legitimate violence is central (Weber, 1978). Historical precedents have shown

such internal divisions being resolved through military definition of internal conflicts. This was the case in Brazil during the first half of the 19th century, as well as in other postcolonial states that at least managed to reduce internal armed violence. Not only should African states, governments, and societies understand this, but so too should international institutions, which must recognise this.

Here, military definition is not understood as mere annihilation or extermination, but as a structural condition. It is the realisation of Clausewitz's trinity: government, people, and army—an integration necessary to control the costs of war and to ensure that only one entity holds the legitimate authority to wage large-scale coercion (Clausewitz, 2008). This effort is not restricted to established regimes. Military definition can be achieved by insurgent governments, peoples, or armies. But should they come to power and desire stability, they too must achieve such a definition. This internal deterrence is rarely addressed in International Relations or Political Science, which often treat Weber's definition of the state as description rather than normative aspiration. But the assumption of a sovereign, unitary, and immutable state has long been refuted by historical sociology (Tilly, 1992; Giddens, 1985; Herbst, 2000; Halliday, 1994; Hobson, 2000), what helps the understanding of the variety political trajectories of the colonial and neocolonial states.

The challenge of the military indefinability is shaped by historical-structural conditions (notably colonialism and neocolonialism), international neoliberal pressures, and the incapacity of the state, especially its illegitimacy. A growing body of research demonstrates the limits of formal ceasefires and negotiated settlements that lack a military resolution on the ground—one capable of effectively deterring armed groups from reigniting violence against political arrangements reached collectively by those who had better control over the means of coercion before, during, and after the war. For example, studies show that in nearly 40% of cases where no military resolution occurred, civil war resumes within a decade (Collier; Sambanis, 2005). Civil wars that end in outright military victory are two to three times less likely to recur, as one side is sufficiently deterred from restarting armed conflict (Toft, 2010; Wagner, 1993; Regan, 2002).

Still, I must reiterate: military definition is not simplistic. It must be organised alongside peacebuilding initiatives and capacity-building efforts. Many western scholars understand this, and have developed a substantial literature on security sector reform (SSR) and state-building—with Monica Toft's work worthy of mention (Toft, 2010). However, what is often absent in these works is the recognition that such processes need not be superficial, pulverized or imposed or implemented solely by external actors. Rather, they must be led—and owned—by the state itself. The central objective of these processes must remain clear: to disarm enemies and build credible internal and external deterrence.

There is also relevant research produced in the South, although it rarely receives broader recognition due to the hierarchies of power in international science, including linguistic barriers. In my Master's research, I tested a hypothesis derived from Charles Tilly's classical thesis that war generates structural incentives for state formation—a pattern historically observed in Europe (Tilly, 1992). I applied this to the African context, particularly to the postcolonial state that most deeply experienced the war–state–building dilemma: the Democratic Republic of the Congo. The empirical study, later published in Brazil and Angola (Castellano da Silva, 2012), identified that a positive relationship between war and state–building depends on several necessary conditions: the type of war experienced; the strategies used by domestic elites and their international allies to finance and wage it; the type and duration of state reforms adopted in response; and, most crucially, the nature of the conflict's resolution. In postcolonial Congo, these conditions were rarely unmet, especially during the attempted negotiated resolution of the Second Congo War, the so-called African World War. That process relied on merely formal peace agreements, distributing the state structure among rival armed groups, including the national army, which remains incapable of exerting effective coercive authority over two decades later (Castellano da Silva, Martins, 2013).

This case study was further complemented by a comparative analysis of conflict resolution processes in the DRC, Angola (1994 and 2002), and Mozambique. The findings, co-authored and published in 2013 (Castellano da Silva et al., 2013), show that peace agreements based on deep power-sharing within state structures tend to produce fragmented armed forces, incapable of internal or external deterrence. Angola remains the most important and exemplary control case on the continent: despite facing one of Africa's largest regional wars, it managed to stabilise its territory through a combination of negotiation, inclusion, and capacity-building. Unfortunately, the same cannot yet be said of the DRC or even Mozambique, where military power-sharing since the 1990s has resulted in ongoing fragmentation of security forces.

During my doctoral research, I examined state capacities in Southern Africa, focusing on historical transformations in the regional system (Castellano da Silva, 2017). A key component involved analysing coercive, capital, and legitimacy capacities among regional powers. Military definition of internal conflict was closely tied to defence and security policies that strengthened national armed forces—especially in cases like Angola and Zimbabwe in the 1980s and early 1990s. Conversely, countries that pursued the downsizing or political neutralisation of their security apparatuses have faced difficulties not only in ending internal conflict but also in developing autonomous and assertive foreign and security policies.

To sum up, no meaningful autonomy in domestic and international relations can be achieved in the South without increased state capacity, the first of them

territorial integrity and domestic pacification. Military definition, of course, is only a partial victory. Further state capabilities and inclusive political strategies must be implemented according to each society's context. But without a credible threat of retaliation, no armed actor will disarm. Unless African states are content with their enemies remaining armed, they must seriously consider ensuring—on their own terms—the military definition of their internal conflicts.

LESSON THREE: NATIONAL ARMY

Clausewitzian military definition rests upon a fundamental social base: the national army. This institution has been the primary mechanism through which the poorest sectors of the population are socialised and integrated into a national identity. It constitutes the minimum foundation for the continuity of the national state, as long as it lasts, and the core instrument for building state capacity is the armed forces, particularly the army. The national army assumes responsibility for territorial integrity and internal protection, while also integrating a substantial portion of the population into the state bureaucracy.

Recent comparative studies have reinforced this. When states decide to invest in building capable armed forces, the process is complex and conditioned by critical variables. Among them, the design and implementation of Security Sector Reform (SSR) and military modernisation programmes are particularly relevant. For instance, comparative analysis of the Democratic Republic of the Congo and Sierra Leone SSR programmes reveals that broad power-sharing arrangements often fail when insurgent forces are insufficiently demobilised before being integrated into national armies. Additionally, the nature of international donor engagement—whether they align with the recipient state's strategic vision—determines the success or failure of such reforms. A major recurring issue is the absence of long-term leadership and coordination among donors, which undermines sustainable institutional development (Levy, 2020).

However, the national army as state capacity is bureaucratised and professionalised. It cannot be subjected to the interference of politics or engage in politics itself. Otherwise, it risks becoming a tool of political regimes rather than of the state. Armed forces must be treated with dignity and guided by their core mission: territorial integrity, deterrence, and the protection of life. If politics enters the barracks, let it be with a capital "P"—a deep scientific engagement with national and international political dilemmas, especially those rooted in postcolonial complexity. But this must not be the politics of parties and transient governments, which reduce defence policy to the security of regimes rather than that of society (Hutchful; Bathily, 1998).

This is the essence of a true national army—distinct from traditional postcolonial militaries. The literature on Third World defence and security since the 1980s has long

identified the risk of militaries becoming mere instruments of regime protection. The solution is to professionalise the armed forces so they can serve democratic national integration while honouring ancestral traditions and the plural values of their societies (Clapham, 1985).

This Politics with a capital “P” implies that militaries themselves must become spaces of knowledge and critical thinking. Strategic and security studies should be cultivated within the armed forces—provided they are grounded in science and research. A key element of this intellectual recovery involves returning to foundational military theorists such as Clausewitz. He insisted on the interdependence between government, army, and people. This triad is not a justification for military subservience to political regimes; rather, it defines the military as a bureaucratic arm of the state tasked with defending the population and ensuring territorial integrity (Castellano da Silva; Martins, 2013).

LESSON FOUR: DEFENCE POLICIES AND NATIONAL SECURITY

Societies in the South carry the trauma of national security. Most have experienced, in their recent past, authoritarian regimes in which security and military forces persecuted, tortured, and killed fellow citizens in the name of this supposedly superior collective interest. However, elaborating this trauma is necessary to overcome it. As Sigmund Freud taught, working through trauma (*Durcharbeiten*) requires facing it, narrating it, and displacing its effects through conscious reflection (Freud, 1957). Thus, the concept of national security must be revisited, not discarded.

Defence exists to serve what is collectively defined as national priorities for security. There is no coherent national defence policy without a minimally clear, plural, and representative concept of national security. Nonetheless, national security has rarely existed in the South, what often existed was regime security. While some may argue that there can be no true national security, as the notion of the national is discursively constructed, it remains true that constitutive political processes, such as the drafting of a national constitution, can also give rise to an operational definition of national security.

Nevertheless, for a security policy to be truly national in postcolonial societies, it must be anchored in an understanding of pressing national challenges. This is not easily achieved in societies marked by deep material and symbolic colonial legacies, especially where self-criticism is an unknown virtue—particularly among dominant elites embedded in a neocolonial state. Still, societies can regenerate themselves, and those that underwent profound processes of national liberation or revolutionary transformation tend to create conditions for breaking neocolonial dependencies (Cardoso; Faletto, 1970). These are rare and often short-lived revolutionary cases, but they matter (Visentini, 2012).

It was precisely post-revolutionary governments that succeeded in justifying the reconstruction of state capacities in favour of national—or plurinational—priorities. In Africa, examples such as Angola, South Africa and Rwanda stand out. This may be because liberation or revolutionary movements, regardless of ideological affiliation, form regimes concerned with surviving international pressures and colonial legacies (Halliday, 1999). Yet such regimes are also vulnerable to elite capture, capable of deviating from the national project idealised during the liberation struggle, something observable across generations in countries like Brazil.

Other postcolonial states, now great powers, such as the United States, China, and India, have deepened their national security strategies and improved their capacities based on clearly defined priorities (Finkelstein, 1999; Bolt; Gray, 2007). This should not be seen as heresy. These powers ground their defence policies in national security strategies, which in turn shape their military doctrines and deployments.

Reconceiving postcolonial national security requires acknowledging the precolonial, colonial, and neocolonial pasts that shaped the national, a category riddled with contradictions, injustices, and violence (Mbembe, 2019). Rebuilding what is national in postcolonial societies demands offering protection to those never protected and eliminating state-perpetrated genocide as a conceivable policy. Security must be redefined not as mere coercive control but as a comprehensive agenda for prosperity and social well-being. This, however, is an especially arduous task in the South that requires a new paradigm for national security in the postcolonial world.

Encouragingly, movements to rethink national security strategies are underway in Brazil (Lima et al, 2020) and in several African states (Fabrycy, 2020; Africa Center for Strategic Studies, 2022). Yet no national security policy—no matter how inclusive—can be sustained without economic viability. Without a political economy committed to covering the cost of transformation, no policy will endure. Technical cooperation projects must be integrated into long-term, large-scale national strategies. Thus, financial resources matter. Still, politics and political economy matter more.

A revised concept of national security must express a social ethos—what a society collectively defines as existential threats. It must enable diverse political, economic, and social forces to coalesce around shared commitments. While rooted in the constitutional order, it should be flexible enough to respond to global, regional, national, and local transformations.

LESSON FIVE: BARGAIN TIME!

The era of bargaining has arrived. Coalitions are being formed, and skilled negotiators now have the chance to secure deals and extract benefits. But this must be done wisely.

Patrons must also perceive that they are receiving something of value in return. That is why we better understand our limits—what we can give and what we can accept—as well as what our prospective partners can offer and are willing to concede. Negotiators follow these rules by heart. The fifth lesson addresses hegemonic transition more directly, particularly in relation to funding opportunities and the potential for strategic partnerships amid the increasing likelihood of war.

We are currently living through a rare window of opportunity in international relations, defined by the global hegemonic transition: who will lead the international system next? Will it be the United States, China, or some alternative configuration? In this brief interregnum, both the ascending and declining empires—as well as all others positioning themselves in the margins of this contest—tend to invest more in cultivating friendships. These actors seek to enhance their power and legitimacy through alliances. Cooperation becomes the very foundation for hegemony (re)building. It is, therefore, a time of risky bets, but also a time when such bets can pay off when new strategic partners may be willing to engage in cooperative initiatives that increase mutual autonomy and capacity for development.

Take, for instance, Brazil. It was on the eve of World War II that the Brazil–United States bargain began to yield its most consistent and transformative results, particularly in the context of Getúlio Vargas's first administration, which negotiated the foundations for Brazilian industrialisation through strategic alignment with Washington (Fonseca, 1997). Even more significant was the hegemonic transition process after the Second World War, when the perceived threat of the Soviet Union justified the Marshall Plan for the reconstruction of Europe and large-scale development initiatives in East Asia. These included the rise, under tight Western oversight, of Japan, South Korea, and even Communist China (Arrighi, 1997).

We should not, however, be naive. New justifications for interstate cooperation often emerge in the shadow of war. The far right is on the rise, and its political project will not be inclusive or just. Central war typically results from the recklessness of an overly ambitious rising power, the desperation of a disgruntled declining power, or the combination of both. War is often the outcome of the declining power's own choice—especially when it perceives itself as humiliated and having lost prestige (Gilpin, 1981). The actions of Donald Trump, for instance, have created fertile ground for justifying conflict, whether directed at a designated scapegoat or triggered by provocation. Alongside the tangible preparations for war (often tested in the periphery), the process of legitimising hegemonic warfare or great-power competition tends to demand maximum social mobilisation—leaving the political landscape wide open to totalitarian tendencies.

Trump is in tune with the current era. His gimmickry appeals to the ignorant, creating a community of shared stupidity (Vale, 2024). We must remember that wilful ignorance

is also a mode of mobilisation for totalitarian politics. Hannah Arendt identified three core elements of totalitarian regimes: bureaucracy, expansionism, and racism (Arendt, 1973). In our time, stupidity has become the operational logic of algorithmic distribution on social media. It is no coincidence that some of the most influential digital platforms—along with their senior stakeholders, such as Elon Musk—have aligned themselves with this neo-fascist political project. As crude as the terminology may seem, it is necessary to start calling things by their name.

One of the latest episodes in Trump's theatre of gimmickry, which even affected Brazilian political discourse at the highest levels, targeted South Africa. The first signal of discontent with the country's autonomist foreign policy emerged on 7 February 2025—less than three weeks into Trump's presidency—when he signed an executive order halting all US aid to South Africa. The decision cited the country's policy of land expropriation without compensation and South Africa's genocide case against Israel (SABC NEWS, 2025). Simultaneously, Trump announced a programme to promote the resettlement of so-called Afrikaner refugees, allegedly escaping state-sponsored, race-based discrimination.

On 14 March 2025, US Secretary of State Marco Rubio declared South African Ambassador Ebrahim Rasool *persona non grata*, citing a political statement and referring to him as a “race-baiting politician” who “hates America and President Donald Trump” (The Conversation, 2025; Al Jazeera, 2025). The crisis deepened on 12 May with the first arrival of so-called white South African refugees under this policy. In response, the South African government not only condemned the action but also followed through with a high-level state visit by President Cyril Ramaphosa to Washington between 19 and 22 May. Although this visit may have been previously planned, it clearly gained urgency. The dramatic and chaotic meeting in the White House Oval Office was emblematic of South Africa's active effort to preserve its international bargaining power.

Yet, more important than the financial flows themselves is understanding where those resources are going. The scramble for international cooperation with Africa and Latin America must be directed toward public policies that explicitly aim at liberation from the neocolonial condition (Nkrumah, 1965). Regional powers shaped by colonial legacies—naturally constrained—face structural limitations in sustaining autonomous foreign policies or consistent balancing behaviour in the long term (Castellano da Silva, 2016; 2017; Schweller, 2006). For structural change to occur, priority must be given to leveraging this window of opportunity to support state making. Strategic alliances must aim to strengthen state-building efforts—that is the kind of partnership worth pursuing.

State making centred on emancipation from colonial and neocolonial experiments should be prioritised, as it represents the only viable foundation for re-legitimising

the state in the South. Future struggles will surely come, but this is the opportunity for postcolonial projects to flourish—even as part of a broader macro-historical transformation or dismantling of global capitalism. Nonetheless, state-building requires a national economic base, which cannot be dismissed. As thinkers such as Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, and Frantz Fanon have emphasised, national liberation must be grounded in a state apparatus capable of carrying out economic and political transformation (Cabral, 1979; Nkrumah, 1965; Fanon, 1961).

A major challenge to this effort lies in the persistent need to build a national centre of economic decision, an idea central to the work of Celso Furtado. For Furtado, true national autonomy demands that economic decisions be made domestically, not externally (Furtado, 2009). The greatest adversary to this project is the prevailing neoliberal international economic order, which structurally sustains the neocolonial state. A significant share of resources in this transitional moment should be directed toward a new paradigm of national security for the postcolonial world—one that links qualified defence policy to multidimensional security and inclusive social development, aimed at overcoming the miseries produced by coloniality and postcoloniality.

Although multilateral international cooperation may have lost momentum, transitional periods such as this create new justifications for investment in state-building capacities. They may even foster greater receptivity to non-neoliberal economic policies. Major powers engaged in hegemonic competition will require deeper strategic partnerships—including military commitments—and they will have to pay the corresponding price. Funding, privileges, and even temporary dependent development may become available if we negotiate wisely (Amin, 1976).

CONCLUSIONS

I would like to conclude by returning to the five lessons presented throughout this essay, reframing them around what I believe must become a new paradigm of postcolonial national security. In a time marked by overlapping crises, deepening asymmetries, and structural instability in the international system, security policies in the South must move beyond imported doctrines and ambiguous formulations. They must be grounded in historical consciousness, regional specificities, and popular demands, and assessed through more grounded, autonomous and bottom-up approaches to the study of war and security.

The challenge of regionalized irregular proxy warfare in Africa and elsewhere is often obscured by the vague and widely misused concept of hybrid warfare. In fact, what is now called hybrid war has always been the norm in the South. War in these regions is rarely symmetrical or conventional. Rather, it has often been the battleground for regime survival and transformation, making the study of revolutions and mass

mobilisation movements essential—not as an isolated phenomena, but as integral parts of broader patterns of authoritarianism, state-making, and international conflict.

In this context, the strategic involvement of states like Brazil in international security matters cannot be limited to participation in peacekeeping missions. Brazil bears a particular responsibility in relation to the South Atlantic, not only because of its geographic location and historical ties, but also due to its political weight and potential role as a regional security provider. There are viable paths toward mutual support and strengthening state institutions—ranging from support for cooperatives to military education and professionalisation. However, this requires detailed analysis and long-term planning. Paradoxically, investing in these processes may be the most cost-effective way to ensure regional security and protect Brazilian interests in the South Atlantic.

Where the state is weak or discredited, we tend to see the decay of material capital and the unchecked growth of speculative financial capital. This is the dialectic of neoliberalism, the final stage of neocolonialism. And yet, strategies for rebuilding state capacity are neither obvious nor inexpensive. Even when the vision is sound, implementation often falters under economic, social, and political pressures. Resistance to structural transformation is loud, well-organised, and deeply entrenched. In this scenario, international solidarity is not an option—it is a necessity.

SOBRE O AUTOR

Igor Castellano da Silva: Professor of International Relations and Security Studies, Research Group on State Capacity, Security and Defence (GECAP), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brazil. Visiting Research Fellow, School of Governmental and Social Sciences (SGSS), Nelson Mandela University (NMU), South Africa.

REFERÊNCIAS

1. AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. *National security strategy development in Africa: toolkit for drafting and consultation*. Washington, DC: ACSS, 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/publication/national-security-strategy-development-in-africa-toolkit-for-drafting-and-consultation/>. Acesso em: 30 maio 2025.
2. AL JAZEERA. South African ambassador expelled by Trump receives hero's welcome at home. *Al Jazeera*, 23 mar. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/23/south-african-ambassador-expelled-by-trump-receives-heros-welcome-at-home>. Acesso em: 30 maio 2025.
3. AMIN, Samir. *Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1976.
4. ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.
5. ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973.
6. ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

7. ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. London: Verso, 1994.
8. AYOGB, Mohammed. *The third world security predicament: State making, regional conflict, and the international system*. Boulder: Lynne Rienner, 1995.
9. AZAR, Edward E.; MOON, Chung-in (eds.). *National security in the third world: the management of internal and external threats*. College Park, MD: Univ of Maryland CIDCM, 1988.
10. BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The postcolonial moment in security studies. *Review of International Studies*, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 329 352, 2006.
11. BILGIN, Pinar. The “Western-Centrism” of security studies: “blind spot” or constitutive practice? *Security Dialogue*, [s. l.], v. 41, n. 6, p. 615 640, 2010.
12. BISWAS, Shampa. Post-colonial security studies. In: SHEPHERD, Laura J. (ed.). *Critical approaches to security: an introduction to theories and methods*. London: Routledge, 2012. p. 88 99.
13. BOLT, Neville; GRAY, Colin. *China’s national security strategy: an overview*. London: King’s College London, 2007.
14. BRASIL. Ministério da Defesa. *Política nacional de defesa*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2005.
15. BUZAN, Barry. *People, states and fear: an agenda for international security studies in the Post-Cold War Era*. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner, 1991.
16. CABRAL, Amílcar. *Unity and struggle: speeches and writings of Amílcar Cabral*. New York: Monthly Review Press, 1979.
17. CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
18. CASTELLANO DA SILVA, Igor (coord.). *Segurança e defesa na África: características, mudanças e impactos no entorno estratégico brasileiro*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2024.
19. CASTELLANO DA SILVA, Igor. *Congo, a guerra mundial Africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2012.
20. CASTELLANO DA SILVA, Igor. Explaining co-operation and conflict in Southern Africa: state-building, foreign policy and regional order. *Contexto Internacional*, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 545 584, 2016.
21. CASTELLANO DA SILVA, Igor. O modo africano de fazer a guerra: a guerra proxy irregular regionalizada. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 65, n. 3, p. 1 38, 2022.
22. CASTELLANO DA SILVA, Igor. *Política externa na África austral: guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)*. Porto Alegre, RS: CEBRAFRICA/UFRGS, 2017.
23. CASTELLANO DA SILVA, Igor. The African way of warfare and its challenge to the South Atlantic security. In: DUARTE, Érico Esteves; BARROS, Manuel Correia de (org.). *Maritime security challenges in the South Atlantic*. Basingstoke: Springer International Publishing, 2019. v. 1, p. 155 192.
24. CASTELLANO DA SILVA, Igor; BRANCHER, Pedro Txai Leal; POSTAL, Renata; VIEIRA, Taís Cristóvão Martins; CHAISE, Mariana Falcão. Resolução de conflitos na África subsaariana: o papel do power-sharing e da capacidade estatal nos casos de Angola e da República Democrática do Congo. *Conjuntura Internacional*, [s. l.], v. 10, p. 60 74, 2013b.
25. CASTELLANO DA SILVA, Igor; MARTINS, José Miguel Quedi. National army and State-building in Africa: the Brazilian approach in the case of the Democratic Republic of the Congo. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 81 107, 2013a.
26. CEPIK, Marco; FERREIRA, Gustavo. Defesa e segurança no Atlântico Sul: tendências e desafios. *Contexto Internacional*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 31 62, 2013.
27. CHANG, Ha-Joon. *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*. London: Anthem Press, 2003.
28. CLAPHAM, Christopher. *Third world politics: an introduction*. London: Croom Helm, 1985.
29. CLAUSEWITZ, Carl von. *On war*. Edition and translation: Michael Howard; Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 2008.

30. COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas (ed.). *Understanding civil war: evidence and analysis*. Volume 1: Africa. Washington, DC: The World Bank, 2005.
31. FANON, Frantz. *The wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 1961.
32. FANTAPPIÈ, Irene. The militarization of the Gulf of Guinea: implications for African maritime security. *International Affairs*, [s. l.], v. 99, n. 1, p. 233 251, 2023.
33. FINKELSTEIN, David. China's national military strategy: an overview of the "Military Strategic Guidelines". In: MULVENON, James C.; YANG, Richard H. (ed.). *The People's Liberation Army in the Information Age*. Santa Monica: RAND Corporation, 1999. p. 101 129.
34. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas, os EUA e a industrialização brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 11 29, 1997.
35. FREUD, Sigmund. Mourning and melancholia. In: STRACHEY, James (ed.). *The standard edition of the complete psychological works of sigmund freud*. London: Hogarth Press, 1957. v. 14, p. 243 258.
36. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
37. GIDDENS, Anthony. *The Nation-State and violence*. Berkeley: University of California Press, 1985.
38. GILPIN, Robert. *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
39. HALLIDAY, Fred. *Rethinking international relations*. London: Macmillan, 1994.
40. HALLIDAY, Fred. *Revolution and world politics: the rise and fall of the sixth great power*. Durham: Duke University Press, 1999.
41. HECK, Marina Camargo. The ideological dimension of media messages. In: HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andrew; WILLIS, Paul (ed.). *Culture, media, language: working papers in cultural studies, 1972 79*. London: Routledge, 1980. p. 110 116.
42. HERBST, Jeffrey. *States and power in Africa: comparative lessons in authority and control*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
43. HOBBSBAWM, Eric. *The age of empire: 1875 1914*. New York: Vintage Books, 1989.
44. HOBSON, John M. *The State and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
45. HOLSTI, Kalevi J. *Taming the sovereigns: institutional change in international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
46. HUTCHFUL, Eboe; BATHILY, Abdoulaye (ed.). *The military and militarism in Africa*. Dakar: CODESRIA, 1998.
47. IISS (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES). Complex irregular warfare: the face of contemporary conflict. *The Military Balance 2004-2005*, London, v. 105, n. 1, p. 411 420, 2005.
48. KENNEDY, Paul. *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.
49. KUGLER, Jacek; TAMS, Alexander. Power transition and armed conflict in the 21st century. In: KAHLER, Miles; LAKE, David A. (ed.). *Governance in a global economy: political authority in transition*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
50. LEVY, Taíse Flores. *Reforma do setor de segurança e resolução de conflitos: análise comparada dos casos da República Democrática do Congo e da Serra Leoa*. 107 f. 2020. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/474/2021/01/TCC-taise-flores-levy.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.
51. LIMA, Raphael C.; SILVA, Peterson F.; RUDZIT, Gunther. No power vacuum: national security neglect and the defence sector in Brazil. *Defence Studies*, Londres, v. 21, n. 1, p. 84 106, 2020.
52. LOVEMAN, Brian. *The constitution of tyranny: regimes of exception in Spanish America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002.
53. MARTÍN, Jorge; OROPEZA, Ubaldo. Blood and gold: the Spanish conquest of the Americas. *Marxist.com*, 12 fev. 2023. Disponível em: <https://marxist.com/blood-and-gold-the-spanish-conquest-of-the-americas.htm>. Acesso em: 27 maio 2025.
54. MARX, Karl. *Capital*. Volume I. New York: Penguin Classics, 1996.

55. MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. Durham: Duke University Press, 2019.
56. MEARSHEIMER, John. War and international politics. *International Security*, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 7 45, 2024.
57. MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine crisis is the West's fault. *Foreign Affairs*, [s. l.], v. 93, n. 5, p. 77 89, 2014.
58. MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Atlântico Sul e a segurança internacional: interesses e estratégias*. Brasília, DF: IPEA, 2017.
59. NKURUMAH, Kwame. *Neo-colonialism: the last stage of imperialism*. London: Thomas Nelson & Sons, 1965.
60. PATON, David. Concentration camps and the South African war: a reappraisal. *Journal of Southern African Studies*, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 833 845, 2000.
61. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Atlântico Sul: espaço geoestratégico da inserção internacional brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [s. l.], v. 53, n. 2, p. 115 132, 2010.
62. REGAN, Patrick M. Third-party interventions and the duration of intrastate conflicts. *Journal of Conflict Resolution*, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 55 73, 2002.
63. SABC NEWS. Trump signs executive order halting all US aid to South Africa. *Sabcnews*, 7 fev. 2025. Disponível em: <https://www.sabcnews.com/sabcnews/10366602/>. Acesso em: 30 maio 2025.
64. SCHWELLER, Randall L. *Unanswered threats: political constraints on the balance of power*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
65. SHUBIN, Vladimir. *The hot "Cold War": the USSR in Southern Africa*. London: Pluto Press, 2008.
66. THE CONVERSATION. Why was South Africa's ambassador to the US expelled? A view of the Ebrahim Rasool affair. *The Conversation*, 24 mar. 2025. Disponível em: <https://theconversation.com/why-was-south-africas-ambassador-to-the-us-expelled-a-view-of-the-ebrahim-rasool-affair-253640>. Acesso em: 30 maio 2025.
67. THOMAS, Caroline. *In search of security: the third world in international relations*. Brighton: Wheatsheaf Books, 1987.
68. THOMPSON, Andrew S. *The empire strikes back?: the impact of imperialism on Britain from the mid-nineteenth century*. Harlow: Pearson Education, 2005.
69. TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States, AD 990 1992*. Oxford: Blackwell, 1992.
70. TOFT, Monica Duffy. *Securing the peace: the durable settlement of civil wars*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
71. VALE, Peter. Gimmickry, golf and global gore. *LitNet*, 2024. Disponível em: <https://www.litnet.co.za/gimmickry-golf-and-global-gore/>. Acesso em: 30 maio 2025.
72. VISENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas*. São Paulo: UNESP, 2012.
73. VISENTINI, Paulo Fagundes. Transição hegemônica: das potências em crise aos atores emergentes. *Revista Sul-Americana de Defesa*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 16 26, 2022.
74. WAGNER, Robert Harrison. The causes of peace. In: BROWN, Michael E. (ed.). *The international dimensions of internal conflict*. Cambridge: MIT Press, 1993.
75. WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.
76. WEBER, Max. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Berkeley: University of California Press, 1978.

Submissão em 27 de setembro de 2024

Aceito em 20 de março de 2025

DOSSIÊ

A RÚSSIA COMO PARCEIRA DA ÁFRICA E A ESTRATÉGIA AFRO-EURASIANA

*RUSSIA AS A PARTNER OF
AFRICA AND THE
AFRO-EURASIAN STRATEGY*

Analúcia Danilevicz Pereira* 

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre/RS, Brasil.
E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

RESUMO

Apesar das relações históricas da Rússia com a África e o apoio fornecido pela URSS durante a Guerra Fria, os anos 1990 resultaram no seu recuo, superado por um movimento pragmático da política externa russa, em um contexto de profundas mudanças internacionais ao longo dos anos 2000. A crescente interação com os países africanos em diferentes níveis faz parte da estratégia de construção de uma nova arquitetura mundial a partir de uma visão ampla de reordenamento da ordem econômica internacional e da ordem política internacional. Para tanto, a estabilização política e econômica da África é elemento basilar para a posição da Rússia em uma ordem multipolar. Entende-se que o problema prioritário a ser enfrentado pelo Estado russo está relacionado à necessidade de recuperação de um espaço estratégico próprio. Embora as relações com o seu entorno sejam cruciais, pois revelam a possibilidade de diminuir substancialmente a capacidade de outra potência influenciar no coração da Eurásia, os russos têm ampliado seu espectro de atuação internacional em uma perspectiva estratégica. Como fundamento teórico que permeia a análise, considera-se que a crise e as transformações no Sistema e na Ordem Internacional com o final da Guerra Fria, bem como a recuperação dos recursos de poder da Rússia, estabeleceram uma nova correlação de forças. A África é espaço estratégico para o retorno da Rússia à grande diplomacia mundial. No que tange aos referenciais metodológicos, a abordagem é qualitativa. O propósito deste artigo, portanto, é o de avaliar a importância da África na Grande Estratégia Russa em sua dimensão afro-eurasiana.

Palavras-chave: Rússia; África; Cooperação; Estratégia; Política Externa.

ABSTRACT

Despite Russia's historical relations with Africa and the support provided by the USSR during the Cold War, the 1990s resulted in its retreat, overtaken by a pragmatic movement of Russian foreign policy, in a context of profound international changes throughout the 2000s. The growing interaction with African countries at different levels is part of the strategy to build a new world architecture from a broad vision of reordering the international economic order and the international political order. To this end, the political and economic stabilization of Africa is a basic element for Russia's position in a multipolar order. It is understood that the main problem to be faced by the Russian State concerns the need to reclaim a strategic space of its own. Although relations with its surroundings are crucial, as they reveal the possibility of substantially reducing the ability of another power to influence the heart of Eurasia, the Russians have expanded their spectrum of international action in a strategic perspective. As a theoretical foundation that permeates the analysis, it is considered that the crisis and changes in the International System and Order with the end of the Cold War, as well as the recovery of Russia's power resources, established a new correlation of forces. Africa is a strategic space for Russia's return to the great world diplomacy. Regarding the methodological references, the approach is qualitative. The purpose of this article, therefore, is to evaluate the importance of Africa in the Russian Grand Strategy in its Afro-Eurasian dimension.

Keywords: Russia; Africa; Cooperation; Strategy; Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

Apesar das relações históricas da Rússia com a África e o apoio fornecido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a Guerra Fria, os anos 1990 resultaram no recuo dessas relações, superado em um movimento pragmático da política externa russa nos anos 2000, em um contexto de profundas mudanças internacionais. A África figura, cada vez mais, na discussão de importantes países e organizações devido à sua crescente importância nos assuntos globais. Há a expectativa de que mais da metade do crescimento populacional mundial até 2050 ocorra nesse continente, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Esse fato abrirá novas possibilidades de mercado e trabalho ao lado dos recursos que há muito atraem interesse internacional, conduzindo a desafios humanitários e de desenvolvimento. A política africana da Rússia, nesse sentido, e a crescente interação em diferentes níveis faz parte da construção de uma nova arquitetura mundial, de uma visão ampla de reordenamento da ordem econômica internacional e da ordem política internacional. Para tanto, a estabilização política e econômica da África é elemento basilar para a posição da Rússia em uma ordem multipolar.

Entende-se que o problema prioritário a ser enfrentado pelo Estado russo está relacionado à necessidade de recuperação de um espaço estratégico próprio. Embora as relações com o seu entorno sejam cruciais, pois revelam a possibilidade de diminuir substancialmente a capacidade de outra potência exercer influência no coração da Eurásia, os russos têm ampliado seu espectro de atuação internacional em uma perspectiva estratégica. As relações com o continente africano na esfera econômico-comercial, político-diplomática e securitária constituem, assim, os eixos prioritários da política externa russa e compõem estágio importante da recuperação do país como Grande Potência. Entretanto, a atuação da Rússia para uma região tradicional em termos geopolíticos (principalmente entre 1970-1980) é qualitativamente nova e de longo prazo. Marca uma mudança tática diante da preocupação com a defesa da sua soberania e dos seus interesses nacionais. A multipolaridade, ainda instável, deverá implicar uma transferência de poder a espaços não ocidentais para reestabelecer o equilíbrio mundial. Assim, este artigo pretende avaliar a importância da África na Grande Estratégia Russa em sua dimensão afro-eurasiana.

A POLÍTICA EXTERNA DA RÚSSIA E A ESTRATÉGIA AFRO-EURASIANA

A renovação da política africana da Rússia faz parte de um planejamento de longo prazo conduzido pelo governo desde os anos 2000. No entanto, é importante considerar que esse processo foi iniciado, ainda que modestamente, na segunda metade dos anos 1990.¹ Trata-se da oposição entre a Doutrina Kozyrev e a Doutrina Primakov.

¹ Ver Kolossov; Turovsky (2001) e Mongrenier; Thom (2018).

Essas doutrinas marcaram a trajetória do país no período pós-soviético, refletindo diferentes visões sobre o papel da Rússia no mundo e as estratégias para restaurar sua influência internacional. Com o fim da URSS, a Federação Russa mudou radicalmente seu posicionamento internacional. Durante os anos 1990, Moscou voltou seus esforços diplomáticos, sobretudo, para a Europa e para as instituições ocidentais. A Doutrina Kozyrev – dominante nos anos de Boris Ieltsin – foi orientada para o Ocidente, visando obter ajuda econômica, e tomava o modelo econômico e político ocidental como único possível para a Rússia.

Durante sua gestão, Andrei Kozyrev aderiu à Parceria para a Paz promovida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e assinou o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START II). Segundo Kozyrev, esse momento simbolizava uma nova era de cooperação entre a Rússia e os Estados Unidos no campo da segurança global. Ambos os países concordaram em reduzir cerca de três mil ogivas nucleares estratégicas cada um. Entretanto, o tratado nunca chegou a entrar em vigor pois a relação com a OTAN se revelou problemática. Apesar do apoio inicial de Kozyrev à ideia de parceria com a organização, a expansão da OTAN e da União Europeia para incluir países da Europa Oriental gerou forte oposição dentro da Rússia. A percepção de que esse movimento era uma ameaça à segurança nacional e um sinal claro de que o Ocidente não considerava os interesses russos se fortaleceu nos círculos políticos e entre a sociedade. Nesse contexto, a Rússia praticamente se retirou da África e diminuiu suas relações com a América Latina e partes da Ásia.

A ideia do “exterior próximo” como prioridade começou a emergir em 1992 e se tornou política oficial a partir de 1993, com o decreto do Conceito de Política Externa da Federação Russa. Todavia, somente com a ascensão de Yevgeny Primakov, em 1996, que a política foi implementada de fato. Com base no novo conceito, as ex-repúblicas soviéticas foram definidas como esfera de interesse russo, justificado pela necessidade de proteger as minorias (25 milhões de russos étnicos vivem fora da Rússia) e pela existência de interesses comuns na região. As relações com os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) passaram a ser prioritárias. Portanto, recuperou-se a ideia de que esse espaço é estratégico e essencial para a segurança. Do ponto de vista securitário, significou a necessidade de controle de externalidades negativas que pudessem afetar a estabilidade doméstica, além de evitar ameaças à infraestrutura, em especial as relacionadas às cadeias de produção estabelecidas no período soviético e que ultrapassam as novas fronteiras estatais.

Primakov rejeitou a dependência excessiva do Ocidente e propôs uma doutrina mais equilibrada, focada na diversificação das relações internacionais e na reafirmação da soberania russa. Além das relações com a CEI, o ministro de Relações Exteriores deu novo fôlego às relações com a Ásia, sobretudo com a China, o que indicou uma inflexão importante em relação aos eixos prioritários de política externa.

No primeiro ano de sua gestão, a Rússia participou da criação do grupo Cinco de Xangai (Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão), posteriormente renomeado, com o ingresso do Uzbequistão, Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). A Doutrina Primakov não foi abandonada com a ascensão de Putin em 2000, e a política externa russa se tornou mais reativa. Putin manteve os contatos com os países europeus, mas, ao mesmo tempo, buscou confirmar e justificar o papel da Rússia no mundo e sua importância para o sistema internacional. Nesse contexto, pode-se verificar uma maior atuação na Ásia, a aproximação com América Latina e com a África. Para esse projeto, Putin buscou recuperar relacionamentos que já eram sólidos na época da URSS, mas que haviam sido negligenciados, paralelamente à formação de novas parcerias.

A abordagem diplomática russa se concentra na proposta de uma necessária transição sistêmica global. Trata-se da percepção russa sobre o caráter heterogêneo do Sistema Internacional. Nessa perspectiva, Moscou provoca os demais países a maximizar as vantagens diante dos constrangimentos de equilíbrio de poder e os desafia a melhorar sua posição frente aos demais. Assim, a estratégia afro-eurasiana diz respeito ao esforço em garantir o reequilíbrio das relações político-econômicas dos países em desenvolvimento com o Ocidente. Os russos têm consciência de que grande parte da riqueza ocidental é derivada das relações desiguais exploradas por um sistema neocolonial. E os países rentistas ocidentais atualizam seus mecanismos neocoloniais especialmente sob o sistema de gestão das instituições de Bretton Woods. Observa-se, por exemplo, que o PIB do G7 representa menos de um terço do PIB mundial, enquanto o dos Estados-membro do BRICS, 36%. Nesse sentido, está fortemente implícito que o BRICS, incluindo seus novos países parceiros, deve reunir coletivamente suas capacidades e coordenar seus esforços para realizar reformas institucionais há muito esperadas. Esse imperativo adiciona contexto ao motivo pelo qual a Rússia queria retomar as relações com o FMI, por exemplo. Qualquer redução na influência e no poder geral do Ocidente provocada pelo reequilíbrio mencionado acima funcionará a favor da Rússia, enfraquecendo seus rivais. Correspondentemente, eles acharão mais difícil desestabilizar a Rússia, travar guerras por procuração e tentar obstruir sua estratégia afro-eurasiana.

A unipolaridade do imediato final da Guerra Fria, liderada pelos EUA, permitiu a construção de uma Ordem Liberal que, aproximadamente uma década depois, já apresentava sinais de declínio. A história revela que não houve (e nunca haverá) consenso universal sobre o que constitui um sistema político ideal. A adoção de políticas forçadas de mudança de regime foi contraposta por nacionalismos com ênfase em soberania e autodeterminação. A delegação de autoridade decisória às instituições internacionais resultou em problemas políticos dentro dos próprios Estados liberais, chocando-se com a ideia de soberania e identidade nacional. E a globalização neoliberal produziu grandes problemas econômicos e políticos mundiais, inclusive

para as democracias liberais. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, as dinâmicas econômicas nos marcos da globalização auxiliaram a China a se tornar uma grande potência e a Rússia a se reestabelecer como potência. Essa mudança de equilíbrio de poder global deu fim à unipolaridade da qual depende a Ordem Liberal (Veiga, 2009; Mearsheimer, 2019).

A mudança nas diretrizes de política externa da Rússia ao longo dos anos 1990 e, em especial, a partir de 2000, explicitam a crítica ao domínio unipolar dos EUA e a promoção da multipolaridade. E, ainda, o propósito de melhorar a posição russa frente às demais potências, inclusive China e Índia, países parceiros. Segurança econômica, estabilidade estratégica e a preocupação com novas ameaças globais impulsionaram os governos Putin e Medvedev a conduzir a reabilitação das estruturas político-burocráticas e produtivas, bem como a estabilidade (ou normalidade) interna. Embora o pluralismo continue a fragmentar a burocracia estatal em facções e grupos com interesses frequentemente divergentes, um nível relativamente estável de consenso emergiu, especialmente em torno da importância de restaurar a capacidade de ação do Estado.

O planejamento estratégico de longo prazo adotado pelas suas lideranças, muitas vezes percebidas como “oportunistas”, é fruto de uma visão (combinada com a ação) bem estruturada que remonta ao início do milênio. Essa abordagem permite à Rússia responder a eventos imprevistos, como a deterioração das relações com o Ocidente, e alavancar oportunidades globais. Nessa perspectiva, Moscou procura consolidar sua influência como uma potência energética, econômica e militar, adotando uma abordagem global em sua competição com outras potências. Essa trajetória reflete não apenas reações imediatas,² mas um esforço deliberado para moldar eventos e se adaptar às transformações no cenário internacional, especialmente em um contexto de declínio da hegemonia euro-atlântica (Monaghan, 2017, 2022).

Relativo, ainda, à estratégia afro-eurasiana, a década de 2000 foi um período em que o continente africano emergiu não apenas como um espaço de oportunidades econômicas, mas, também, como espaço de atuação político-diplomática. Na sequência, a Rússia foi confrontada com novos desafios (sanções) e com uma guerra na sua fronteira. Além disso, a presença ocidental no continente vem ocorrendo por meio do investimento massivo em táticas de poder duro, desenvolvimento de infraestrutura e bases militares.³ É possível observar que as relações estabelecidas durante o período

2 Destacam-se as ações políticas frente à crise financeira de 2008-10, à expansão da OTAN para os países fronteiriços, aos eventos de 2013-2014 que impactaram diretamente a percepção de ameaça (Euromaidan e Crimeia), culminando com a Guerra na Ucrânia. Em outras palavras, trata-se da percepção da necessidade de transição, de um envolvimento abrangente e de integração de esforços militares e econômicos.

3 Os EUA têm como instituição militar responsável pela atuação das tropas norte-americanas em território africano o AFRICOM, que atua especialmente no Chifre da África, no Sahel/Saara e no Golfo da Guiné. França, Alemanha, Itália e Reino Unido também possuem bases militares no continente. A presença militar ocidental e as estratégias de desestabilização na África compõem um estudo que se desenvolve paralelamente ao objeto aqui apresentado, pois tem condicionado a preocupação da Rússia no continente. Para maior detalhamento da presença militar ocidental na África ver Kostelyanets e Okeke (2018).

soviético deverão ser protegidas, desenvolvidas e adaptadas de acordo com os novos desafios e agendas internacionais que se configuram. O espaço das organizações multilaterais também deverá ser priorizado no envolvimento russo no continente.

Contudo, salienta-se que a “década perdida do período” Ieltsin já foi superada por mais de duas décadas de retomada de uma visão estratégica sólida, de longo prazo (combinada com a ação)⁴ e pela recuperação de um projeto e identidade nacional que não foi inicialmente percebida pelo Ocidente. O colapso da URSS e a fragilidade do Estado russo durante o período Ieltsin não mudaram a visão dos EUA em relação ao seu velho adversário estratégico. Ainda que com um comportamento ambíguo, ora benevolente, ora hostil, os EUA mantiveram seu objetivo de permanente contenção. Durante os anos 2000, foram recorrentes as demonstrações do governo norte-americano de que a OTAN poderia ser ampliada às fronteiras russas colocando mísseis que não dariam tempo para uma retaliação de Moscou. Igualmente, os estímulos aos independentismos no Cáucaso, a presença militar na Ásia Central e a desordem produzida pela política norte-americana no Oriente Médio, fizeram com que o governo russo considerasse necessário retomar a projeção internacional.

Desde os anos 2000, a Rússia iniciou um processo de recuperação das suas capacidades e recursos de poder em uma fase sistêmica pós-hegemônica, com o declínio dos EUA e do Ocidente como eixo de poder dominante. Sob o ponto de vista internacional, o governo russo soube conduzir relações multilaterais assertivas, mesmo diante de restrições estratégicas. Especialmente desde 2008, quando o Ocidente viu minada a sua liderança econômica e moral, a política de contenção produziu suas contradições. Acabou por dar um impulso ainda maior à aproximação de Estados que, aparentemente, não conflitavam seus interesses basilares. Ao contrário, se identificavam quanto à necessidade de construir um novo sistema de relações político-econômicas internacionais equilibrado. A Guerra na Ucrânia não é um evento à parte de um movimento histórico maior. Para a Rússia, há questões imediatas que precisam ser tratadas, como não permitir a criação de uma ponte para o Ocidente em suas fronteiras, mas também foi uma forma de mobilização doméstica. Por outro lado, a construção de uma ordem internacional multipolar significa reequilibrar o sistema mundial. A multipolaridade ainda é instável, mas é exatamente nesse ponto que se inserem às relações entre a Rússia e a África.

A IMPORTÂNCIA DA ÁFRICA PARA A RÚSSIA

Entende-se que o final da Guerra Fria e suas crises multidimensionais exacerbaram as já existentes desigualdades internacionais e a descrença no sistema econômico

4. Uma avaliação aprofundada sobre a Grande Estratégia russa pode ser consultada em Monaghan (2022). Ver, também, Abramova; Fituni (2018, 2020).

liberal⁵ que determinou os modelos de desenvolvimento nos marcos da globalização neoliberal. Com maior ou menor capacidade, a tendência é que os Estados busquem apoio e subsídios para enfrentá-las, sob pena de verem suas ordens políticas serem ameaçadas por crescentes problemas de governabilidade. Nesse sentido, terão de trabalhar em uma perspectiva estratégica, identificando os polos econômicos mais dinâmicos, inclusive no campo tecnológico, mas também terão de reduzir os impactos dos conflitos em seus espaços regionais. A Rússia tem marcado posição nesse sentido: o colapso da URSS e as relações frustradas com Estados Unidos e Europa nos anos 1990 abriram espaço para a aproximação com a Ásia, fortalecendo a parceria e a aliança especialmente com a China e, também, a restauração de suas relações com os Estados africanos e do Oriente Médio, ampliando sua atuação na esfera econômico-comercial, político-diplomática e securitária.

A renovação da política russa para a África deu-se em paralelo à formação do BRICs. O ano de 2009 marcou a significativa ampliação das relações políticas, econômicas e comerciais entre a Rússia e as nações africanas. O campo econômico-comercial é de extrema importância nas relações com a África, mas não constitui a única via de cooperação. O desenvolvimento industrial energético (incluindo energia nuclear), a cooperação técnica-militar (incluindo o setor espacial), além da educação e formação de quadros explicam, igualmente, a intensificação das relações russo-africanas no plano político-diplomático e reafirma a percepção de que a África representa, crescentemente, uma importante área estratégica na política do mundo contemporâneo.

Se, por um lado, as potências mundiais buscam criar zonas de influência ou até mesmo promover uma nova distribuição de poder, por outro, as elites políticas africanas, muitas vezes pressionadas por problemas políticos, socioeconômicos e conflitos domésticos, frequentemente buscam apoio externo. Os interesses africanos em torno da autonomia e do desenvolvimento têm sido, nesse sentido, condicionados pela lógica global de rivalidade ou cooperação entre as principais potências desde a formação do sistema de Estados no continente. Historicamente, autonomia e desenvolvimento também representam para a Rússia a condição basilar para enfrentar os desafios impostos pelas relações de poder internacionais. Embora as relações com a África e o Oriente Médio tenham sido reestruturadas em fase anterior, sob as sanções do Ocidente, o Kremlin reafirmou que essas regiões são espaços prioritários para o relacionamento estratégico da Rússia.

Importante observar que, na Rússia, a crise financeira de 2008-2010 produziu impactos importantes, mas também reforçou a percepção de que havia enorme potencial para utilizar seus recursos e promover amplo envolvimento nas cadeias produtivas integradas do mundo. Mesmo considerando a enorme diferença em termos de desenvolvimento socioeconômico, Rússia e países africanos concordam que a

⁵ Para aprofundamento da compreensão sobre a crise e o declínio da Ordem Liberal ver Mearsheimer (2019).

diversidade, a abrangência e a capacidade dos seus recursos naturais cumprem um importante papel em suas estratégias de desenvolvimento econômico, assim como suas dificuldades em transformar as receitas advindas da exploração de recursos naturais em uma base para o desenvolvimento acelerado de suas economias nacionais, transformando-as em diversificadas e sólidas.⁶

Com o final da Guerra Fria, a Rússia perdeu seus parceiros econômicos tradicionais (ex-repúblicas soviéticas e Estados socialistas da Europa Oriental, Ásia e Terceiro Mundo), consumidores dos seus produtos industrializados. Desde 1991, a Rússia se converteu em, quase que exclusivamente, fornecedora de matérias-primas, principalmente gás e petróleo. Nesse sentido, sua posição não era muito diferente da africana na Divisão Internacional do Trabalho, e os efeitos da chamada “Doença Holandesa” não tardaram a ser sentidos. No século XXI, a economia global começou a experimentar uma escassez relativa de vários desses recursos. Isso significa que a melhor forma de os utilizar poderá produzir uma poupança para o desenvolvimento.

Assim como a China e o Brasil, a Rússia também investiu em projetos de infraestrutura na África. Também, como a China, a Rússia tem buscado uma aproximação holística ao continente. Em 2019 ocorreu a primeira Cúpula Rússia-África, em Sochi (24 de outubro). Na ocasião, além dos chefes de Estado, estiveram presentes os representantes das principais organizações econômicas regionais africanas. Cooperação política, legal, securitária, econômica e comercial, científica, técnica, humanitária e de informação, e proteção ambiental nortearam os diálogos. Em 28 de julho de 2023, em São Petersburgo, ocorreu a segunda Cúpula Rússia-África, quando, além dos eixos de cooperação mencionados, a cooperação nas áreas educacional, cultural, desportiva, sanitária e climática demonstrou o aprofundamento dos eixos de diálogo. Entretanto, a segunda Cúpula Rússia-África representou um nível mais elaborado de conscientização das partes sobre questões de interesse mútuo. Ainda que o comprometimento com o combate à unilateralidade e à arbitrariedade das decisões políticas e econômicas esteja presente nas declarações de ambas as Cúpulas, a intensificação do debate em torno da necessidade de reformas estruturais, aprimoramento das instituições internacionais, e a necessidade de combater as estratégias de desestabilização do Ocidente são objeto de destaque.

Ao analisar a política externa da Rússia para África, a retomada e o incremento das relações são a camada mais visível de uma mudança profunda. A campanha ocidental anti-Rússia e a Guerra na Ucrânia impulsionaram um salto qualitativo nas interações. Por outro lado, a disputa por apoio entre a Rússia e a OTAN tem gerado tensões e conflitos na África. Em particular, as sanções dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a Moscou provocaram a ampliação das relações africanas com a Rússia, tanto por razões econômicas (importação

6 Ver Fituni; Abramova (2010) e Daniel; Shubin (2018).

de cereais e fertilizantes, por exemplo), como político-securitárias. As sanções, contrariando seus objetivos, tiveram como efeito a criação de novas oportunidades para os países africanos de afastamento dos laços neocoloniais.⁷

No que tange às relações político-securitárias, a baixa eficácia das missões de paz da ONU e a ampliação da presença militar ocidental nos marcos da Guerra ao Terror abriram espaço para as operações militares russas. Inicialmente a cargo do Grupo Wagner,⁸ e agora do Africa Corps⁹ (força diretamente subordinada ao Ministério da Defesa russo), a presença militar ocorre com vistas ao treinamento local, bem como suporte técnico. A cooperação é complementada por visitas regulares do vice-ministro da Defesa, Yunus-Bek Yevkurov, e por remessas de armas e equipamentos encomendados à África. Para a Rússia, a capacidade de autodefesa e a soberania das nações africanas promove uma gradual “africanização” dos conflitos e, por consequência, maior capacidade de solucioná-los. O discurso ocidental de isolamento da Rússia, nesse sentido, choca-se com a nova realidade na qual a ação do Africa Corps pode se converter em um eficaz instrumento de política externa.

Historicamente, os conflitos africanos se relacionam a intervenções externas, diretas ou indiretas. Com o final da Guerra Fria, a intervenção estrangeira assumiu novas características: o Estado, fragilizado, e os seus apoiadores externos não mais monopolizavam os meios de coerção. Em muitos casos, oportunistas, senhores da guerra ou grupos paramilitares, desprovidos de ideologia ou programa político, preencheram o vácuo de poder. Em outros, forças multinacionais (a exemplo da ONU) intervieram com a intenção de monitorar e assegurar acordos de paz, ou facilitar operações de assistência humanitária. Todavia, não foram poucos os casos nos quais grupos de interesse externos aproveitaram a vulnerabilidade dos Estados africanos para promover seus próprios objetivos e se beneficiar com recursos naturais. As fontes de financiamento também foram diversificadas com o final da Guerra Fria. As novas guerras, em boa medida, foram financiadas pelo saque de recursos naturais, pilhagem de populações locais, contrabando de armas, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Por outro lado, a estabilização e as condições de desenvolvimento levaram a novas intervenções militares (como no caso da Líbia) ou às Revoluções Coloridas (como no caso do Magreb).

7 Destaca-se as mudanças de regime no Sahel, tradicional área de atuação neocolonial francesa, especialmente os casos do Mali (2021), Chade (2021), Burkina Faso (2022) e Níger (2023) que, além da exigência de retirada das tropas francesas, anunciou o rompimento das relações comerciais, especialmente a exportação de urânio. Com relação ao neocolonialismo monetário praticado pela França na África Ocidental, chama-se atenção para o fato de 13 países terem se retirado da Zona do Franco CFA. E, ainda, nota-se o gradativo enfraquecimento de organizações regionais tuteladas por países ocidentais diante da saída de países chave, a exemplo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

8 Para uma análise objetiva sobre a posição do Grupo Wagner na estratégia russa, ver Baud (2023). Ver, também, Hedenskog (2018).

9 Trata-se da intensificação das parcerias militares com a região do Sahel, mas com perspectivas de se expandirem para a África Ocidental.

A Rússia identificou a demanda africana por uma ordem policêntrica e mais igualitária. A erradicação do neocolonialismo, a estabilização dos conflitos e segurança alimentar e energética como condições para o desenvolvimento, são condições defendidas por importantes países africanos no âmbito da União Africana com base no princípio “problemas africanos, solução africana”. Os fóruns multilaterais são, portanto, espaços fundamentais para a diplomacia dos países africanos. Nesse sentido, Moscou busca investir nas estruturas de integração africana como uma ação de longo prazo. Mas, também, o BRICS, as Cúpulas Rússia-África e os Fóruns russo-africanos são os espaços de aprofundamento dos diferentes eixos de cooperação. A resolução dos conflitos em regiões consideradas estratégicas (considerando, aqui, principalmente os países com recursos naturais) é necessária para o incremento do Projeto Russafrica. Trata-se do estabelecimento de parcerias estratégicas para as condições de modernização e de desenvolvimento. A essência do conceito é construir um sistema de relações que seja mutuamente favorável para alcançar metas de desenvolvimento. Vale lembrar que a história do relacionamento mútuo não é obscurecida pelo fardo colonial.

A Declaração de Kazan, divulgada na Cúpula do BRICS, em outubro de 2024, ilustra a relevância da África para a estabilidade internacional. O documento definiu a necessidade de apoiar o continente no contexto das profundas transformações internacionais. E, ainda, enfatizou que a competição que os EUA e a Europa impõem às relações no eixo Sul-Sul e Sul-Leste podem continuar inibindo as possibilidades de desenvolvimento, seja pela estratégia das “ajudas humanitárias” e da “agenda verde”, seja pela institucionalização de relações dependentes. A resposta do BRICS se direciona à liberalização do comércio e investimento na África, facilitados devido à criação da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA). A China lidera nesse aspecto devido à sua economia ampla e mais desenvolvida em relação à de outros membros do BRICS, mas Rússia, Índia e Emirados Árabes Unidos também estão fazendo avanços importantes nessa direção. O objetivo é diversificar as parcerias comerciais desses países para que não sejam desestabilizadas caso os EUA os expulsem do Ato de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA), como ocorreu com Etiópia e Mali em forma de punição por se recusarem a cumprir suas demandas políticas, por exemplo. Sob o ponto de vista estratégico, a Rússia tem interesse em liderar os demais países do BRICS na neutralização da presença ocidental no continente e na capacitação dos parceiros africanos.

As relações entre a Rússia e a África avançaram substancialmente em 2024. Notavelmente, mesmo nações com alinhamento político limitado em relação à Moscou demonstram cada vez mais interesse em fortalecer os laços com a Rússia. Um primeiro elemento a ser ressaltado ocorreu no âmbito político-diplomático. A expansão do BRICS, anunciada em 2023 e formalizada em janeiro de 2024 também foi uma “expansão africana”. Etiópia e Egito se juntaram à organização durante a presidência russa do BRICS. Para ambos os países, essa será uma oportunidade de

fortalecer suas posições econômicas e expandir sua influência política. A Etiópia terá a chance de atrair mais investimentos em infraestrutura, na indústria e na agricultura ao mesmo tempo em que poderá acessar os mercados dos demais países-membro. Já o Egito, considerando sua localização estratégica e o controle do Canal de Suez, poderá assumir posição como importante centro de transporte e energia dentro do BRICS. E, ainda, a filiação ao BRICS garantirá a esses países acesso a financiamento do Novo Banco de Desenvolvimento e ajudará na diversificação das suas fontes de financiamento externo. Também em 2024, o pedido da Argélia para se juntar ao Novo Banco de Desenvolvimento foi aprovado. Uma das maiores economias africanas, o país poderá contribuir, como doador, com o capital do Banco, além de se tornar destinatário. A estrutura de parceiros africanos para colaboração também foi definida na última Cúpula do BRICS.

Outro marco político significativo nas relações russo-africanas foi a Primeira Conferência Ministerial do Fórum de Parceria Rússia-África, realizada em novembro de 2024 e da qual participaram 40 ministros de várias nações africanas. As conversas lideradas pelo ministro das Relações Exteriores, Sergey Lavrov, demonstraram o crescente esforço diplomático da Rússia. A ideia de colaboração contínua incluiu reuniões regulares de alto nível e conversas bilaterais. Visitas diplomáticas consideradas extraordinárias passaram a acontecer regularmente. Além de Lavrov, outros oficiais russos de alto escalão visitaram a África, como os dos Ministérios de Energia, Economia, Finanças, entre outros. As atividades de comissões intergovernamentais também se intensificaram. Essas iniciativas, complementadas pela cooperação nas áreas de tecnologia, defesa, educação, saúde e combate a doenças infecciosas, estão estabelecendo vínculos econômicos, sociais, educacionais e culturais entre a Rússia e as nações africanas.

A ampliação das relações econômicas também pode ser observada pela criação de mecanismos financeiros. Também em 2024 foi estabelecido um fundo para financiar projetos de investimento no continente. De acordo com o governo russo, o volume total de investimentos públicos e privados na economia dos países africanos seria de pelo menos US\$ 2 bilhões, com fundos públicos atuando como catalisadores para investimentos privados. Esse fundo foi projetado para simplificar as transações financeiras e facilitar a entrada de empresas russas nos mercados africanos. A promoção de infraestrutura e diferentes projetos tende, portanto, a alinhar os objetivos de desenvolvimento da Rússia e dos países africanos. O padrão de cooperação que a Rússia tem estabelecido no continente diferencia o país das tradicionais relações desiguais com o Ocidente, e uma infraestrutura soberana tem sido construída para estabelecer essa conexão.

Os eventos acima mencionados representam mudanças importantes na política externa da Rússia, mas também dos países africanos. Para a Rússia, a via ocidental

se tornou secundária em relação à sua diplomacia afro-eurasiana. Todavia, há um elemento de longa duração que não pode ser desprezado – a manutenção de uma atitude obstinadamente defensiva, que continua a ser uma tendência geral na política e na retórica da Rússia. O que se observa (especialmente a partir das sanções iniciadas em 2014) é que outros espaços internacionais como a África (e, também, o Oriente Médio) têm oferecido oportunidades geopolíticas para o desenvolvimento da Rússia, ao menos em médio prazo. Há problemas estruturais com que os russos devem lidar e que se conectam com importantes mudanças demográficas e econômicas globais. A crescente migração de mão de obra de países africanos para a Rússia ilustra uma tendência inédita nas relações bilaterais. Trabalhadores africanos aumentam em número, atuando em diferentes setores, da alta gerência à construção na Rússia. O boom populacional na África, portanto, vai ao encontro da queda demográfica e escassez de mão de obra na Rússia. Os benefícios econômicos dessa migração para ambos os lados são evidentes, mas também podem ser desafiadores sob o ponto de vista das tensões sociais e aumento do trabalho ilegal.

Contudo, os países africanos perceberam a emergência da Rússia como fornecedor global de bens estratégicos a partir de sua capacidade energética (incluindo hidrocarbonetos, energia e usinas nucleares, e materiais utilizados para gerar energias renováveis), dos serviços financeiros (fornecimento de capital) e de setores como o de comunicações, produção de medicamentos, produção de alimentos e produção de bens industriais de defesa. Ademais, há um histórico de cooperação política e educacional – muitos africanos receberam educação ou formação prática nas universidades e escolas militares soviéticas e constituem, hoje, grupos de intelectuais, políticos e empresários na África que, independentemente de suas posições políticas, não são hostis à cooperação com o país. Para a Rússia, a importância da África (mas também do Oriente Médio), sob o ponto de vista geoestratégico, relaciona-se a perspectivas previstas para o desenvolvimento econômico, aos recursos e à importância geopolítica-militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto mundial atual, no qual a África adquire relevância, apresenta um conjunto de tensões sobrepostas e multifacetadas, cujo epicentro estamos atravessando. A crise atual é bastante peculiar, principalmente pela simultaneidade de vários eventos que convergem em direção aos conflitos e às guerras. Por outro lado, o desgaste político, ideológico e econômico do Ocidente descortinou, no continente africano, uma diversidade de projetos, novos regimes políticos e intenso crescimento econômico que ampliou o lugar da África na economia global. As mudanças de caráter sistêmico na posição do continente africano, como espaço geopolítico e geoeconômico, decorrem do estabelecimento de um novo padrão político de interações internacionais, com o desenvolvimento das parcerias africanas nos marcos da Cooperação Sul-Sul e Sul-

Leste, paralelamente à erosão do monopólio político e econômico de cinco séculos do Ocidente. A África caminha, nesse sentido, em direção à defesa da adequação da ordem internacional às realidades do século XXI.

O impacto das mudanças climáticas é particularmente acentuado no continente, que apresenta a mais elevada taxa de crescimento demográfico do mundo, que igualará sua população à da Ásia no final do século. Atualmente, essa população, extremamente jovem, tem constituído a base de crescentes fluxos migratórios intra-africanos e rumo à Europa, gerando tensões internacionais. Simultaneamente, cresce a procura por recursos naturais estratégicos no continente e a inevitável multiplicação de interações com as potências antigas e em ascensão. Em tal quadro, os dirigentes são forçados a buscar formas políticas alternativas, se tornando mais assertivos no fortalecimento do Estado e da diplomacia. Seriam sustentáveis essas novas formas políticas? Ao mesmo tempo, emergem rivalidades regionais, típicas do amadurecimento de Estados-nação, como na Europa dos séculos anteriores. O surpreendente é que tal processo obriga as potências extracontinentais a terem que se adaptar à nova dinâmica e às prioridades africanas.

Com o final da Guerra Fria, os EUA emergiram como Estado desestabilizador, conduzindo à descrença no sistema econômico liberal e à crise da globalização neoliberal. Na esteira desse processo, a União Europeia declinou e perdeu, gradativamente, sua área de influência. Ao mesmo tempo, novos polos economicamente dinâmicos (inclusive no campo tecnológico) ascenderam e revelaram a crise do Ocidente como centro de poder mundial. A proatividade africana, árabe e asiática combinada com as alianças táticas das chamadas “potências emergentes” em relação às ações dos EUA impulsionou realinhamentos internacionais na busca de novos modelos socioeconômicos. Considerando o contexto de tensões e realinhamentos internacionais, a proposta analítica aqui apresentada teve o propósito de suprir uma lacuna, qual seja, avaliar a importância da África na Grande Estratégia Russa na sua dimensão afro-eurasiana.

Desde os anos 2000, a Rússia iniciou um processo de recuperação das suas capacidades e recursos de poder em uma fase sistêmica pós-hegemônica, defendendo a ideia de construção de uma ordem internacional multipolar e de reequilíbrio do sistema mundial. A multipolaridade ainda é instável, e esses níveis de instabilidade afetam diretamente a possibilidade de retomada dos projetos nacionais de desenvolvimento da chamada semiperiferia mundial, na qual o Brasil se insere. Identificar os desafios e as potencialidades no processo de recuperação das suas capacidades, bem como a perspectiva estratégica da Rússia, poderá se converter em lições para o Brasil e para a América Latina, ainda sem rumo. Entende-se, portanto, que esta proposta analítica pode vir a contribuir com o debate crítico sobre a política externa brasileira, a importância estratégica da África e da Eurásia (em especial a Rússia) como polo de poder internacional

SOBRE A AUTORA

Analúcia Danilevicz Pereira: Professora de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército/ECEME. É Doutora em História pela UFRGS. Coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos – Cebráfrica/UFRGS, Pesquisadora do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais – Nerint/UFRGS e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo – CEGOV/UFRGS. Editora da Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA). Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais/IRI – PUC-Rio.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVA, Irina; FITUNI, Leonid. Russia's new strategy on Africa. *Herald of Russian Academy of Sciences*, [s. l.], v. 90, n. 6, 2020.
2. ABRAMOVA, Irina; FITUNI, Leonid. The African segment of a multipolar world: dynamics of geostrategic significance. *World Economy and International Relations*, [s. l.], v. 62, n. 12, p. 5 14, 2018. Disponível em: <https://www.imemo.ru/en/publications/periodical/meimo/archive/2018/12-t-62/the-world-at-the-beginning-of-millennium/the-african-segment-of-multipolar-world-dynamics-of-geostrategic-significancy>. Acesso em: 17 ago. 2025.
3. BAUD, Jacques. The Wagner mutiny. *The Postil Magazine*, 2023. Disponível em: <https://www.thepostil.com/the-wagner-mutiny/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
4. DANIEL, Rosaline; SHUBIN, Vladimir. Africa and Russia: the pursuit of strengthened relations in the Post-Cold War era. In: NAGAR, Dawn; MUTASA, Charles. *Africa and the world: bilateral and multilateral international diplomacy*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018.
5. FITUNI, Leonid; ABRAMOVA, Irina. *Resource potential of Africa and Russia's national interests in the XXI century*. Moscow: Institute for African Studies of the Russian Academy of Sciences, 2010.
6. HEDENSKOG, Jakob. Russia is stepping up its military cooperation in Africa. *Totalförsvarets forskningsinstitut*, 2018.
7. HERD, Graeme P. *Understanding Russian strategic behavior: imperial strategic culture and Putin's operational code*. London: Routledge, 2022.
8. KOLOSSOV, Vladimir; TUROVSKY, Rostislav. Russian geopolitics at the fin-de-siecle. *Geopolitics*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 141 164, 2001.
9. KOSTELYANETS, Sergey V.; OKEKE, Obidozie Afamefuna A. Russia and the global competition for Africa: the military dimension. *Vostok (Oriens)*, Moscow, n. 6, p. 184 198, 2018.
10. MEARSHEIMER, John J. Bound to fail: the rise and fall of the liberal international order. *International Security*, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 7 50, 2019.
11. MONAGHAN, Andrew (ed.). *Russian grand strategy in the era of global power competition*. Manchester: Manchester University Press, 2022.
12. MONAGHAN, Andrew. *Power in modern Russia*. Manchester: Manchester Univ. Press, 2017.
13. MONGRENIER, Jean-Sylvestre; THOM, Françoise. *Géopolitique de la Russie*. Paris: PUF/Humensis, 2018.
14. VEIGA, Francisco. *El desequilibrio como Orden: una historia de la Posguerra Fría*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
15. VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia. *Putin, a OTAN e a Guerra na Ucrânia: a ascensão da multipolaridade instável*. Porto Alegre, RS: Leitura XXI/Nerint-UFRGS, 2025.

Submissão em 11 de setembro de 2024

Aceito em 12 de outubro de 2024

DOSSIÊ

SISTEMAS DE CRISES E DE CONFLITOS NO SAHEL CENTRAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL E MULTIESCALAR

*CRISIS AND CONFLICT SYSTEMS
IN THE CENTRAL SAHEL:
A MULTIDIMENSIONAL AND
MULTI-SCALAR ANALYSIS*

Frédéric Monié* 

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia,
Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
E-mail: fredericmonie@igeo.ufrj.br

RESUMO

Desde 2010, observamos uma degradação da situação securitária em Mali, Burkina Faso e Níger. Insurgências jihadistas e separatistas, violências intercomunitárias, criminalidade, brutalidade das forças armadas, golpes de Estado, violações dos direitos humanos participam de complexos conflituais que justificam uma abordagem multidimensional e multiescalar. Objetivamos analisar como sistemas de crises, complexos e evolutivos, dão origem a sistemas de conflitos que se regionalizam, formando estruturas espaciais reticulares transnacionais. A multiplicidade dos beligerantes, a ausência de reivindicações, a fluidez das práticas espaciais dos insurgentes e a descontinuidade temporal das operações desenham um cenário onde células das franquias do jihadismo global se beneficiam da vulnerabilidade e das frustrações da juventude. Nossa abordagem aponta que o tripé soberania/território nacional/povo, adequado a um sistema internacional bipolar estruturado por interações verticais e uma lógica centro/periferia, não é um recurso analítico plenamente relevante no estudo da conflitualidade saheliana. Num mundo apolar que desverticaliza as relações internacionais, devemos considerar as dinâmicas horizontais da violência política, assim como a subjetividade dos atores que coloca em xeque políticas e instrumentos tradicionais da potência.

Palavras-chaves: Conflitualidade; Sistemas de Crises; Sistemas Regionais de Conflitos; Sahel Central; África Subsaariana

ABSTRACT

Since 2010, we have observed a deterioration in the security situation in Mali, Burkina Faso and Niger. Jihadist and separatist insurgencies, intercommunal violence, criminality, brutality of the armed forces, coups d'état and human rights violations are part of conflict complexes that justify a multidimensional and multi-scalar approach. Our aim is to analyze how complex and evolving crisis systems give rise to conflict systems that become regionalized, forming transnational reticular spatial structures. The multiplicity of belligerents, the absence of demands, the fluidity of the spatial practices of the insurgents and the temporal discontinuity of operations paints a scenario in which cells of the franchises of global jihadism benefit from the vulnerability and frustrations of young people. Our approach suggests that the sovereignty/national territory/people tripod, appropriate for a bipolar international system structured by vertical interactions and a center/periphery logic, is not a fully relevant analytical resource in the study of Sahelian conflict. In a nonpolar world that deverticalizes international relations, we must consider the horizontal dynamics of political violence, as well as the subjectivity of actors who challenge traditional policies and instruments of power.

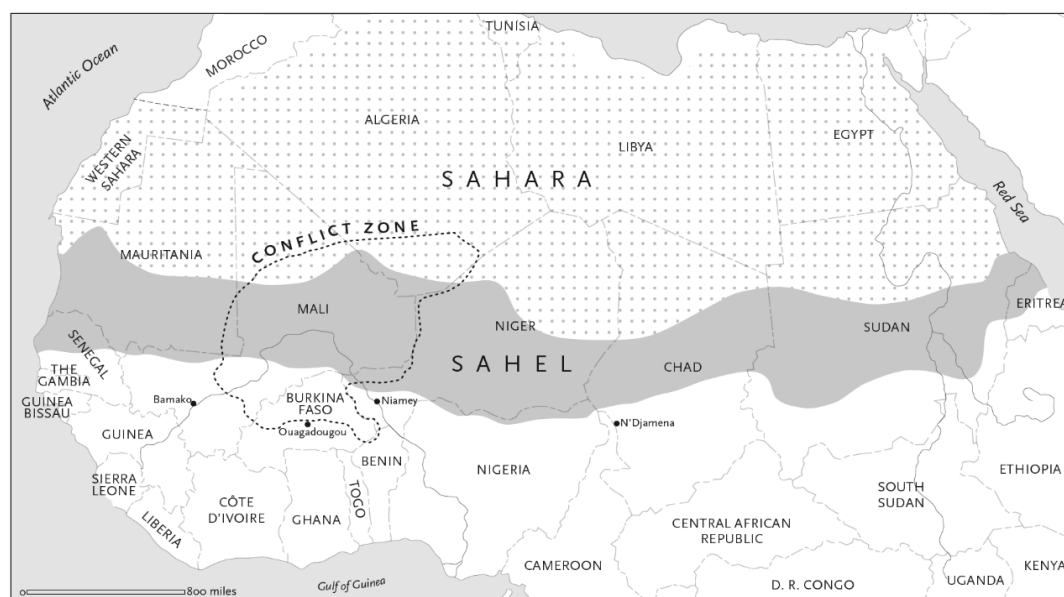
Keywords: Conflict; Crisis Systems; Regional Conflict Systems; Central Sahel; Sub-Saharan Africa

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 2010 assistimos a uma intensificação da violência política e a uma multiplicação dos conflitos armados na África subsaariana, enquanto seu número tende a regredir no resto do mundo. Podemos, também, observar mudanças na natureza e na magnitude desses conflitos. Nesse sentido, o Sahel Central, região formada pelo Mali, o Burkina Faso e o Níger (Mapa 1), figura hoje entre as mais conflagradas do continente e do sistema internacional. O baixíssimo nível de desenvolvimento humano, a recorrência de secas e crises humanitárias, a instabilidade política, a má governança, o controle precário dos Estados sobre os territórios nacionais, os impactos locais das mudanças climáticas globais, a predação econômica, as tensões históricas entre algumas comunidades, o ritmo ainda acelerado do crescimento demográfico, os deslocamentos maciços de população e a influência nociva de potências externas a região desenham um quadro a priori propenso ao acirramento de rivalidades preexistentes e ao surgimento e/ou à consolidação de conflitos diante dos quais as autoridades nacionais e locais se revelam globalmente desarmadas. .

Mapa 1 – Área com maior ocorrência de conflitos armados na região Saara/Sahel

Map of Sahara-Sahel, Showing 'Conflict Zone'



Fonte: Idrissa (2021).

Nesse cenário, a violência política reveste formas cada vez mais diversas: terrorismo jihadista, separatismos, conflitos intercomunitários e/ou interprofissionais, “guerra ao terror” vitimando populações civis, golpes de Estado, repressão das oposições políticas, criminalidade etc. Por sua parte, os conflitos armados são caracterizados por uma articulação complexa das escalas local, macrorregional e mundial e de elementos estruturais e conjunturais. As espacialidades e as temporalidades muito fluidas dos

conflitos, assim como a multiplicidade dos atores, cujos objetivos e reivindicações são frequentemente pouco decifráveis, conferem ainda mais complexidade e reticularidade à conflitualidade em curso no Sahel Central.

Diante das interações densas, tensas e múltiplas entre subsistemas e entre beligerantes, da articulação complexa das escalas geográficas, da multiplicação dos pontos de ruptura e episódios de desequilíbrio, do entrelaçamento das vulnerabilidades e das situações de risco, do caráter instável, fluido e descontínuo da conflitualidade, propomos esboçar aqui a definição das categorias analíticas *sistemas de crises* e *sistemas regionais de conflitos*, que consideramos relevantes para abordar a instabilidade geopolítica com instrumentos adequados a suas características regionais.

OS TRÊS CICLOS DA CONFLITUALIDADE ARMADA AFRICANA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Na segunda metade do século XX, as causas, manifestações e consequências dos conflitos armados evoluíram constantemente. Por isso, podemos, ao nosso ver, distinguir três ciclos de conflitualidade armada.

O ciclo da conflitualidade de libertação nacional

A Segunda Guerra Mundial sancionou o advento de uma nova ordem mundial dominada por duas megapotências, os Estados Unidos e a União Soviética, e marcou a emergência do Terceiro Mundo, cujos líderes lutavam em prol da descolonização, contra o racismo e a favor de uma nova ordem econômica mundial. Por sua parte, a tutela das potências coloniais europeias sobre seus impérios ultramarinos da Ásia, do Mundo Árabe e da África subsaariana, era cada vez mais contestada nas instâncias internacionais e pelos movimentos independentistas (VISENTINI; TEIXEIRA RIBEIRO; PEREIRA, 2014).

No continente africano, intelectuais como Kwamé N’Krumah, Patrice Lumumba, Amílcar Cabral, Léopold Sédar Senghor, Julius Nyerere, Jomo Kenyatta, Samora Machel e outros, construíam um cenário sociopolítico em prol da autodeterminação das colônias. Movimentos sociais e sindicatos também contestavam a ordem colonial (MAZRUI, 2010). Frente ao novo contexto, as potências europeias reagiram de acordo com as especificidades de cada modelo colonial. A Grã-Bretanha organizou uma transição globalmente pacífica, em consonância com a governança de tipo self-government vigente nas suas colônias (COOPER, 2016). A resistência à descolonização revelou-se muito maior no caso da França e de Portugal. Na Conferência de Brazzaville (1944), o presidente de Gaulle excluiu uma emancipação das colônias africanas. Senegal (1944), Madagascar (1947) e Camarões (anos 1950) foram, então, palcos de massacres perpetrados pelas forças francesas. No entanto, a crescente resistência ao

colonialismo estimulou Paris a preparar as independências de modo a preservar seus interesses econômicos e geopolíticos. Apesar da violência da repressão em diversos países, a França sempre defendeu a tese de uma descolonização planejada e pacífica (M'BEMBE, 2019; MONIÉ, GUAMBE, 2023). Mas foi no Império Português que a descolonização desembocou nos conflitos mais violentos. O regime fascista de Antônio Salazar lutou incansavelmente contra a emancipação nacional de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, onde as guerras de libertação, que contribuíram para o esfacelamento do governo português, se prorrogaram até 1975.

O ciclo das guerras civis pós-coloniais

Na África subsaariana recém-emancipada da tutela colonial, a conflitualidade armada adquiriu novos contornos. No período 1970-1990, fatores exógenos contribuíram para a ocorrência de golpes militares, guerras civis, conflitos separatistas e para a instabilidade geopolítica. Durante a Guerra Fria, o bloco ocidental apoiava ditaduras, como o Zaire governado por Mobutu Sesse Seko, em nome de contenção do expansionismo soviético, enquanto a URSS consolidava sua influência, amparando governos “revolucionários” (Angola, Moçambique, Somália, Etiópia, Mali etc.) (VISENTINI, 2012). A rivalidade entre os dois blocos provocou, ou foi o motor, de conflitos armados de substituição, alguns longos e sangrentos como na Angola e em Moçambique (N'DIMINA-MOUGALA, 2007). Por sua parte, a África Austral era profundamente desestabilizada pela oposição entre a África do Sul, onde vigorava o regime do apartheid (1947-1990), e países vizinhos que formavam uma linha de frente apoiando a luta do Congresso Nacional Africano (ANC). Enfim, as ingerências externas foram, também, determinantes em conflitos separatistas que eclodiram em regiões ricas em recursos naturais, como o Katanga no Zaire (1960-1965) ou o Delta do Níger na Nigéria (1967-1970). No mesmo período, a França recorreu a operações militares e ao sistema de influência política e geopolítica FranceAfrique para garantir a estabilidade dos governos aliados ou, ao contrário, promover golpes de Estado quando e onde seus interesses econômicos ou geoestratégicos estivessem ameaçados.

Os fatores exógenos participam, então, da conflitualidade segundo uma lógica centro/periferia que lhe confere uma dimensão vertical no bojo de um sistema internacional cujos atores hegemônicos desestabilizam diversas regiões do mundo para defender seus interesses. Porém, o surgimento e/ou a perpetuação de conflitos armados foram também associados a dinâmicas endógenas. Lutas para o acesso ao poder político e a apropriação da renda das exportações de recursos naturais, crises sociais e econômicas, rivalidades de cunho religioso ou etnocultural, foram, assim, responsáveis pela violência política em alguns países e regiões durante o período 1970-1990. Precisamos, da mesma maneira, destacar que, em escala nacional, alguns atores instrumentalizaram as oposições ideológicas globais entre as superpotências

para se beneficiar de parcerias civis e militares, contribuindo para a militarização da geopolítica continental (MONIÉ, GUAMBE, 2023).

Após as independências, o Estado foi, então, um ator central da conflitualidade. Reinvidicações territoriais provocaram guerras entre a Etiópia e a Somália (1977/1978), Uganda e Tanzânia (1978/1979), Mali e Burkina Faso (1985) mas, também, entre governos nacionais e movimentos separatistas no Zaire (Katanga), na Nigéria (Biafra), no Sudão (províncias meridionais), no Senegal (Casamansa), na Angola (Cabinda) e na Etiópia (regiões setentrionais) (GAZIBO, 2010). A soberania dos Estados era também ameaçada por grupos rebeldes no Leste da República do Congo (ex-Zaire) e sobretudo na Angola e em Moçambique, que mergulharam em guerras civis duradouras alimentadas pela política de desestabilização regional da África do Sul e da Rodésia do Sul, após a independência das colônias portuguesas.

A defesa da soberania política e da integridade do território nacional mobilizava os governos de países recém-emancipados da tutela colonial que lutavam para construir Estados-nação. Por sua parte, movimentos secessionistas os enfrentavam em busca do controle territorial sobre regiões periféricas cuja identidade era oprimida por autoridades nacionais assimilacionistas. Alguns grupos rebeldes se beneficiavam do apoio de corporações multinacionais (mineração, hidrocarbonetos), de governos de países vizinhos ou potências estrangeiras ao continente (BASSEY, 2015). A defesa e o exercício hegemônico do poder sobre um território e um povo constituíam, portanto, um elemento central de uma conflitualidade armada cujos atores legitimavam sua ação mediante uma retórica que expunha seus objetivos e reivindicações. Esses atores pretendiam perpetuar, ou estabelecer, uma ordem sociopolítica recorrendo à violência armada, segundo uma linha de tempo em quatro etapas: escalada, apogeu, decréscimo da violência e saída do conflito (CALAS, 2011). Territorialidades, escalas, temporalidades e reivindicações dos atores da conflitualidade armada convencional eram, assim, claramente delimitadas e inseridas num sentimento internacional estruturado por interações verticais entre um centro hegemônico e periferias subordinadas.

O ciclo da conflitualidade pós-guerra fria (1990-2000)

Na década de 1990, assistimos a um decréscimo da conflitualidade armada no mundo e, ao contrário, a uma multiplicação dos conflitos na África subsaariana, apesar de uma conjuntura geopolítica global e regional *a priori* mais favorável à paz (fim da Guerra Fria, do *apartheid* e de guerras civis, transição democrática em alguns países etc.). Na Etiópia, no Sudão, na Nigéria e no Senegal, movimentos separatistas permaneciam ativos. Em 1993, os rebeldes eritreanos obtiveram a independência do território reivindicado, colocando pela primeira vez em xeque a resolução de intangibilidade das fronteiras herdadas da era colonial adotada pela Organização da União Africana (OUA) em 1963 (VISENTINI; TEIXEIRA RIBEIRO; PEREIRA, 2014). Da mesma forma,

as guerrilhas consolidavam seu protagonismo, em particular no leste da República do Congo, onde atuam dezenas de grupos armados desde a década de 1960.

No entanto, observamos, também, formas de conflitualidades cujas dimensões espaciais, temporais e operacionais são inéditas. Na África Ocidental, guerras civis eclodiram na Libéria (1989–2003), em Serra Leoa (1991–2003) e na Costa do Marfim (2002–2007; 2010–2011). Nos dois primeiros países, os conflitos foram atribuídos à exacerbação de rivalidades étnicas por “senhores da guerra” cobiçando a renda da extração e do contrabando de diamantes. As demais variáveis econômicas, políticas e sociais que, também, contribuíram para o acirramento das tensões eram globalmente ignoradas (GAZIBO, 2010). Em 1994, o genocídio dos tutsis por grupos radicais hutus e parte da população de Ruanda, foi também exclusivamente atribuído a uma rivalidade étnica histórica na região dos Grandes Lagos, onde a diversidade etnocultural foi de fato instrumentalizada pelas autoridades coloniais e pós-coloniais (MWEYANG AAPENGNUO, 2010). No entanto, o projeto de extermínio de uma população não pode ser extraído de seu contexto nacional e regional, pois fatores conjunturais (sociais, econômicos, ambientais, políticos etc.) e estruturais (protagonismo de países vizinhos e potências mundiais, características da inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), desigualdades socioespaciais, rivalidades entre categorias profissionais, demografia, uso do solo etc.) contribuíram também para a degradação do cenário político e geopolítico (GAUD, 2004). Apesar de ser historicamente recorrente, o recurso ao identitarismo étnico como causa única da conflitualidade armada na Libéria, em Serra Leoa ou em Ruanda tem evidentes limitações empíricas, analíticas e teóricas (MARCHAL, 2004).

Mamoudou Gazibo (2010) destaca outra dinâmica central da conflitualidade armada durante a década de 1990: a difusão espacial transfronteiriça das operações militares. A tendência à internacionalização da guerra foi nítida na África Ocidental, com o alastramento do conflito da Libéria para Serra Leoa e, finalmente, para a Costa do Marfim (MARCHAL, ERO, FERME, 2002). Na África Central, a circulação de beligerantes em escala regional, os movimentos maciços de população civil, a precariedade do controle do Estado central sobre as margens territoriais, a porosidade das fronteiras, o isolamento geográfico das regiões periféricas, as consequências humanas desastrosas do genocídio dos tutsis ruandeses, a instabilidade política interna em diversos países etc. desestabilizavam a região, mais especificamente o leste da República Democrática do Congo (RDC), palco de duas “guerras mundiais africanas” (1996–1997 e 1998–2002) que ceifaram mais de cinco milhões de vidas humanas, transformaram o estupro coletivo em arma de guerra, mutilaram centenas de milhares de pessoas, devastaram as infra estruturas sociais e econômicas, degradaram o meio ambiente e envolveram países como Ruanda, Uganda, Burundi, Angola, Namíbia, Zimbábue, Chade, além de dezenas de grupos insurgentes e redes transnacionais de contrabando de pedras preciosas (SILVA, 2006). O processo de internacionalização dos conflitos foi também observado nos confins do Darfur sudanês, no sudeste do Chade e norte da República

Centro-Africana, onde surgiram bolsões transnacionais de instabilidade geopolítica que abrigam até hoje movimentos armados, mercenários estrangeiros saqueando recursos minerais, deslocados, refugiados etc. (MARCHAL, 2004; GAZIBO, 2010).

As atrocidades cometidas por todos os beligerantes dos conflitos contribuíram para consolidar a imagem de uma humanidade africana irracional, “naturalmente violenta”, propensa a cometer barbaridades, perpetuando representações presentes na *biblioteca colonial* (MUNDINBE, 1988; KI-ZERBO, 2006). Por sua parte, a análise da conflitualidade se limitou, com frequência, a interpretações unidimensionais que ressaltavam o papel da etnicidade, da religião ou da cobiça por recursos naturais como fatores explicativos únicos da violência política (MONIÉ, GUAMBE, 2023).

Quadro 1 – Características gerais dos três ciclos de conflitos convencionais na África subsaariana

	Objetivos	Atores	Território de referência	Escala de referência
Guerras de libertação nacional	Emancipação nacional	Movimentos de libertação	Nacional	Nacional
Conflitos secessionistas	Independência/ autonomia	Grupos secessionistas	Região (do território nacional)	Regional
Guerrilhas	Tomada do poder	Movimentos políticos armados	Nacional	Nacional
Pontos comuns	Definidos e proclamados	Influência de atores externos	Território-Zona	Claramente delimitada

Fonte: Monié e Guambe (2023).

O SAHEL CENTRAL DESDE OS ANOS 2010: UM NOVO CICLO DE CONFLITUALIDADE?

No início do século XXI, mesmo se persistem focos de conflitualidade em alguns países (leste da RDC, RCA, Sudão, Somália etc.), observamos um decréscimo da violência política de grande magnitude na África subsaariana (GAZIBO, 2010). O “super ciclo das *commodities*” do período 2002–2014 conecta de forma mais intensa o continente africano às redes do comércio mundial. Países “do Sul”, com destaque para a China, investem maciçamente na construção e na operação de infraestruturas técnicas, na mineração, na cadeia óleo e gás, nas telecomunicações, nos setores financeiro e imobiliário etc. Após a “década perdida”, a África é apresentada como a mais promissora nova fronteira do capitalismo global. No entanto, a dependência em relação às exportações de produtos primários, ou pouco processados, perpetua as modalidades de inserção subordinada da região na Divisão Internacional do Trabalho (SAAR, 2019).

Por sua parte, a imposição de modelos prontos de democratização da vida política e de boa governança administrativa por atores externos na década de 1990 revelou-

se um fracasso sociopolítico. Estados predadores, governos autoritários e corruptos, gerontocracias desconectadas das novas realidades sociais ilustram uma estagnação da vida política geradora de tensões crescentes (IDRISSA, 2023; M'BEMBE, 2023). A região mais exposta a exacerbação dessas tensões é a faixa saheliana, que eleições fraudadas, golpes militares, repressão das oposições, separatismos, terrorismo de matriz jihadista, multiplicação das milícias comunitárias transformam num arco de crises e de instabilidade geopolítica.

Desde as independências, os Estados perderam progressivamente sua capacidade de controlar suas margens territoriais. A porosidade das fronteiras facilita a circulação de insurgentes entre o Saara argelino, a Líbia e o norte do Mali. Paralelamente, o tráfico de armas, bens contrabandeados e drogas aumenta a insegurança nas regiões fronteiriças. A pobreza multidimensional e a insegurança alimentar, a precariedade dos equipamentos e serviços coletivos, as mudanças climáticas, a ausência de políticas estatais nacionais e locais coerentes com as demandas da população e as interferências desestabilizadoras de atores externos desenharam os contornos de um cenário geopolítico cuja compreensão exige o recurso a novas abordagens, categorias analíticas e metodologias de pesquisa.

A emergência e a consolidação de um sistema de crises no Sahel Central

Conforme ressaltado anteriormente, a conflitualidade armada não pode ser analisada de maneira descontextualizada, determinista, unidimensional e monoescalar. As causas e manifestações da violência sociopolítica e dos conflitos armados são múltiplas, complexas, entrelaçadas e evolutivas. Para superar as limitações das análises em termos de causa/efeito, consideramos que uma abordagem sistêmica valorizando as interações dinâmicas entre variáveis de diferentes ordens que se articulam em diversas escalas geográficas e temporais oferece perspectivas relevantes de compreensão da conflitualidade (BAVOUX, 2010).

Desde o início da década de 2010, o risco geopolítico cresceu significativamente no Sahel Central em consequência do agravamento de crises que aumentam o grau de vulnerabilidade das populações. A região, caracterizada por um baixíssimo nível de desenvolvimento humano, elevadas desigualdades socioespaciais, uma dependência em relação à “ajuda” externa, condições climáticas estruturalmente desfavoráveis ao desenvolvimento rural, rivalidades intercomunitárias aguçadas pela colonização, uma malha de equipamentos e serviços coletivos pouco densa e pelo caráter predador de Estados neopatrimoniais é, portanto, propensa ao surgimento e à exacerbação de tensões entre uma pluralidade de atores (IDRISSA, 2021; MONIÉ, GUAMBE, 2023).

O entrelaçamento dessas variáveis forma um sistema de crises que definimos como um conjunto de fatores sociais, econômicos, ambientais, políticos, geopolíticos,

etnoculturais e territoriais que se entrelaçam de maneira complexa e dinâmica no tempo e no espaço. A natureza, a densidade e a intensidade das interações e retroações entre os subsistemas variam em função dos contextos regionais e determinam o grau de equilíbrio ou, ao contrário, de desequilíbrio que garante uma relativa estabilidade do sistema ou provocam, ao contrário, pontos de ruptura que elevam o grau de vulnerabilidade das populações. A escala geográfica do sistema de crises não é predefinida. Ela é determinada pela espacialidade das interações entre os subsistemas.

Figura 1 – Representação sintética do sistema de crises do Sahel Central



Fonte: Elaboração de Monié e Guambe (2023).

Uma abordagem sistêmica permite conectar e solidarizar qualquer subsistema aos demais para construir uma análise ou compreensão do conjunto interdependente de fatores de crises. Nos países da África subsaariana, a “crise do Estado” foi uma das causas do surgimento de sistemas de crises na década de 1990. Se na segunda metade do século XX, a capacidade de coerção e governança do Estado forte e ditatorial era, em grande parte, tributária do apoio das grandes potências, o fim da ordem bipolar e a imposição da agenda neoliberal aos governos africanos contribuíram para a deliquescência desse mesmo Estado na década seguinte. Privados de recursos, os regimes políticos preservam as redes clientelistas estratégicas para garantir sua perpetuação (BAYART, 2000), mas se revelam incapazes de assumir suas atribuições em termos de saúde, educação, desenvolvimento econômico, planejamento territorial e segurança (TSHIYEMBE, 2014). Posteriormente, o crescimento econômico, o aumento das receitas das exportações e orçamentárias e a emergência de uma classe média urbana permitiram mitigar os impactos da crise do Estado e pacificar alguns países ou regiões em guerra.

A trajetória da região central do Sahel apresenta, por sua parte, algumas especificidades em relação ao resto do continente. Em primeiro lugar, observamos uma perpetuação do neocolonialismo francês em toda a África Ocidental “francófona” que mantém a dependência política e geopolítica das elites nacionais em relação a Paris (M’BEMBE,

2023). Em segundo lugar, Mali, Burkina Faso e Níger se beneficiaram pouco do superciclo das commodities da década de 2000 e do aumento dos investimentos diretos externos dos países “emergentes” no continente. Em terceiro lugar, a vulnerabilidade das populações aos efeitos das mudanças climáticas aumenta gradualmente.

Ou seja, observa-se o agravamento de crises estruturais que, combinado a fatores conjunturais, gera um ambiente favorável à degradação da qualidade de vida e ao acirramento das tensões locais na região mais pobre da África subsaariana. Nesse cenário, a capacidade de investimento dos governos é limitada pela estagnação ou diminuição das receitas orçamentárias. As condições de acesso da população aos serviços de uso coletivo se degradam, e a manutenção das infraestruturas sociais e técnicas não é mais garantida.

A crise do Estado é inter-relacionada à crise ambiental na medida em que as políticas estatais de mitigação dos impactos locais das mudanças climáticas globais sobre o meio ambiente sofrem também da falta de recursos financeiros e operacionais (MOHAMMED, 2019). A crescente irregularidade das precipitações e a multiplicação das ondas de calor acentuam a frequência de secas, o processo de desertificação, a maior intensidade das dinâmicas erosivas e a perda de fertilidade dos solos em algumas áreas (MONIÉ, 2022). A queda dos rendimentos agrícolas e pecuários combinada ao ritmo de crescimento demográfico muito rápido e à insegurança alimentar nos espaços rurais exacerbam a concorrência para o uso de pastos menos degradados e terras mais férteis em região de grande precariedade fundiária.

Imagem 1 – Contiguidade espacial das zonas agrícolas e de pasto na Nigéria



Fonte: Brottem (2021).

A estabilidade política é cada vez mais comprometida pelo acirramento e a articulação das diversas crises. No Sahel Central, onde o Estado pós-colonial nunca controlou plenamente o território nacional, as desigualdades espaciais beneficiam tradicionalmente a capital e alguns centros comerciais do interior. A partir da década de 2010, a crise do Estado limita ainda mais sua capacidade de regulação territorial nas regiões periféricas e de controle das fronteiras (LUTUMBUE, 2014; NIANG,

2018). Nessas áreas rurais e nas cidades de menor porte, o sentimento de abandono pelo Estado e frustrações sociais aumentam entre os segmentos mais jovens das populações dos três países. Nos grandes centros urbanos, menos afetados pelas crises e a instabilidade geopolítica, a geração da década perdida de 1990 contesta a “descolonização incompleta” (M’BEMBE, 2019), as formas tradicionais de dominação sociopolítica pelas elites, a incapacidade dos governos de atender às suas demandas e enfrentar os desafios postos pelos sistemas de crises num contexto de crescente insegurança. A rejeição radical do “sistema” ocorre de forma pacífica dentro do universo associativo, de partidos políticos e, por vezes, de forma violenta na ocasião de golpes de Estado apoiados pela juventude urbana (ANTIL, 2022; IDRISSE, 2023).

FORMAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONFLITOS

O sistema de conflitos como ponto de partida...

A partir da década de 2010, a ineficiência dos governos de Mali, Burkina Faso e Níger diante das vulnerabilidades das populações e do acirramento das tensões nos espaços rurais suscita, então, cada vez mais frustração popular, aumentando o risco de conflitualidade. O sistema regional de crises do Sahel Central gera um ambiente de insegurança de onde surgem grupos insurgentes que se mobilizam em escala local, formando progressivamente sistemas de conflitos. As definições do espaço conflitual por Bavoux (2010) e do sistema de conflitos por Diallo (2008) apresentam diversas convergências e possibilidades de interpretação das insurgências armadas no nosso recorte espacial.

Segundo Bavoux (2010, p. 103), o espaço do conflito

[...] associa, em primeiro lugar, um número imenso de constituintes, cuja diversidade é infinita; esses componentes são ligados por uma multiplicidade de interações, trocas materiais, cujas relações de causalidade são raramente lineares e unívocas, que intervêm em todos os níveis espaciais e se desenrolam segundo ritmos muito variados [...]; enfim as dinâmicas espaciais parecem com frequência imprevisíveis obrigando o Geógrafo a considerar o aleatório, os eventos brutais assim como as transformações imperceptíveis de longa duração.

No Sahel Central emergem e se consolidam sistemas de conflitos que o pesquisador senegalês Massaër Diallo (2008, p. 1) define como:

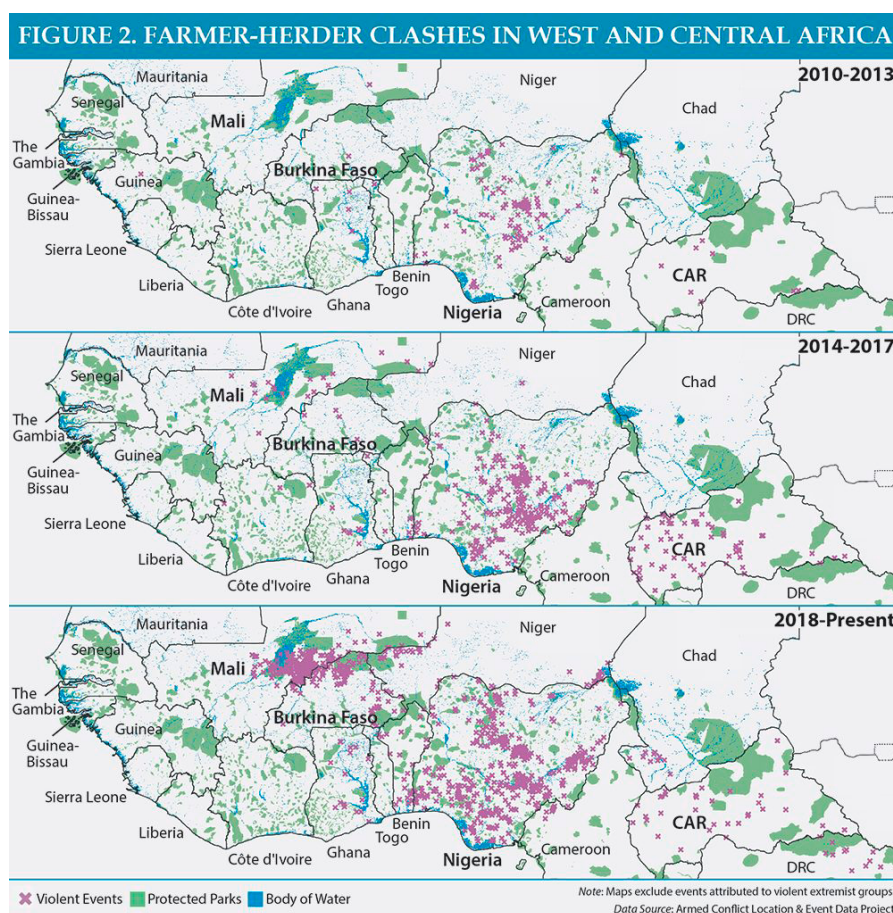
complexos conflituais constituídos por um conjunto de conflitos de territorialidades diferentes, de envergadura e de intensidade variáveis, de formas e de causa imediatas diferentes, mas relacionados entre eles na duração, que se retroalimentam e acabam articulando-se [...] sob o efeito das evoluções, das dinâmicas provocadas pela crise e/ou da ação deliberada de atores [...] cujos interesses convergem ou são comuns.

As duas definições enfatizam as inter-relações complexas entre inúmeros atores cujas práticas operacionais e espaciais desenham os contornos de uma nova conflitualidade que transforma o cenário geopolítico do Sahel Central.

Os atores da nova conflitualidade armada no Sahel Central

A identificação dos atores e a compreensão de suas formas de inserção no sistema de conflitos são dificultadas pela multiplicidade dos grupos insurgentes armados que se interrelacionam de maneira muito dinâmica e cujos objetivos e estratégias não são sempre decifráveis. Em primeiro lugar, vale, por exemplo, ressaltar que a crise climática global exacerba a rivalidade local entre agricultores e pastores. Ambos reivindicam um acesso a recursos cada vez mais escassos, como terra fértil, pastos e água, indispensáveis à sua soberania alimentar e à sua sobrevivência em períodos de seca (MONIÉ, 2022; LUTUMBUE, 2014). Na ausência de regulação dos conflitos locais pelo Estado, esses atores sociais criam mecanismos e táticas de defesa de seus interesses, recorrendo com cada vez mais frequência à ação violenta (AJALA, 2018; BROTTM, 2021) (Figura 2).

Figura 2 – Atos de violência entre agricultores e pecuaristas na África Ocidental entre 2010 e 2013; 2014 e 2017; 2018 e 2021



Fonte: Brottem (2021).

A Figura 2 ilustra a multiplicação dos casos de violência entre agricultores e pecuaristas e a formação de manchas conflituais em regiões periféricas do Mali, de Burkina Faso e do Níger. Além da perda de dezenas de milhares de vidas humanas, da desorganização de circuitos econômicos, das migrações forçadas, da degradação do meio-ambiente, a violência acirra as tensões, preexistentes no território, entre comunidades e/ou grupos etnoculturais. A instrumentalização das rivalidades dificulta o diálogo intercomunitário e aumenta o grau de conflitualidade nos territórios disputados. Por considerar-se marginalizado, o povo fulani/peul formou, assim, grupos de autodefesa no Mali e em Burkina Faso. A defesa de territórios e recursos cobiçados por grupos rivais teria estimulado parcerias entre milícias fulanis e Al-Qaeda e o Estado Islâmico em áreas onde as forças armadas regulares são pouco presentes (HAIDARA, TOUNKARA, 2021). O recurso à violência e as alianças com jihadistas agravaram a representação negativa dos fulanis e ataçaram as tensões com outros povos, em particular com os bambaras e os dogons.

As inter-relações tecidas entre alguns grupos de autodefesa e fundamentalistas islâmicos ilustram, assim, a complexidade do processo de formação do sistema de conflitos. Produto do entrelaçamento de crises, frustrações sociais, sentimento de abandono, rejeição da autoridade do Estado, assimilado a um órgão exclusivamente repressor, e das tensões intercomunitárias, a revolta das populações oferece às células locais de “franquias” jihadistas mundiais a oportunidade de prosperar onde a soberania do Estado não se exerce mais sobre o povo e o território. Após atuar na mediação de litígios locais, esses grupos impõem regras religiosas e morais, e divulgam uma narrativa insurrecional para arregimentar jovens em focos da insurgência armada que oferecem renda, visibilidade e status social (PÉROUSE de MONTCLOS, 2022).

Os conflitos em curso não constituem o sintoma de uma conflitualidade importada, mas simbolizam a capacidade de atores do terrorismo internacional de se instalar em situações de crises, em pontos de ruptura e conflitos locais pré-existent (MONIÉ, GUAMBE, 2023). Assim como nas esferas da economia e da cultura, observamos no campo da conflitualidade uma articulação das escalas global e local que confere sua especificidade a cada sistema de conflitos.

A presença local de grupos jihadistas globais deve, também, ser analisada em escala macrorregional. Os desdobramentos da guerra civil argelina da década de 1990 desestabilizaram a chamada zona Saara-Sahel, sob o efeito da migração de grupos jihadistas filiados à Al-Qaeda para o norte do Mali, onde sua instalação foi facilitada pelas relações pré-existentes com contrabandistas locais, pela porosidade das fronteiras, pela precariedade do controle estatal sobre o território e pela relativa indiferença do governo de Bamako. A expansão do jihadismo armado na faixa saheliana ilustra, assim, a estratégia adotada por Al-Qaeda de multiplicar células ativas enraizadas na realidade local, em detrimento da prática do terrorismo internacional

em escala global. No início da década de 2010, Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) usa, assim, as bases locais para realizar sequestros e atentados em diversos países do Sahel. Por sua parte, o Estado Islâmico transforma gradualmente o continente africano em nova fronteira de ação após o esfacelamento de seu califado no Oriente Médio (SILVA, 2017). O Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (Mujao) e Ansar Dine, grupo fundamentalista formado por um líder tuaregue, completam o cenário da conflitualidade jihadista, que inclui também movimentos de menor porte.

Ainda em escala macrorregional, a Primavera Árabe e a expedição militar de países ocidentais que derrubou o presidente Mouammar Khadafi (2011) fragmentaram o território nacional da Líbia, que passou a ser dominada por grupos afiliados a potências estrangeiras, milícias e grupos islamistas. Essa instabilidade provocou o retorno para o Mali de tuaregues que receberam treinamento militar na Líbia e um forte aumento da circulação de armas de fogo em direção ao Sahel Central (SILVA, 2017). A potência bélica dos grupos rebeldes tuaregues foi fortalecida por esse afluxo de armamento e militantes treinados, que beneficiou em particular o Movimento Nacional para a Libertação do Azawad (MNLA). Mesmo se elas oscilam no tempo, as reivindicações do MNLA remetem, em linhas gerais, aos objetivos dos conflitos separatistas do século XX. No entanto, as alianças ou parcerias com grupos jihadistas, ditadas por interesses táticos pontuais, sinalizam a complexidade do sistema de conflitos em construção.

Em janeiro de 2012, jihadistas e separatistas tuaregues foram os protagonistas da Guerra do Mali, que se encerrou após a intervenção das forças francesas no âmbito da Operação Serval (2013–2014). Num contexto de desavenças crescentes entre os diversos grupos insurgentes, começou então, segundo uma lógica anteriormente observada no Iraque, uma guerra assimétrica que se perpetua até hoje a despeito da magnitude da “guerra ao terror”. O clima de insegurança generalizada fez surgir novos atores, em particular milícias de autodefesa, que contribuem para a multiplicação de microssoberanias territoriais.

TERRITORIALIDADES, TEMPORALIDADES E REGIONALIZAÇÃO DA CONFLITUALIDADE SAHELIANA

Além da proliferação e da diversidade dos beligerantes, as inter-relações entre os atores, as práticas espaciais dos insurgentes, a descontinuidade temporal de suas operações e a regionalização transnacional de suas escalas de ação ilustram a consolidação do sistema de conflitos a partir dos meados da década de 2010.

Lembramos que, no caso dos conflitos convencionais, o espaço é cobiçado, ou defendido, por atores (movimentos de libertação, guerrilhas, grupos separatistas, Estados etc.) cujos objetivos, estratégias e táticas operacionais são, na maioria dos casos, definidos e decifráveis. O palco das ações bélicas tem uma dimensão zonal cuja

superfície evolui em função das relações de força, pois os ganhos territoriais constituem um objetivo recorrente para os beligerantes. No entanto, no bojo dos sistemas de conflitos, a dimensão espacial da conflitualidade evolui num sentido complexo e desterritorializado na ausência de espaços de ação geograficamente delimitados. Os insurgentes dispõem de espaços-refúgio que, considerando seus atributos físicos e/ou seu isolamento, são relativamente protegidos da repressão das forças armadas e de incursões de grupos inimigos. A partir dessas bases, organizam suas operações, cuja natureza e localização mudam constantemente. Uma vez perpetrados o atentado, o sequestro, o roubo de gado ou de bens agrícolas, a extorsão da população, a arrecadação de taxas diversas etc., eles se retiram para seu espaço-refúgio (GORÉE INSTITUTE, 2012). O espaço da conflitualidade é, portanto, fluido e descontínuo. Sua métrica é menos zonal e piramidal do que reticular e horizontal.

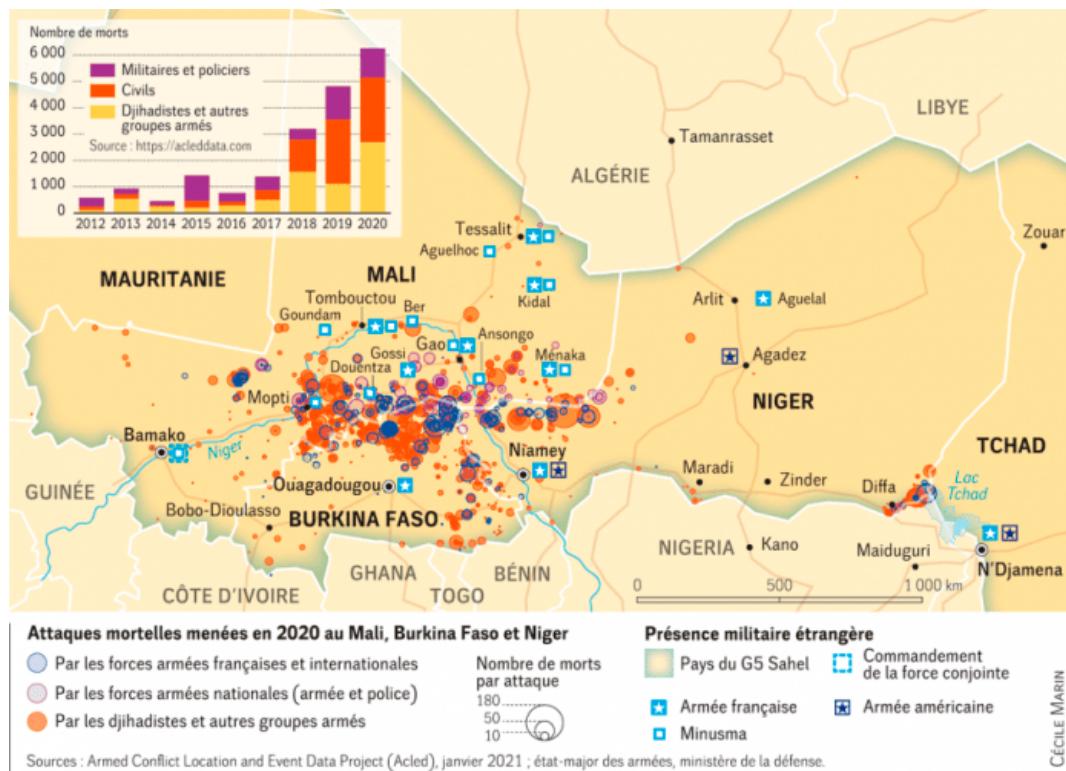
Da mesma maneira, a linearidade temporal da guerra convencional é contestada pela descontinuidade da conflitualidade no tempo. A sequência tradicional – declaração de guerra, operações militares numa linha de frente e decréscimo da violência, até um acordo de paz ou armistício – perde sua validade. Segundo Bertrand Badie (2012), na ausência de reivindicações precisas por parte dos beligerantes, a guerra, com todas as suas especificidades espaciais, temporais e operacionais, se instala na sociedade e no espaço sem perspectiva de resolução. Diante desses territórios-redes da conflitualidade assimétrica e mutável, sem campo de batalha nem linha de tempo, a “guerra ao terror” das forças armadas nacionais, das operações francesas (2013–2023) e africanas e das firmas russas de segurança privada não se revela adequada ao contexto do Sahel Central.

As estratégias de localização privilegiadas pelos insurgentes constituem a terceira característica maior dos conflitos em curso no Mali, em Burkina Faso e no Níger. Se as milícias comunitárias privilegiam em geral a defesa de seu território, ou de uma rota de transumância, jihadistas e povos primeiros (tuaregues, toubous) se instalam prioritariamente em áreas contíguas aos limites fronteiriços inseridas em redes comerciais, legais e ilegais, particularmente dinâmicas e que permitem refugiar-se no território do país vizinho quando necessário (GNANGUËNON, 2013).

Progressivamente, a intensificação das circulações e dos negócios além das fronteiras nacionais que financiam o esforço de guerra, provoca uma difusão transnacional do conflito. Não se trata mais da nomadização da conflitualidade de um território nacional para outro observada na década de 1990 (GAZIBO, 2010), e sim da formação de bolsões regionais de conflitualidade, onde os insurgentes dominam, ou extorquem, as redes de circulação de pessoas e de bens (DIALLO, 2008). A bacia do Lago Chade e a tríplice fronteira Mali/Burkina Faso/Níger, mas também regiões setentrionais de países do Golfo da Guiné (Benin, Togo, Gana, Costa do Marfim), são cada vez sujeitas à violência política perpetrada por grupos jihadistas instalados no Sahel Central. Ou seja, podemos afirmar que estamos diante da transição da lógica de internacionalização

de um conflito para uma lógica de regionalização reticular e horizontal, dentro dos limites fluidos de uma estrutura espacial periférica.

Mapa 2 – Sistema regional de conflitos transfronteiriço no Sahel.
Número de mortos 2012–2020 (por ano)



Fonte: Marin (2021).

Produtos de sistemas regionais de crises e de demandas não atendidas de populações em situação de vulnerabilidade, os sistemas regionais de conflitos podem ser, portanto, definidos como sistemas conflituais assimétricos, abertos e dinâmicos, cujos múltiplos beligerantes, locais e estrangeiros, não definem agenda conflitual e cujas alianças e parcerias são particularmente mutáveis. A resolução dos conflitos é dificultada pela ausência de linhas de tempo e pela característica reticular e horizontal de sua espacialização, que dificulta a repressão por parte de forças armadas que não controlam as regiões periféricas dos territórios nacionais. A ocorrência de situações de crises em países vizinhos, assim como a vitalidade das interações transfronteiriças humanas e materiais, facilita a regionalização transnacional do conflito armado. No bojo dessas regiões, as territorialidades fluidas dos insurgentes acabam se sobrepondo, se entrelaçando e se retroalimentando, mesmo quando seus interesses não convergem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Sahel Central, a conflitualidade armada se deslocou progressivamente do sul do Saara e do norte do Mali em direção aos espaços rurais e cidades pequenas dos

territórios malinense, burkinabe e, num grau menor, nigerino. Além do processo de difusão espacial, observamos, desde o início da década de 2010, uma transformação gradual da natureza dessa conflitualidade.

Na segunda metade do século XX, as guerras de libertação nacional já ilustraram os limites da potência política e geoestratégica convencional dos Estados diante da potência da energia social dos povos do Terceiro Mundo em luta por sua emancipação. Na África subsaariana pós-colonial, a agenda e a linha de tempo dos conflitos eram definidas pelos beligerantes. O *status quo* ou a independência nacional sancionariam o fim das hostilidades. O Estado, a ser combatido ou construído sobre as ruínas das instituições e dos sistemas normativos coloniais, era, então, o ator central da conflitualidade, cujos beligerantes eram inseridos num sistema internacional estruturado por duas lógicas: o enfrentamento de dois blocos pretendendo exercer a hegemonia sobre a humanidade e uma subordinação da periferia aos interesses dos dois polos da centralidade geopolítica mundial. Nas décadas seguintes, as “guerras de substituição” sinalizavam a transformação de alguns territórios africanos (Angola, Moçambique, Somália, Etiópia etc.) em espaços privilegiados para uma guerra fria que ceifou a vida de milhões de pessoas num continente onde o valor da vida humana era desprezado pelas grandes potências. Por sua parte, os movimentos separatistas reivindicavam maior autonomia político-administrativa ou a independência de determinada região, enfrentando Estados empenhados na construção da unidade da nação e a defesa do território nacional. Atores do centro do sistema internacional (potências mundiais, grandes corporações) participaram dessa dinâmica conflitual. Em todos os casos, a espacialidade e a temporalidade desenhavam os contornos de um cenário bélico facilmente decifrável¹.

A década de 1990 marca uma primeira bifurcação num contexto caracterizado pelo fim da ordem bipolar, pela tentativa dos Estados Unidos de estabelecer sua hegemonia no sistema internacional e pela marginalização da África subsaariana, que, após a Guerra Fria, perde sua renda geoestratégica e geopolítica. Por sua parte, os efeitos desastrosos da imposição da agenda neoliberal e de critérios de boa governança por agências internacionais acirram as tensões sociais e políticas entre atores que perdem parte ou totalidade do seu acesso às redes clientelistas do Estado neopatrimonial. A instrumentalização de rivalidades etnoculturais preexistentes contribui para transformar, para muitos, a etnicidade em causa e característica maior da conflitualidade deste período. Por outro lado, vários autores destacam um fenômeno de transbordo de conflitos armados para além das fronteiras, provocando a desestabilização de países contíguos ao foco inicial da guerra, fenômeno que afeta em particular a África Ocidental. No entanto, estamos, ao nosso ver, diante de uma dinâmica de internacionalização da guerra e não de regionalização dos conflitos

1 Com exceção do leste do Congo/Zaire, onde a multiplicidade dos atores em conflito desde a década de 1960 torna a conflitualidade regional pouco legível.

armados. As interações transnacionais entre grupos de beligerantes participam menos de projetos de tomada do poder estatal em cada país do que da formação de estruturas espaciais regionais onde insurgentes instalam seu domínio territorial.

A partir dos anos 2010, a conflitualidade evolui num sentido cada vez mais complexo, que requer o recurso a categorias analíticas adequadas a cada contexto regional, às características, às novas escalas espaciais e temporais dos conflitos armados. Dentro de um cenário global de desverticalização das relações internacionais que contribui para a desregulação do recurso à guerra para defender ou estabelecer novas relações de poder, o Sahel Central constitui um espaço privilegiado para a análise das novas conflitualidades africanas, levando em consideração suas causas, manifestações e impactos sobre os territórios e suas populações.

Defendemos, neste texto, que a conflitualidade saheliana se inscreve em ambientes onde as interações entre crises estruturais e conjunturais geram sistemas de crises que aumentam a(s) vulnerabilidade(s) das populações, com riscos que se multiplicam e se agravam. O sentimento de abandono e as frustrações entre jovens sem perspectivas claras de futuro acirram as tensões, em particular nas regiões periféricas do Mali, de Burkina Faso e do Níger, onde o Estado revela-se incapaz de atender às demandas da população. A situação de crise multidimensional e a marginalização de segmentos cada vez maiores da sociedade facilitam a instalação de células das franquias do terrorismo internacional, como Al-Qaeda e Estado Islâmico. Por seu lado, povos primeiros tradicionalmente segregados por regimes políticos assimilacionistas encontram nesse ambiente de crescente instabilidade motivações e recursos humanos e materiais para iniciar uma fase de luta em prol da independência do Azawad ou da instauração da *sharia*. Enfim, as milícias comunitárias são essencialmente o produto de tensões entre grupos profissionais que cobijam recursos das áreas semiáridas muito impactadas pelas mudanças climáticas globais.

Surge uma conflitualidade caracterizada pela proliferação e a diversidade de beligerantes que, apesar de uma retórica muito radical, não definem projetos e reivindicações. A abordagem sistêmica permite analisar os conflitos, destacando as inter-relações, muito dinâmicas, entre os insurgentes envolvidos e entre os grupos armados e a sociedade, assim como as descontinuidades espaciais e temporais num campo operacional extremamente fluido. Os grupos insurgentes atuando atualmente no Sahel Central se singularizam também pela transnacionalização de suas operações que forma regiões de conflitos transfronteiriças onde os insurgentes controlam redes de trocas e dispõem de espaços-refúgio que garantem sua perpetuação. A tomada da capital e do poder central não figura entre os objetivos dos insurgentes, cujas formas de integração no espaço físico e na sociedade dificultam a repressão por parte de forças armadas regulares, cujas exações exacerbam a rejeição do Estado e alimentam a gravidade da conflitualidade.

SOBRE O AUTOR

Frédéric Monié é geógrafo formado pela Universidade Toulouse Jean Jaurès (França) e doutor em Geografia pela Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor visitante da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, programa de Doutorado em Geografia da Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica) e Editor chefe da revista Boletim GeoÁfrica.

REFERÊNCIAS

1. AJALA, Olayinka. Why clashes are on the rise between farmers and herdsmen in the Sahel. *The Conversation*, 2 maio 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/why-clashes-are-on-the-rise-between-farmers-and-herdsmen-in-the-sahel-95554>. Acesso em: 17 ago. 2025.
2. ANTIL, Alain. Afrique, zone de conflits. *La documentation française*, [s. l.], n. 115, set./out. 2022.
3. BADIE, Bertrand. L'Amérique lucide réfléchit à un leadership de survie plutôt qu'à une hégémonie messianique. *Le Monde*, 2 nov. 2012.
4. BASSEY, Mnimmo. *Aprendendo com a África: a extração destrutiva e a crise climática*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
5. BAVOUX, Jean-Jacques. *Initiation à l'analyse spatiale*. Paris: Armand Colin, 2010.
6. BAYART, Jean François. *El estado en África: la política del vientre*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2000.
7. BROTTM, Leif. A crescente complexidade do conflito entre agricultores e pastores na África Ocidental e Central. *Relatório de Segurança da África*, n. 39, 2021. Disponível em: https://africacenter-org.translate.google/publication/growing-complexity-farmer-herder-conflict-west-central-africa/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=wa. Acesso em: 17 ago. 2025.
8. CALAS, Bernard. Introduction à une géographie des conflits... en Afrique. *Les cahiers d'Outre-Mer*, [s. l.], n. 255, p. 295320, 2011.
9. COOPER, Frederick. *História da África: capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.
10. DIALLO, Massaër. *Systèmes de conflits en Afrique de l'Ouest*. Introduction à une problématique des systèmes de conflits, dans la perspective d'une politique régionale préventive. Conacry: Atelier de la CEDEAO sur les systèmes de conflits et l'évaluation des risques en Afrique de l'Ouest, 2008.
11. GAUD, Michel. L'Afrique entre décomposition et recomposition. *La Documentation Française, dossier Les Conflits en Afrique*, Paris, n. 5, p. 621, jan./fev. 2004.
12. GAZIBO, Mamoudou. *Introduction à la politique africaine*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2010.
13. GNANGUËNON, Amandine. The perpetuation of o system of conflicts in Darfur: caught between local violence and regional disorder. *UNISCI, Discussion Papers*, [s. l.], n. 33, p. 107122, 2013. Disponível em: <https://www.unisci.es/the-perpetuation-of-a-system-of-conflicts-in-darfur-caught-between-local-violence-and-regional-disorder/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
14. GORÉE INSTITUTE. *Systèmes de conflits et enjeux sécuritaires en Afrique de l'Ouest*. Dacar: Gorée Institute, 2012. Disponível em: <https://goreeinstitut.org/systeme-de-conflits-et-enjeux-securitaires-en-afrique-de-l-ouest-presentation/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
15. HAIDARA, Boubacar; TOUNKARA, Mamoutou K. Intercommunity conflicts in central Mali: genesis, and proposals for ending the crisis. In: ROUAMBA-OUEDRAOGO, Valérie (org.). *Security crisis in the G5 Sahel countries: understanding to act*. Paris: L'Harmattan, 2021. p. 121139.
16. IDRISSE, Rahmane. Mapping the Sahel. *New Left Review*, [s. l.], n. 132, nov./dec. 2021.
17. IDRISSE, Rahmane. Les stagnations trentenaires. *La Gazette Perpendiculaire*, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://rahmane.substack.com/p/les-stagnations-trentenaires>. Acesso em: 17 ago. 2025.
18. KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallias, 2006.
19. LUNTUMBUE, Michel. Comprendre la dynamique des conflits: une lecture synthétique des conflits en Afrique

- de l'Ouest. GRIP, 2014. Disponível em: <https://www.grip.org/comprendre-la-dynamique-des-conflits-une-lecture-synthetique-des-facteurs-de-conflits-en-afrique-de-louest/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
20. MARCHAL, Roland; ERO, Comfort; FERME Marianne. Liberia, Sierra Leone et Guinée: une guerre sans frontières?. *Politique africaine*, Paris, n. 88, p. 512, 2002.
 21. MARCHAL, Roland. Anatomie des guerres en Afrique. *La Documentation Française, Dossiers Les Conflits en Afrique*, Paris, n. 5, p. 2531, jan./fev. 2004.
 22. MARIN, Cécile. Mali's conflict draws in the whole region. Sahel: shifting enemies, enduring conflict. *Le Monde diplomatique*, 2021.
 23. MAZRUI, Ali A. *História geral da África. Volume 8: África desde 1935*. Brasília, DF: UNESCO, 2010.
 24. M'BEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
 25. M'BEMBE, Achille. África-Francia: nueve tesis sobre el final de un ciclo. *Le Grand Continent*, 4 set. 2023. Disponível em: <https://legrandcontinent.eu/es/2023/09/04/africa-francia-nueve-tesis-sobre-el-final-de-un-ciclo/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 26. MOHAMMED, Abubakar. Climate change and international security in the Sahel. In: ALBERT, Isaac Olawale; LAWANSON, Taibat. *Urban crises and management in Africa*. Austin: Pan-African University Press, 2019. p. 657671.
 27. MONIÉ, Frédéric. Editorial: a África subsaariana frente às mudanças climáticas – perspectivas e desafios. *Boletim GeoÁfrica*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 615, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/bg/article/view/51599>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 28. MONIÉ, Frédéric; GUAMBE, José. África: os conflitos na África subsaariana: territórios, redes e escalas da conflitualidade no Sahel central. In: AZEVEDO, Daniel A. de; NOGUEIRA, Ricardo. *Geografia política: base conceitual e diversidade temática*. Brasília, DF: Calendria, 2023. p. 368395. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376516549_AFRICA_OS_CONFLITOS_NA_AFRICA_SUBSAARIANA_TERRITORIOS_REDES_E_ESCALAS_DA_CONFLITUALIDADE_NO_SAHEL_CENTRAL.. Acesso em: 17 ago. 2025.
 29. MUNDEMBE, Jean-Yves. *The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge*. Bloomington Indiana: Indiana University Press, 1988.
 30. MWEYANG AAPENGNUO, Clément. Interpretação errônea dos conflitos étnicos em África. *Centro de Estudos Estratégicos da África*, Washington, n. 4, p. 17, 2010. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB04PT-Interpreta%C3%A7%C3%A3o-Err%C3%B3nea-dos-Conflitos-%C3%89tnicos-em-%C3%81frica.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 31. N'DIMINA-MOUGALA, Antoine-Denis. Les conflits africains au XXème siècle. Essai de typologie. *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, Paris, n. 225, p. 121131, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25733213>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 32. NIANG, Amy. *Stateness and borderness in mediation: productions and contestations of space in the Sahel*. Leipzig: University of Halle, 2018. Working papers series, n. 26.
 33. PÉROUSE DE MONTCLOS, Marc-Antoine. Les états et la paysannerie de l'Afrique sahélienne au défi du djihad et du banditisme rural. *Questions internationales*, [s. l.], n. 115, p. 7883, 2022.
 34. SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: n-1 edições, 2019.
 35. SILVA, Vania Regina A. *Crise das rendas, Estado predador e conflitos na África Subsaariana: o caso da República Democrática do Congo*. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
 36. SILVA, Vivian S. da. O conflito tuaregue ao norte do Mali: a geopolítica da resistência no Sahel africano. *Revista TransVersos*, [s. l.], n. 10, p. 85101, ago. 2017.
 37. TSHIYEMBE, Mwayila. *O Estado pós-colonial: fator de insegurança em África*. Luanda: Edições Mulemba; Ramada: Edições Pedago LDA, 2014.
 38. VISENTINI, F. Paulo. *As revoluções africanas Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: UNESP, 2012.
 39. VISENTINI, F. Paulo; TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz D.; PEREIRA, Analúcia D. *História da África e dos Africanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Submissão em 25 de setembro de 2024.

Aceito em 10 de janeiro de 2025.

Dossiê

GOVERNANÇA MULTINÍVEL, MEDIA E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA OCIDENTAL: PARADIGMAS EM (DES) CONVERGÊNCIA?

*MULTILEVEL GOVERNANCE,
MEDIA AND DEVELOPMENT
IN WEST AFRICA:
PARADIGMS IN (NON)
CONVERGENCE?*

Vlademiro Furtado* 

* Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, Palmarejo Grande, Zona K, Ilha de Santiago, Cabo Verde.
E-mail: vlad-salva@hotmail.com

RESUMO

África tem sido apontado como um continente subdesenvolvido onde os paradigmas teóricos de desenvolvimento formulados e aplicados em outras latitudes não têm encontrado a mesma correspondência empírica dos países desenvolvidos. Assim, este artigo procura estabelecer uma perspectiva histórica do conceito de desenvolvimento e das relações estabelecidas com a comunicação social e a governação dentro do quadro temporal que vai das independências africanas ao século XXI. Embora os conceitos de desenvolvimento, media e governação multinível sejam fenómenos inseridos num contexto de teorias formuladas a nível mundial, eles não deixam de assumir especificidades e características próprias quando se quer aplicá-los ao campo especificamente africano. Nele, salta-nos à vista dois períodos principais e diametralmente opostos quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista sociocultural: os primeiros 30 anos da pós-independência dos países africanos (nos quais emerge também a ideia de integração africana) e as mudanças de paradigma e abertura política verificadas a partir dos anos 90 do século passado. A evolução dos dois paradigmas – o da comunicação e o do desenvolvimento –, que passam a colocar as pessoas no centro, de um lado, e a fornecê-las com «vez» e «voz», de outro, funde-se e mostra uma reciprocidade entre a evolução dos próprios conceitos e a evolução das formas de governação. Todavia, no caso da África Ocidental, constatamos que em muitos países dessa sub-região, as evidências teóricas de convergência entre esses paradigmas verificadas em nível mundial não têm encontrado a mesma correspondência empírica, o que sugere que na maioria dos casos africanos esses paradigmas seguem trajetórias opostas.

Palavras-chave: Media, Desenvolvimento, Governação Multinível, África Ocidental, Cabo Verde

ABSTRACT

Africa has been appointed as an underdevelopment country where the theoretical paradigms of development formulated and applied in other latitudes didn't met the same empirics correspondence of developed countries. Like this, this article seeks to establish a historic perspective of the development concept and the relations established with the media and governance within the temporal scenario that goes of africans independences to 21st century. Although the concepts of development, media and multilevel governance be phenomenon's inserted in the context of theories formulated in the global level, they don't stop assuming the own specificities and characteries when it's applied on the african field. There is two principals and opposed periods, either of the point of view politics, either of the point of view social and cultural: the first 20 or 30 years of post-independencies of african countries (in that rise to the idea of african integration) and the changes of paradigms and the politics openness verified since the 90 years of the past century. The evolutions of the two paradigms – the media and the development –, that put the persons in the center on the one side, and provides "time" and "voice", on the other side, show a reciprocity between the evolution of the own concepts and the evolution of the governance forms. However, in the West Africa case, we constate that in many countries of this under-region, the theoretical evidences of convergence between this paradigms verified in the global level didn't met the same empiric correspondence suggesting that in the majority of african case these paradigms follow opposed paths.

Keywords: Media, Development, Multilevel Governance, West Africa, Cape Verde.

INTRODUÇÃO

A ligação entre os media e o desenvolvimento tem sido amplamente estudada a nível global. A partir dos anos 60 a esta data, são várias as teorias que a sustentam e a explicam e, não obstante as mudanças verificadas nalgumas dessas teorias, mantém-se a firme convicção de que há, efetivamente, certa conexão entre esses paradigmas. Assim sendo, este trabalho pretende mostrar um pouco da evolução da forma como a relação entre os *media* e o desenvolvimento (e a democracia) foi sendo encarada nos últimos 50/60 anos, a nível mundial e, particularmente, em África Ocidental.

O estabelecimento desta conexão evidencia, em termos teóricos, uma evolução convergente entre as mudanças de paradigmas sobre a comunicação social e o desenvolvimento. Ambos começam numa visão *top-down*, em que o Estado é o princípio e o impulsionador de tudo, e vão evoluindo para uma relação interativa com outros *players*, nomeadamente a sociedade civil e seus respetivos microcosmos, que são as comunidades e os cidadãos individualmente considerados.

Após a análise desta relação, estabelece-se, no segundo momento, o paralelo com a governação, sendo que na linha da evolução histórica dos paradigmas é possível ver como a governação multinível surge com naturalidade, em todas as suas três dimensões, conforme definidas por Piattoni.¹ Destaca-se aqui a dimensão que relaciona o centro e a periferia, e a que se refere ao Estado e à sociedade, embora a própria dimensão relativa ao nacional e ao internacional, que completa a tridimensionalidade, possa também aqui ser incluída e aquilatada.

A metodologia qualitativa baseada na análise documental dos principais textos e obras bibliográficas assume uma centralidade e atenção particulares na prossecução do objetivo traçado para este trabalho. Assim, obras como *Media e Democracia*, de Hyden, Leslie e Ogundimu,² oferece-nos *inputs* essenciais para a análise que nos propomos. Contudo, per si, ela afigura-nos como demasiado insuficiente para permitir a análise interrelacional a que nos propomos, mais ainda quando pretendemos mostrar a (des) convergência com a abordagem da governação multinível.

Para melhor ilustrar esta relação, pegamos, ainda que de forma muito sucinta, no exemplo de Cabo Verde, pequeno país da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental que tem feito um percurso notável e registado avanços institucionais significativos nos domínios da democracia, média e desenvolvimento. Através deste exemplo, pretendemos analisar até que ponto a (des)convergência dos paradigmas

1 PIATTONI, Simone. Multi-level governance: a conceptual analysis. *Journal of European Integration*, [s. l.], v. 31, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07036330802642755>. Acesso em: 17 ago. 2025.

2 HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.). *Media and democracy in Africa*. New York: Routledge, 2002.

propostos segue uma regra geral e evolução linear. Para isso, começaremos pela apresentação da discussão teórica dos conceitos e/ou paradigmas que enformam este trabalho, sem perder de vista o quadro de referência empírico no qual queremos testar a nossa hipótese teórica: de que em Cabo Verde, contrariamente ao que acontece com os seus congêneres oeste-africanos, os paradigmas em questão tendem a ser convergentes, ou seja, concorrem para o mesmo centro de enunciação.

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Para melhor percebermos esta tríade aqui proposta (desenvolvimento, *media*, governação multinível), temos que, primeiro, tentar perceber a que nos referimos quando falamos em desenvolvimento – um conceito abrangente –, que pode dizer respeito a áreas distintas como a economia, a sociedade, a ciência e tecnologia. Um conceito que foi mudando nas últimas décadas num paradigma que acaba por aglutinar todas as definições mais lineares e isoladas.

Por exemplo, o dicionário *Larousse*, bem como outras obras de referência, define o desenvolvimento económico como «*Amélioration qualitative et durable d'une économie et de son fonctionnement*».³ A par dessa dimensão económica, ressalta também a dimensão social do desenvolvimento, vincada sobretudo pelo Banco Mundial,⁴ que afirma que o desenvolvimento «*se concentre sur la nécessité de placer les populations au premier plan des processus de développement*» e «*favorise l'inclusion sociale des personnes pauvres et vulnérables*».

Nos últimos anos, o desenvolvimento passou, porém, a ser visto de uma forma holística, equilibrando o crescimento económico com a equidade social e acrescentando a proteção ambiental. É o chamado desenvolvimento sustentável, que é visto como o desenvolvimento «capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações».

Para conseguir esse tipo de desenvolvimento, organizações como a UNESCO afirmam que mais do que nunca é necessário «*informed, organized citizens capable of making the right choices to deal with the complex situations increasingly confronting societies today*».⁵ Assim, para alcançar esse desiderato de cidadãos críticos, informados e organizados proposto pela UNESCO, Amartya Sen⁶ propõe uma mudança significativa no conceito de desenvolvimento até aqui delineado e concebido.

3 Développement. *Dictionnaire Larousse*. Disponível em: [#24835](http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/d%C3%A9veloppement/24951?q=d%C3%A9veloppement). Acesso em: 6 jan. 2018

4 Banque Mondiale. *Développement social*. Disponível em: <http://www.banquemondiale.org/fr/topic/socialdevelopment/overview>. Acesso em: 15 nov. 2018.

5 Unesco. *Education for Sustainable Development*. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php>. Acesso em: 6 jan. 2018.

6 SEN, Amartya. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

No seu trabalho clássico intitulado *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen parte de uma abordagem que rejeita aspectos estritamente económicos como centrais e mais determinantes ao desenvolvimento tal como defendido pela teoria económica clássica para centrar a sua atenção em aspectos mais substantivos da vida humana e que até aqui tinham sido ignorado ou negligenciados por essa literatura económica que via no crescimento do PIB nacional, no aumento das rendas individuais e em outras variáveis económicas as condições indispensáveis ao desenvolvimento de países e nações pelo mundo.

Na sua conceituação, que aliás se tornou célebre, o desenvolvimento aparece como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas gozam ou desfrutam.⁷ Tendo isso em conta, Amartya Sen, pode muito bem ser considerado um revolucionário do próprio conceito de desenvolvimento, pois conseguiu verter elementos completamente ignorados pela teoria clássica hegemónica, ao pontuar que as liberdades humanas e a remoção dos obstáculos que impeçam o seu alcance, como a pobreza, a tirania ou carência de oportunidades económicas e sociais, seriam fundamentais para os países, mormente, os menos desenvolvidos, atingirem um patamar de desenvolvimento considerado satisfatório.

MEDIA E DEMOCRACIA NA ÁFRICA OCIDENTAL

Quando se quer analisar a informação e os *media* em África, há que ter em conta algumas características peculiares da região. Desde logo, e só para citar uma, de grande importância, o carácter oral e informal de todas as atividades culturais e económicas. Quando se fala em *media*, ou em estudos dos *media*, em concreto, essa característica está também presente e é de suma importância considerando pois que são usadas várias formas, para além dos tradicionais *mass media*, para comunicar. Mas há outras particularidades no continente. Assim, como salientam Hyden *et al.*, qualquer abordagem ao assunto (tal como em outras áreas) deve, ao mesmo tempo, ter em conta o que é «*universally applicable to the study of communications and politics and to those that are more specific to that region of the world*».

Assente a consideração, é de referir que a ligação entre jornalismo e desenvolvimento é consensual há várias décadas, seja a nível regional, seja internacional. Há inclusive uma vertente, ou uma especialização, em jornalismo – hoje já um pouco caída em desuso, na medida em que as abordagens são mais holísticas – que é o jornalismo de desenvolvimento. Esta expressão assume que «o desenvolvimento é um objetivo válido e que os *media* têm uma contribuição a dar nesse sentido. Na verdade, é esperado que os *media* persigam ativamente este papel».⁸

⁷ *Ibid.*, p. 3.

⁸ DOMATOB, Jerry; HALL, Stephen. Development Journalism in Black Africa. *Gazette*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 9-33, 1983.

Em termos históricos, as expectativas para o jornalismo de desenvolvimento em África foram primeiramente articuladas pelo líder pan-africano, grande impulsionador da integração africana e presidente do Gana, Kwame Nkrumah. Para este líder, os media eram uma ferramenta importantíssima na missão de desenvolver África e de a libertar dos laços do colonialismo. Na verdade, estes eram uma «extensão significativa» do governo e «das suas políticas para o desenvolvimento social, económico e cultural».⁹

Ao encarar-se o jornalismo como uma «extensão» do governo, é fácil perceber por que o «jornalismo do desenvolvimento» hoje é olhado com desconfiança. Porém, todos os conceitos têm de ser vistos à luz do seu tempo. Numa primeira fase, pós-colonialização, esse alinhamento dos *media* com o governo tinha os seus argumentos. É à medida que as sociedades evoluem, e sem prejuízo do papel de serviço público dos media, que ainda hoje é fundamental na imprensa, que a separação entre governo e media se evidencia. É ela que permite que os governos sejam escrutinados, pelo que assim a democratização dos *media* terá impacto na própria construção das democracias.¹⁰

Mais ainda, os media moldam os processos políticos, mas estes também moldam os media. Por exemplo, «*the extent to which political actors allow freedom of expression will influence the behaviour of media personnel*».¹¹ Esta asserção de Hyden *et al.* é evidenciadora de como o campo dos media tem sido construído em África e de como as liberdades civis têm sido canalizadas ao longo dos veículos de comunicação e da própria sociedade civil.

Entre nós (entenda-se, em Cabo Verde), há registos de que na comunicação social pública, quer durante o regime de partido único (1975-1990), quer durante boa parte do período democrático, que se inicia logo a seguir à abertura política nos inícios dos anos de 1990, permaneciam os assim chamados «comissários políticos» nos órgãos públicos de comunicação, que mais do que servir os interesses públicos, estavam ao serviço do partido no poder, que os nomeou.

Outro aspecto evidenciado pelos atores acima citados e que se afigura como uma característica central de países periféricos e, portanto, de tradição não-liberal, tem que ver com a aquisição de direitos e liberdades cívicos em nossos países. Contrariamente àquilo que Marshall¹² observou em países centrais e, mais concretamente, na Inglaterra, de que as liberdades cívicas precederam as liberdades políticas e sociais – e, conseqüentemente, os direitos e liberdades cívicos – teriam sido uma conquista dos cidadãos, em países periféricos como os nossos, os direitos e as liberdades sociais saíram na frente, tendo o Estado corporificado em seus principais dirigentes os únicos garantes e responsáveis pela distribuição e gozo dos direitos e liberdades cívicos.

10 ATTON, Chris; MABWEAZARA, Hayes. New media and journalism practice in Africa: an agenda for research. *Journalism*, [s. l.], v. 12, n. 6, p. 667-673, 2011.

11 HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

12 MARSHALL, Thomas. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

RELAÇÃO MEDIA – DESENVOLVIMENTO (ANOS 50-90)

Historicamente o papel dos media no desenvolvimento africano começou a receber atenção no final dos anos 50, início dos 60, do século XX.¹³ Como defendemos acima, tudo tem de ser visto à luz do seu tempo. Na altura, o foco era o desenvolvimento sócioeconómico e partia-se do pressuposto de que a «democracy would only be feasible once society had been modernized».¹⁴

Aliás, durante estes anos, que se convencionou designar-se de «período desenvolvimentista», dado o elevado enfoque colocado pelos teóricos da teoria da modernização económica nos fatores propiciadores do desenvolvimento, a democracia era vista como consequência natural e direta dos processos de modernização económica. O mais conhecido defensor desta teoria, o sociólogo e cientista político americano Seymour Martin Lipset,¹⁵ estabelece, no seu famoso artigo «Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy», uma relação de causa e efeito entre essas variáveis, ao defender a tese de que a democracia está intimamente relacionada com o desenvolvimento económico dos Estados.

Assim, e tal como aconteceu em Cabo Verde (caso que analisaremos adiante, a título ilustrativo), a prioridade em todos os Estados-nação do continente era impulsionar o desenvolvimento para combater a fome, as doenças, etc. Só posteriormente as preocupações democráticas deveriam ser tidas em conta. Considerava-se mesmo que a democracia era, em si, um processo, ao qual se haveria de se chegar naturalmente. Portanto, eram teorias tidas em consideração a nível mundial e que, conforme referimos acima, defendiam que seria apenas pela via da industrialização, urbanização, etc. que estariam criadas as condições para o surgimento e a sobrevivência da democracia.

Então, embora se considerassem os mass media como um link importante para a modernização, defendia-se que estes deveriam ser suportados por uma massa crítica. Tem de haver, pois, urbanização e literacia, entendidas como pré-requisitos para a modernização, e estas, juntas, ajudariam a produzir os governos democráticos – o passo seguinte no processo de desenvolvimento.¹⁶

Paralelamente, o papel dos mass media no desenvolvimento e no fortalecimento da própria democracia não desmereceu atenção na equação proposta e tida como consensual durante várias décadas. Já em 1958, a Assembleia Geral das Nações Unidas

¹³ HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

¹⁴ *Ibid.*, p. 2.

¹⁵ LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

¹⁶ HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

reconheceu a importância desse mecanismo ao deliberar favoravelmente sobre a ampliação dos media. Assim, este órgão chamou atenção para um «program to help developing nations expand their mass media».¹⁷ Quatro anos mais tarde, em 1962, a Assembleia Geral decidiu mesmo encorajar os Estados-membros a incluir os mass media «in their economic development plans».¹⁸

O tempo veio mostrar que o papel dos media, embora importante, não tinha o poder que essas primeiras abordagens de uso dos mass media para promoção do desenvolvimento lhe haviam atribuído. Isto porque o desenvolvimento é uma equação complexa e este modelo (socioeconómico) era linear e simples. Assim, nos anos seguintes, foi sendo abandonado e passaram a considerar-se outras variáveis, como a redistribuição de recursos económicos.

Apesar dessa mudança, até ao início dos anos 80, o foco continuou a ser o papel dos governos as «engine of development».¹⁹ Contudo, na década de 1980, a comunidade internacional adotou nova perspectiva ao considerar os governos como parte do problema de desenvolvimento e não como a grande máquina impulsionadora do desenvolvimento económico, social e político.

Até à atualidade, ideias como a necessidade da literacia, ou seja, de massa crítica para os media mantêm-se, porém com abordagens e paradigmas muito diferentes. Okoro,²⁰ por exemplo, cita vários estudos que mostram como «*democratization and the processes of achieving it must be tailored toward increasing domestic and global awareness and developing sophisticated citizenry*». Mas diagnosticaram-se, entretanto, vários erros nas teorias dos anos 60-70 do século XX.

Um dos erros cometidos, que a comunidade internacional percebeu, foi o de ver a comunicação como «*one-way operation*». Nesse processo, «*people were being spoken to, not listened to. Development took precedence over democracy*».²¹ Este «modelo» foi abandonado, tal como outros modelos que se provaram errados como o da teoria das balas mágicas. Hoje nada disto faz, pois, sentido. As pessoas não só estão no centro do desenvolvimento, como passaram também a ser atores tidos em conta. É uma posição nova para a comunicação, mais central. A comunicação não vai num só sentido, passa a ser interativa.

¹⁷ *Ibid.*, p. 3.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*, p. 4.

²⁰ OKORO, Ephraim. Mass communication and sustainable political development in Africa. A review of the literature. *Studies in Media and Communication*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 49 56, 2013.

²¹ HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*, p. 4.

REDEFININDO O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DOS MEDIA A PARTIR DOS ANOS 1990

Se a década de 80, a nível mundial, trouxe essa interatividade, a de 90 aprofundou e complexificou-a. Na realidade, a partir dos anos 90, houve uma redefinição do próprio conceito de desenvolvimento, que começa a ser mais local e holístico. É nessa década que começam, aliás, a ser decalcados os paradigmas que depois se vão estender ao novo século.

Vale afirmar que durante este período surge o Índice de Desenvolvimento Humano, que tem como um dos principais criadores o prémio Nobel da Economia (1998), Amartya Sen. Aliás, as teorias de Sen, que colocam o foco em matérias geralmente ignoradas pela economia liberal como a justiça social, as liberdades, a desigualdade ou a fome, vão ganhar projeção a partir dessa década e influenciar toda a noção de desenvolvimento. São teorias que permitem, acima de tudo, perceber a sociedade como um todo.

A visão holística do desenvolvimento, em termos de comunicação «*has given rise to new forms of communication, to convey messages, downwards, upwards, and sideways*». A informação vai (e vem) em todas as dimensões, ou eixos, algo que se aprofundará com as chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Mas África levava alguns anos de atraso nesses paradigmas. Nos anos 1980, pouca diferença ainda havia em relação às décadas anteriores e a interatividade referida era escassa. Ponto fundamental para iniciar essas mudanças foram os anos 1990, com a privatização dos media africanos. Na génese dessas mudanças, estariam os processos de transição política do regime autoritário para o democrático, que ocorreram um pouco por todo o continente e que levaram Huntington a denominá-los como a «terceira onda de democratização»,²² que culminou com o fim dos regimes dos partidos únicos, que controlavam os media.

Assim, a partir dos anos 1990, com a consequente abertura política, começa a haver então um panorama mediático mais plural, algo fundamental em democracia, embora possa existir em outros regimes. Hyden et al. relembram que «*many African Countries had a fledgling indigenous press at the time of Independence*».²³ Muitos fecharam por razões políticas, outros porque não aguentaram a pressão económica. Um caso paradigmático é o da Tanzânia, onde o partido governante – neste caso o TANU – estava interessado em ter um jornal centrado e controlado. Então cerca de 20 jornais locais, que tinham tido assistência do colonizador, acabaram por fechar por falta de dinheiro. Isto aconteceu em vários países. Mesmo em países como o Quênia, onde os jornais eram privados, os editores exerciam autocensura. E as agências de notícias nacionais ou regionais não eram melhores.²⁴

22 HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do séc. XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

23 HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

24 *Ibid.*

Com as mudanças dos anos 1990, surgem então mais jornais e começa a reverter-se a tendência monopolizadora dos primeiros 30 anos da independência. Um pouco por toda a África subsariana surgem órgãos de comunicação privados independentes do governo. Assim, com a proliferação desses órgãos, o processo de democratização parece ter sido influenciado em pelo menos dois aspectos importantes. Por um lado, passou-se a trazer para o escrutínio público (pelo menos teoricamente) a ação e as decisões dos governos, revertendo o hábito de não prestar contas aos cidadãos. Por outro, ao fazê-lo, os *media* passam a funcionar como «*means of probing government policies and behavior*» e acabam por influenciar os mesmos.²⁵

Hoje, os *media* estão a contribuir para a institucionalização de um «*communicative space which enables actors to state their real concerns about issues at hand in the expectation they will be taken seriously*». (E aqui começamos a entrar no campo da governação multinível que posteriormente aprofundaremos.) Este cenário começa, pois, com a existência de *media* privados, mas também com a redefinição do paradigma mediático que como já referimos passa a atender à interatividade e a ouvir os próprios cidadãos. Note-se que o próprio paradigma de desenvolvimento segue a mesma linha. Os seus atores principais já não são os Estados, mas as pessoas, e a as diretivas são cada vez mais de foro local.

Para que tudo isto aconteça – para que as pessoas se tornem agentes e não meros receptáculos, e para que os *media* cumpram o seu papel informativo e de *watchdog* –, há, pois, um pressuposto incontornável: a liberdade.

E mais uma vez retornamos a Sen, que na sua obra clássica *Desenvolvimento como Liberdade* reafirma que fatores económicos como os rendimentos *per capita*, ou a industrialização (entre outros) são importantes, mas insuficientes, para medir o desenvolvimento. O elemento central do desenvolvimento é, na realidade, a liberdade (ou liberdades, pois há vários tipos de liberdade, as quais Sen, aliás, discrimina). Assim, «*freedoms are not only the primary ends of development, they are also among its principal means*».²⁶

Na realidade, o sucesso de uma sociedade, segundo esta abordagem, é avaliado «primordialmente pelas liberdades substantivas que os membros dessa sociedade detêm». O desenvolvimento passa, pois, por derrubar os elementos que constroem a liberdade como «*poverty as well as tyranny, poor economic opportunities as well as systematic social deprivation, neglect of public facilities as well as intolerance or overactivity of repressive states*».²⁷

²⁵ *Ibid.*, p. 12.

²⁶ SEN, *op. cit.*, p. 10.

²⁷ *Ibid.*, p. 3-4.

GLOBAL, LOCAL – ESTADO, CIDADÃO (2000-2030)

As transformações político-económicas e as mudanças nos paradigmas de desenvolvimento que aconteceram no mundo e em África, em particular desde o período das independências até os anos 1990, ajudam a perceber os conceitos adotados depois da mudança de milênio.

Nessa altura, já com o IDH adotado pela ONU e com a certeza de que a vertente social e cidadãos livres com um papel ativo eram fundamentais, surgem novas diretivas. O mundo está cada vez mais conectado, a nível do comércio e das comunicações (incluindo os *media*), mas também, «*in terms of interactive ideas and ideals*». ²⁸

As iniciativas são, pois, também universais. Falamos, nomeadamente, dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que surgiram em 2000, da Declaração do Milênio, da ONU, adotada por 191 Estados-membros. Trata-se de um esforço de sintetizar diversos acordos internacionais feitos em diferentes instâncias ao longo dos anos 90 sobre temas como o meio ambiente, os direitos das mulheres etc. Estes objetivos mostram também a consciência de que para haver desenvolvimento este deveria ser global. Então «representam uma parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza». ²⁹

Os ODM vieram com prazos e indicadores quantitativos para monitorar e avaliar o sucesso das metas. O prazo era 2015. A partir desse ano, sucederam aos ODM os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são atualmente os que se tentam alcançar e que guiam o desenvolvimento global. Estes foram definidos em 2012 na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. E continuam a apostar na máxima «pensar global, agir local», tentando perceber as necessidades e especificidades locais, e atuando em conformidade com as mesmas e em conjunto com as populações para atingir os desejados resultados (Nações Unidas, 2015).

Cabo Verde, o (inviável) país de desenvolvimento médio

Em 1975, aquando da sua independência, Cabo Verde terá sido considerado um país inviável devido à sua insularidade e, principalmente, à falta de recursos naturais, económicos e financeiros. A tese da (in)viabilidade do Estado de Cabo Verde foi subscrita por Henry Kissinger, um dos reputados teóricos da política externa norte-americana no período compreendido entre 1968–1976, no âmbito da qual considerava que um Estado que apresenta um PIB *per capita* inferior a 270 dólares dificilmente reunia as condições necessárias para se tornar independente.

²⁸ *Ibid.*, p. xi.

²⁹ CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). Objetivos do desenvolvimento do milênio. *Nações Unidas*, 2017. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/objectivos>. Acesso em: 6 jan. 2018.

Volvidos cerca de 30 anos, em 2004, as Nações Unidas acordaram em elevar Cabo Verde a país de desenvolvimento médio, graduação esta que se verificou em 2008. Ao longo dos anos, o país foi marcando presença em lugares cimeiros nos índices internacionais de liberdade de imprensa e de democracia.

No entanto, como veremos, o seu percurso é em muitos aspetos semelhante ao dos outros Estados africanos. Após a Independência, viveu um regime de partido único nos 15 anos que se seguiram e viu as suas primeiras eleições multipartidárias terem lugar na leva dos anos 90. Na realidade, foi dos primeiros países africanos a realizar eleições democráticas, em 1991, além de, como nota Roselma Évora, ter sido um dos poucos em que «após a abertura política não regrediu para um novo tipo de autoritarismo baseado no fechamento do sistema político».³⁰

A alternância política tem acontecido com paz e tranquilidade e ao mesmo tempo (e interligado), o seu desenvolvimento, ainda altamente dependente da cooperação internacional, tem sido igualmente um caso de bastante sucesso ao nível dos indicadores sociais (saúde, educação etc). Essa característica permitiu que apesar do relativo fracasso em termos de desenvolvimento económico (o país, por exemplo, não tem uma indústria forte), Cabo Verde ascendesse, como referido, a país de desenvolvimento médio. Na realidade, o seu IDH era superior ao dos restantes países de desenvolvimento médio, mas a forte vulnerabilidade económica foi um fator que também pesou.

Por tudo isto, o país é, pois, um bom exemplo de que o desenvolvimento vai muito além da sua vertente económica. Mas como lidou Cabo Verde com os media durante todo este percurso histórico? Durante o partido único, a comunicação social foi facilmente dominada pelo Estado. Na realidade, não havia muito a dominar. As poucas iniciativas independentes que pudessem existir chegaram ao 5 de julho já «dominadas» pelo partido da Independência. Foi o caso da Rádio Barlavento, um órgão privado que a 9 de dezembro de 1975 foi tomado pelo «povo», segundo a historiografia do partido único, e mais concretamente pelo PAIGC. A estação passou então a ser dirigida por uma comissão do partido e o seu nome mudado para Rádio Voz de S. Vicente.

Na realidade, como afirma Silvino Lopes Évora «a liberdade de imprensa situou-se apenas no plano das ideias, e a comunicação social quase que se resumiu a uma arma política para o controlo ideológico».³¹ Quando se deu a abertura política, em 1991, «o mercado mediático era extremamente exíguo: havia a Televisão Experimental de Cabo Verde (TVEC) com pouco mais de três horas de emissões diárias, a estação radiofónica estatal e o jornal *Voz di Povo*. De resto, apenas o *Terra Nova* contradizia os órgãos estatais».³²

30 ÉVORA, Roselma. *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001. p. 8.

31 ÉVORA, Silvino Lopes. *Políticas de comunicação e liberdade de imprensa: análise da situação cabo-verdiana entre 1991 e 2009*. 2010. 456 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2010. p. 3.

32 *Ibid.*, p. 352.

Pontua o autor supracitado que a abertura política trouxe algum dinamismo aos *media*, mas também concorrência a nível dos partidos, que criaram os seus próprios jornais. Contudo, estes não tiveram grande aceitação no seio da população, já que eram tidos como jornais político-confessionais. Ou seja, a própria população parece ter rejeitado a visão instrumentalista dos *media*. Esses órgãos fecharam e os dois partidos da bipolarizada sociedade cabo-verdiana criaram jornais generalistas.

Ainda durante os anos 90, e segundo o mesmo autor, assistiu-se a uma repressão dos *media*, defraudando as expectativas dos que acreditavam que a democracia traria a liberdade de imprensa. Isto, analisamos, porque além de o governo recém-eleito ter, em grande parte, sido forjado na mesma senda política do anterior, partilhando um mesmo passado, ainda não se havia imbuído de uma cultura política verdadeiramente democrática.³³

Posteriormente, já na viragem do século, houve uma nova alternância política que trouxe menos repressão, mas também uma certa polarização dos *media*, que se tornaram, por um lado, menos críticos (os da situação) e, por outro, mais críticos, sobretudo os da oposição

Quadro 1: Indicadores de desenvolvimento dos 15 Estados da CEDEAO Considerações finais

Países	Independência	Situação Política		Status de liberdade (Freedom House, 2025)	Índice Liberdade Imprensa (Repórteres sem Fronteiras, 2025)	Índice Democracia (EIU, 2024)
		Datas	Regime Político			
BENIM	1960	1961-1990 1990-1991 1991	AUTORITARISMO <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Eleições multipartidárias Transição democrática Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	54,60	4.44
BURKINA FASO	1960	1960-1991 1992 2002	AUTORITARISMO Eleições multipartidárias <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	NÃO LIVRE	52,25	2.55

continua...

33 FURTADO, Vlademiro. Cultura política e consolidação democrática em Cabo Verde. *Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 16-39, 2016.

Países	Independência	Situação Política		Status de liberdade (Freedom House, 2025)	Índice Liberdade Imprensa (Repórteres sem Fronteiras, 2025)	Índice Democracia (EIU, 2024)
		Datas	Regime Político			
CABO VERDE	1975	1975-1990 1991 1991	AUTORITARISMO Eleições multipartidárias <i>Transição e continuidade democráticas</i>	LIVRE	74,98	7.58
COSTA DO MARFIM	1960	1960-1990 1990 1990-2000	AUTORITARISMO Transição multipartidária <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	63,69	4.22
GÂMBIA	1965	1965-1994 1994-2017	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	PARCIALMENTE LIVRE	65,48	4.47
GANÁ	1957	1957-1958 1958-1996 1996	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	LIVRE	67,13	6.24
GUINÉ-CONACRI	1958	1958-1990 1990-1993 1993-2010 2010	AUTORITARISMO Transição democrática <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	NÃO-LIVRE	52,53	2.04
GUINÉ-BISSAU	1974	1974-1994 1994-1998 1998-2018	AUTORITARISMO Eleições multipartidárias e Transição democrática <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	PARCIALMENTE LIVRE	51,36	2.03
LIBÉRIA	1847	1847-1878 1878-2006 2006	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	66,61	5.27
MALI	1960	1960-1991 1991-1992 1992-2012 2012-2018	AUTORITARISMO Transição multipartidária DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	NÃO-LIVRE	48,23	2.4

continua...

Países	Independência	Situação Política		Status de liberdade (Freedom House, 2025)	Índice Liberdade Imprensa (Repórteres sem Fronteiras, 2025)	Índice Democracia (EIU, 2024)
		Datas	Regime Político			
NÍGER	1960	1960-1991 1991-1993 1993-2011 2011	AUTORITARISMO Transição multipartidária <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	NÃO-LIVRE	57,05	2.26
NIGÉRIA	1960	1960-1966 1966-1998 1998-1999 2007	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Transição democrática Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	46,81	4.16
SENEGAL	1960	1960-1963 1963-1978 1978-2000 2000	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática DEMOCRACIA	LIVRE	59,43	5.93
SERRA LEOA	1961	1961-1967 1967-1991 1991-1992 1992-1998 1998-2002 2002	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Transição multipartidária <i>Ondas reversas</i> Emergência democrática DEMOCRACIA	LIVRE	66,36	4.32
TOGO	1960	1960-1961 1961-1991 1991-1993 1993	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Transição democrática <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	PARCIALMENTE LIVRE	48,03	2.99

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos seguintes sites:

Freedom House disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2025-03/FITW_World-2025digitalN.pdf, acesso em 3 jun. 25; *Repórteres sem fronteiras* disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking>, acesso em 3 jun. 25; *The Economist Intelligence Unit* disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/democracy-index-eiu>, acesso em 3 jun. 25.

Os dados são claros e revelam um fato indiscutível. Quanto mais os países avançam em direção à democracia e à liberdade, a probabilidade de alcançar ou se aproximar do desenvolvimento será maior. Um exemplo claro que a tabela acima demonstra é o caso de Cabo Verde, que consegue ser melhor classificado em todos os índices internacionais considerados neste artigo. Assim, o país consegue manter uma posição de liderança em África e, em particular, na CEDEAO, demonstrando o enorme progresso feito nos

principais indicadores de desenvolvimento.

Se desde 2008 Cabo Verde é um país de desenvolvimento médio (PDM), isso deve-se muito ao fato de ter engendrado reformas socioeconômicas e políticas que se refletiram, em termos estatísticos, em aumentos substanciais do crescimento econômico e a correspondente melhorias de condições de vida para parcelas significativas da população, sedenta de condições materiais que lhes permitissem entrar no mercado consumidor.

Contudo, o grande avanço institucional conseguido a nível nacional, nos domínios acima referidos, não ofusca a existência e persistência de um resíduo significativo situado ao longo de práticas democráticas e que gera, como consequência, instabilidade socioeconômica para um número substancial da população cabo-verdiana, que se tem mantido nas margens do desenvolvimento e do progresso econômico e social.

Dados estatísticos, como aqueles verificados no Índice de Gini, mostram um país cujas desigualdades sociais se têm mantido, apesar de alguma redução, em níveis considerados elevados quando comparados com países desenvolvidos que conseguiram inverter suas trajetórias a nível de desigualdades sociais. O Índice de Gini, em 2002, situou-se em 0,53, tendo baixado para 0,42 em 2015.³⁴

O conceito de governação multinível e sua relação com media e desenvolvimento

Como referimos e demonstramos no quadro acima, a partir dos anos 1990, houve uma guinada mais ou menos generalizada rumo à democracia em África. Implementa-se o multipartidarismo e liberaliza-se a imprensa. Emerge o setor privado e, além disso, os cidadãos passam para o centro. Isso nem sempre se configurou numa participação ativa dos cidadãos nos processos de decisão, mas o papel que os media e o desenvolvimento lhes passam a dar potencializa que a sua voz seja ouvida.

Novos conceitos de governação passam também a ser tidos em conta. Referimo-nos aos conceitos da (boa) governança e, em particular, ao de governação multinível (GMN) – conceito ligado aos processos de integração a vários níveis, dos quais se destacam os níveis nacionais, supranacionais (globais e regionais) e locais.

Aliás, há que ter em conta, como refere Qobo,³⁵ que um dos grandes constrangimentos dos projetos de integração, nomeadamente o africano, é tentar ser bem-sucedido (seja a nível económico, cultural ou, em particular, de governação) em temas em que os próprios Estados-membros não conseguiram ser bem-sucedidos individualmente.

34 INE. Anuário Estatístico, Cabo Verde 2016. Praia: [s. n.], 2017. p. 75.

35 QOBO, Mzukisi. The challenges of regional integration. Africa in the Context of Globalisation and the Prospects for a United States of Africa, Tshwane, n. 145, p. 116, 2007.

Mas antes de nos alongarmos, há que tentar compreender o que é este complexo conceito, para posteriormente podermos tecer as nossas conclusões sobre a sua correlação ou não com as mudanças estruturais dos últimos 60 anos nos media e no desenvolvimento em África.

Assim, o conceito de governança multinível terá sido, primeiramente, cunhado por Gary Marks ³⁶ com a finalidade de abarcar o desenvolvimento verificado na arquitetura política da União Europeia (UE) na sequência das reformas verificadas na política estrutural da Comunidade Europeia (CE), em 1988, as quais permitiram aumentar a atividade dos atores subnacionais na arena política europeia (como é demonstrado com a criação do Comité das Regiões, em 1992/1994, e a abertura das embaixadas em representação dos atores subnacionais em Bruxelas), constatando-se uma crescente proeminência dos mesmos na tomada de decisão e na implementação de políticas no processo político europeu, por exemplo, sucede com os fundos estruturais da União Europeia.

Até então, essas reflexões tinham sido enquadradas em duas teorias principais: o intergovernamentalismo e o neofuncionalismo. De referir que esta última, apesar de ter surgido também no contexto da integração europeia, tem sido a mais destacada nas abordagens da integração africana. O intergovernamentalismo, como o próprio nome indica, coloca o foco no papel das instituições governamentais no processo de integração, enquanto o neofuncionalismo destaca as forças económicas e sociais do mercado.³⁷ Um ponto comum de ambas as teorias é o facto de não darem atenção aos atores de «carne e osso» – uma falha detetada por Marks e que tenta colmatar com a teoria de *multilevel governance* proposta e desenvolvida por ele através da descrição do processo de tomada de decisão na União Europeia, após as reformas estruturais verificadas na sua arquitetura institucional.

Assim, um dos méritos da sua reflexão é introduzir «*the visions, passions and interests of real life individuals and asserted the autonomous explanatory force of a third paradigm, that of multi-level governance*».³⁸ Este conceito enquadra fenómenos que, conforme a autora refere, ocorrem na mobilização política (nível político); nos acordos para a formulação de políticas (nível das políticas) e nas estruturas estatais (nível do governo).

Então, na elaboração das políticas, há, como diz Piattoni, um esbatimento das estruturas autoritárias, que são cada vez mais flexíveis. Mudanças «*are taking place at all levels of analysis: politics, policy and polity*».³⁹ Ora o mesmo acontece com os novos paradigmas dos media e do desenvolvimento como, aliás, acima fizemos menção.

³⁶ MARKS, Gary. Structural policy and multi-level governance in the EC. In: CAFRUNY, Alan W.; ROSENTHAL, Glenda G. (eds.). *The state of the european community*. Boulder: Lynne Rienner, 1993. p. 391 411.

³⁷ PIATTONI, *op. cit.*

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*

No mesmo sentido, mostra a autora que as autoridades não-centrais (como as entidades locais) e as organizações não-governamentais (ONG) têm um papel importante nas políticas da União Europeia e, portanto, conseguem ultrapassar o *gatekeep* dos Estados e outras instituições centrais. Assim, o jogo das decisões e da governança não ocorre apenas a nível nacional e supranacional. O local e os próprios cidadãos são níveis a ter em consideração.

Há redes que interagem nos diferentes níveis entre governos, atores políticos e diversos atores da sociedade civil. «*The presumption of multi-level governance is that these actors participate in diverse policy networks and this may involve sub-national actors – interest groups and subnational governments – dealing directly with supranational actors*». ⁴⁰

Há um outro aspecto desta abordagem que interessa aqui ressaltar: «*Policy-making no longer separates neatly policy-makers from policy-receivers, nor does it distinguish between public and private actors*». ⁴¹ Autores posteriores a Marks, principalmente Philippe Schmitter, ⁴² colocaram a governação multinível «no centro do núcleo teórico de todas as teorias de integração da UE», posicionada na interseção de todas as teorias sobre integração europeia. Esse autor considera que a GMN é a melhor descrição e explicação do modo de funcionamento da União Europeia, um modelo que, aliás, tem sido adotado e estudado pelos próprios teóricos da integração africana, pós-pan-africanismo.

Assim, tal como várias teorias de integração (e outras) concebidas em contexto europeu foram sendo sistematicamente (ainda que muitas vezes sem sucesso) aplicadas em África, também o complexo conceito de GMN pode fazer essa passagem. Até porque também este conceito é filho do *air du temps* e das múltiplas forças que atuam sobre os mais diversos paradigmas da vivência social, económica e cultural. Todavia, esse trânsito ainda se afigura demasiado espinhoso em África, haja vista os múltiplos obstáculos com os quais muitos países da África Ocidental ainda se confrontam. Em Cabo Verde, dados da comunidade internacional mostram que o país vem trilhando caminhos convergentes com as perspectivas propostas e defendidas pela teoria da governação multinível.

As reformas encetadas após a abertura política, em 1990, que culminaram com o reforço e aprofundamento da descentralização pela via da criação de autoridades locais, independentes do poder central e que, em tese, competem com diversos atores, quer a nível nacional, quer em nível supranacional global e regional, na provisão dos bens e serviços essenciais à população, têm sido objeto de destaque e reconhecimento

⁴⁰ Gary Marks *et al.* European integration from the 1980s: State-centric v. multi-level governance. *Journal of Common Market Studies*, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 341-377, 1996.

⁴¹ PIATTONI, *op. cit.*

⁴² SCHMITTER, Philippe. Neo-neo-functionalism. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (eds.). *European integration theory*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 45-74.

internacionais, levando renomados teóricos da política internacional a considerar o país como um bom exemplo e caso de sucesso em África.⁴³

Furtado⁴⁴ mostra que a boa governação, apregoada pelo Banco Mundial, desde finais dos anos 1980, como condição política para países acederem aos financiamentos externos, tem sido capitalizada desde cedo pelo país, por meio da implementação de reformas políticas e económicas no setor público que permitiram a ampliação do campo de intervenção dos atores subnacionais, bem como diversos atores públicos e privados, que passaram a relacionar-se de forma mais estreita e concertada. A meta de desenvolvimento médio alcançada pelo país desde 2008 talvez não fosse possível se as estratégias do país não fossem convergentes com os paradigmas de desenvolvimento, governação multinível e com o papel catalisador ou «de charneira» que os media devem desempenhar em todo esse processo de desenvolvimento.

CONCLUSÕES

Este artigo mostrou, primeiramente, que em termos teóricos há uma ligação retroativa entre desenvolvimento e media. Essa ligação sofreu mudanças e transformações ao longo do tempo, pois durante os anos 50 e 60 do século XX as teorias do desenvolvimento eram muito lineares e *top-down*, particularmente em África, onde os próprios *media* – fruto das circunstâncias – seguiam também essa abordagem, que punha o governo e suas iniciativas no centro e remetia os cidadãos para um lugar periférico e mudo. As abordagens e conceitos foram mudando e, principalmente após os anos 90, as pessoas passam a estar no centro de tudo. No caso dos media, essa evolução deveu-se muito aos processos de democratização que assolaram África e que estiveram na base da terceira vaga da democratização, noção cunhada e desenvolvida por Samuel Huntington.

Portanto, esses processos contribuíram para que se passasse da perspectiva meramente linear para a perspectiva interativa e, desta, para a multi-interativa. O desenvolvimento passa a ser mais participativo neste século, com a deslocação de algum poder para as mãos dos cidadãos, aumentando assim as chances de se ter cidadãos bem-informados para poder cumprir melhor o seu papel de *players* e decisores do processo de desenvolvimento.

As mudanças ocorridas parecem ser a tendência destas primeiras décadas do século XXI e acontecem também ao nível da tomada de decisões e elaboração de políticas, seja no campo nacional, seja no supranacional. Assim, podemos dizer que há uma correlação entre as mudanças de paradigma e funcionamento dos media e do desenvolvimento e a governação seja a título dos Estados-nação, seja a nível da integração.

43 MEYNS, Peter. Cape Verde: an african exception. *Journal of Democracy*, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 153-165, 2001.

44 FURTADO, Vlademiro. *Governança multinível e ajuda pública ao desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal, 2011.

Analisando, primeiro, o nível dos Estados: nos três conceitos, a ação deixa de ser top-down e passa a dar-se em várias direções. As reflexões passam a integrar não apenas visões e interesses de um governo central e monocórdico, mas também de ONG, grupos económicos e dos cidadãos em si, «de carne e osso», como lhes chamou Piattoni.⁴⁵

Então, as características apontadas ao conceito de GMN são semelhantes às mudanças ocorridas nos *media*, onde a voz do público se ouve cada vez mais, seja como protagonistas das notícias, seja pela exigência de ver certos temas contemplados, seja ainda pelos próprios cidadãos se tornarem fazedores, ou pelo menos difusores, da informação dos *media*.

A dimensão multinível e interativa que a comunicação social e o desenvolvimento passam a ter é igualmente visível no paradigma da GMN, onde – mais uma vez citando Piattoni⁴⁶ – as fronteiras entre quem faz as políticas e quem as recebe se esbatem. Tal como se esbate a fronteira entre quem decide a agenda e as mensagens mediáticas, ou os objetivos e formas de alcançar o desenvolvimento.

Verificamos, pois, um alinhamento e retroinfluência entre as mudanças que se têm operado a nível dos *media*, o paradigma de desenvolvimento e o surgimento da GMN. Em África, a primeira tentativa de integração pós-colonial foi altamente política e pan-africanista, centrada em governos de partido único e no modelo «desenvolvimentista». Com a passagem para a democracia, o próprio projeto de integração passa a ser mais neoliberal (com as suas vantagens, mas também desvantagens), permitindo uma maior atuação das forças económicas e do setor privado, mas também dos próprios cidadãos.

Ao trazer os cidadãos para o centro do desenvolvimento, aumenta-se, por um lado, a responsabilidade dos *media* em mantê-los informados e, por outro, a possibilidade de uma maior ingerência e influência nos processos governativos e de tomadas de decisões. Ao mesmo tempo que os *media* ganham responsabilidade, retroalimentam a demanda de papéis mais ativos no desenvolvimento e na própria governação seja a nível nacional, local ou regional. A ideia de que o desenvolvimento e cidadãos cada vez mais com maior literacia permite novas formas de governação, em que estes assumidamente se destacam e onde as estruturas se esbatem, é aliás condensada pela Comunidade dos Estados da África Ocidental, na sua visão de 2020: «De uma CEDEAO dos Estados a uma CEDEAO dos povos». Tal como nos *media* e no desenvolvimento, também nas instâncias da integração vemos, pois, uma tendência para pôr a população no centro.

Em relação a Cabo Verde, salta à vista o facto de o país ter passado de um regime de partido único a uma democracia bipolarizada, mas bastante estável, e de se ter

⁴⁵ PIATTONI, *op. cit.*

⁴⁶ *Ibid.*

tornado num «bom» exemplo de superação e de desenvolvimento, pelo menos no que toca aos fatores sociais. Todavia, como ficou evidente, nem sempre a liberdade de imprensa existente terá correspondido empiricamente. Apesar de se verificar uma evolução, a ingerência das «forças partidárias» ainda é por demais evidente nos *media* cabo-verdianos. Assim, podemos concluir que se por vezes nem sempre *media* livres e desenvolvimento andam a par e passo, sendo que outros fatores influenciam este último (como o apoio financeiro e técnico da ajuda externa, legislações modernas e trabalho das ONG) os paradigmas, de certo modo, avançaram no mesmo sentido do que acima afirmamos.

O apoio internacional «obrigou» a que o país se alinhasse com os paradigmas de desenvolvimento. Em 1992, por exemplo, criaram-se governos locais. O poder dividiu-se. A ajuda externa é hoje vocacionada para projetos de base comunitária. Os planos estratégicos do governo fazem eco dos objetivos do desenvolvimento sustentável. As redes sociais ganharam força e começam não só a influenciar a agenda jornalística, como o próprio poder executivo. A sociedade civil começa a despertar e isso verifica-se em manifestações contra diplomas legislativos ou contra a excessiva centralização do país. Abrem-se iniciativas locais e centrais para a participação, seja a nível dos orçamentos, seja a nível de propostas legislativas. Falta essencialmente um setor privado forte para que se complete o quadro de maior independência. Mas, apesar de tudo, não podemos ainda dizer que o país tenha conseguido verter nos *media* e na governação as características e evolução que o conceito de desenvolvimento tem assinalado. Talvez primeiro venha então o desenvolvimento, e depois o resto. Sendo que o que falta é, pois, a parte do desenvolvimento económico que poderá ser a alavanca para o resto. Seja como for, os novos paradigmas de governação, *media* e desenvolvimento também se fazem sentir em Cabo Verde, independentemente da sua concretização.

SOBRE O AUTOR

Vlademiro Furtado: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor na Universidade de Cabo Verde.

Submissão em 12 de junho de 2025

Aceito em 2 de julho de 2025

ARTIGOS LIVRES

**EMPRESAS E DIREITOS
HUMANOS EM TEMPOS
DE EXTREMA DIREITA:
SOBERANIA, IMPUNIDADE
E O DESMONTE DA
GOVERNANÇA GLOBAL**

*BUSINESS AND HUMAN RIGHTS IN
TIMES OF THE FAR RIGHT:
SOVEREIGNTY, IMPUNITY,
AND THE DISMANTLING
OF GLOBAL GOVERNANCE*

Rafael de Lima Kurschner* 

* Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito, Escola de Direito, Curitiba/PR, Brasil.
E-mail: advogado.rafaelkurschner@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa os impactos da ascensão da extrema direita sobre a governança global dos direitos humanos, com ênfase na agenda de empresas e direitos humanos. O objetivo é compreender como a convergência entre autoritarismo, neoliberalismo e retórica soberanista tem deslegitimado normas internacionais e dificultado a responsabilização de corporações transnacionais. A metodologia adotada é qualitativa, de natureza teórico-analítica, com revisão bibliográfica e documental, e estudos de caso sobre Brasil, Hungria e Polônia. Conclui-se que o modelo voluntarista vigente é insuficiente frente ao avanço autoritário, sendo necessário um novo paradigma jurídico internacional, vinculante e centrado na democracia substantiva e na participação dos sujeitos afetados.

Palavras-chave: Empresas e Direitos Humanos; Extrema Direita; Governança Global; Soberania; Responsabilização Jurídica..

ABSTRACT

This article analyzes the impact of the far right on global human rights governance, with emphasis on the business and human rights agenda. The objective is to understand how the convergence of authoritarianism, neoliberalism, and sovereigntist rhetoric has delegitimized international norms and hindered the accountability of transnational corporations. The methodology is qualitative, theoretical-analytical in nature, based on bibliographic and documentary review, including case studies of Brazil, Hungary, and Poland. The conclusion is that the current voluntarist model is inadequate in the face of authoritarian resurgence, and that a new binding legal paradigm is necessary, centered on substantive democracy and the participation of affected communities..

Keywords: Business and Human Rights; Far Right; Global Governance; Sovereignty; Legal Accountability.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a crescente internacionalização da economia e o fortalecimento do poder corporativo colocaram em evidência os limites do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, especialmente no que se refere à responsabilização de empresas transnacionais por violações sistemáticas.

Frente a esse cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 2011, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs), propondo um marco normativo baseado na lógica do *soft law*. Entretanto, o avanço recente de governos de extrema direita tem contribuído para deslegitimar esses mecanismos, ao mesmo tempo em que promovem o desmonte das instituições democráticas e dos marcos constitucionais de garantia de direitos.

Justifica-se, assim, a necessidade de compreender como essas forças políticas operam na desconstrução da governança global dos direitos humanos, com ênfase no enfraquecimento das normas internacionais voltadas à regulação da conduta empresarial.

A questão central que orienta este trabalho pode ser formulada nos seguintes termos: como a ascensão da extrema direita impacta a eficácia dos POs e o funcionamento da governança global de direitos? E, ainda: quais os limites do modelo voluntarista vigente frente a governos que instrumentalizam a soberania para esvaziar obrigações internacionais e proteger interesses corporativos?

O artigo organiza-se em três eixos analíticos. O primeiro eixo apresenta os fundamentos e limites dos POs, destacando a tensão entre *soft law* e a necessidade de instrumentos vinculantes. O segundo eixo analisa a convergência entre autoritarismo e neoliberalismo como base para a desregulação de direitos e para o ataque aos mecanismos internacionais de proteção. O terceiro eixo, por sua vez, realiza uma análise comparativa dos casos de Brasil, Hungria e Polônia, ilustrando como a retórica antiglobalista e as práticas autoritárias corroem simultaneamente os sistemas nacionais e o regime jurídico internacional.

A metodologia adotada é qualitativa, de natureza teórico-analítica, com revisão bibliográfica e documental. Foram utilizados relatórios de organismos internacionais (ONU, CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *Human Rights Watch*), documentos oficiais, obras de referência sobre governança global, neoliberalismo e autoritarismo contemporâneo, além de estudos de caso extraídos de fontes acadêmicas e institucionais.

O marco teórico articula autores da teoria crítica da governança e da democracia, como Wendy Brown (2019), Dardot e Laval (2016), Deva e Bilchitz (2013) e John Ruggie

(2013), além de contribuições latino-americanas sobre a crise do constitucionalismo democrático e os limites da cidadania sob a racionalidade neoliberal (Salgado, 2018; Mulatinho, 2016; Machado *et al.*, 2024).

Defende-se que o atual modelo de governança global, ao se apoiar predominantemente em mecanismos voluntários, torna-se estruturalmente incapaz de enfrentar regimes autoritários que rejeitam os marcos normativos internacionais. A análise revela a necessidade de um novo paradigma de responsabilização jurídica internacional, com centralidade na democracia substantiva, na participação dos sujeitos afetados e na adoção de instrumentos vinculantes que contenham retrocessos autoritários e corporativos.

GOVERNANÇA GLOBAL E PRINCÍPIOS ORIENTADORES SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

A consolidação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) representa um marco na tentativa de estruturar uma governança global para enfrentar os impactos das corporações transnacionais sobre os direitos humanos.

Resultado de seis anos de consultas coordenadas por John Ruggie, o documento propõe a implementação do marco “Proteger, Respeitar e Reparar” e organiza-se em torno de três pilares fundamentais: o dever dos Estados de proteger os direitos humanos, a responsabilidade das empresas de respeitá-los e a necessidade de acesso a mecanismos de reparação (ONU, 2011, p. 1-2; Ruggie, 2013, p. XVII).

Embora não criem novas obrigações legais, os POs reiteram deveres já estabelecidos em tratados internacionais como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), cuja Parte I reconhece o direito dos povos à autodeterminação e ao controle de seus recursos como condição para o pleno gozo dos direitos econômicos e sociais (ONU, 1966, p. 1). Esses instrumentos compõem a base normativa da qual derivam os parâmetros de ação e responsabilidade atribuídos tanto a Estados quanto a empresas no plano internacional.

A natureza não vinculante dos POs insere-se no contexto do *soft law*, categoria normativa que se baseia mais na influência moral e política do que em obrigações jurídicas coercitivas. Essa abordagem foi, em parte, uma resposta à falta de consenso internacional sobre tratados obrigatórios em matéria de responsabilidade empresarial, mas também refletiu a pressão de setores empresariais e estatais resistentes a normas vinculantes (Kweitel, 2012, p. 9).

Tal opção, no entanto, impôs limites concretos à efetividade do instrumento, ao depender da disposição voluntária das empresas para implementar medidas como a devida diligência em direitos humanos (*human rights due diligence*) e a comunicação

transparente de seus impactos sociais (ONU, 2011, p. 4-5).

A crítica ao voluntarismo corporativo ganha relevância diante das persistentes assimetrias de poder entre corporações transnacionais e comunidades afetadas, especialmente no Sul Global. A ausência de obrigações jurídicas robustas para empresas cria lacunas de responsabilidade, comprometendo a efetividade dos direitos reconhecidos em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, art. 1-2) e a Agenda 2030 da ONU (ONU, 2015, p. 5-6), esta última enfatizando o imperativo de “não deixar ninguém para trás”.

A governança global dos direitos humanos na interface com as atividades empresariais configura-se como um campo de articulações múltiplas, que envolve organismos intergovernamentais, empresas, Estados e sociedade civil (Olsen; Pamplona, 2019). A ONU tem exercido papel de liderança na formulação de padrões normativos e na mobilização de fóruns como o Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos e o Fórum Anual em Genebra (Ruggie, 2013, p. 103-105). Ainda assim, a implementação dos POs no plano nacional varia significativamente, sendo frequentemente marcada por fragilidades estruturais nos países em desenvolvimento.

Organizações da sociedade civil têm atuado como protagonistas na denúncia de abusos corporativos e na proposição de marcos regulatórios mais robustos. No entanto, enfrentam crescentes obstáculos impostos por regimes autoritários e pela ofensiva política da extrema direita, que tende a deslegitimar instâncias multilaterais e a reduzir o espaço cívico. Em paralelo, Estados que atuam como “Estados de origem” de corporações transnacionais nem sempre assumem suas obrigações extraterritoriais, limitando-se a diretrizes voluntárias e incentivos econômicos (Ruggie, 2013, p. 114-116; ONU, 2011, p. 9).

A efetividade dos POs depende, em grande medida, da construção de formas democráticas e participativas de governança global. A experiência da Agenda 2030 demonstra que processos amplos de consulta e participação podem fortalecer a legitimidade e a aplicabilidade de diretrizes internacionais (ONU, 2015, p. 6-7). Assim, mecanismos de monitoramento, avaliação e participação de comunidades afetadas são essenciais para a concretização do direito à reparação, bem como para a responsabilização empresarial substantiva.

Como aponta a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a dignidade humana é fundamento da paz e da justiça (ONU, 1948, art. 1º). A garantia dessa dignidade, frente ao poder econômico das corporações, exige um modelo de governança que vá além da autorregulação corporativa e do protagonismo de elites tecnocráticas. Requer, sobretudo, a centralidade dos afetados e o fortalecimento de instâncias democráticas de deliberação.

A proliferação de diretrizes internacionais voltadas à responsabilidade empresarial, como as Diretrizes da OCDE (2023) e a Declaração Tripartida da OIT (2017), demonstra um esforço institucional multilateral para sistematizar expectativas quanto à conduta das empresas no plano transnacional. As Diretrizes da OCDE são um exemplo de instrumento de *soft law* respaldado por governos, voltado à promoção do desenvolvimento sustentável e à gestão de impactos adversos das atividades empresariais sobre pessoas, meio ambiente e direitos humanos.

Embora não tenham caráter vinculante, essas diretrizes contam com mecanismos de implementação, como os Pontos de Contato Nacionais (PCNs), que contribuem para a resolução de conflitos e denúncias por meio da mediação e do diálogo com as partes envolvidas (OCDE, 2023, p. 15–21).

Já a Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social, da OIT, enfatiza a necessidade de harmonizar os interesses de governos, empregadores e trabalhadores em torno da promoção do trabalho digno, da justiça social e do respeito aos direitos humanos fundamentais. Reconhecendo o papel das empresas na globalização econômica, o documento reitera que sua atuação deve alinhar-se aos marcos normativos internacionais do trabalho e às políticas sociais dos países onde atuam (OIT, 2017, p. 4–6).

Esses instrumentos mostram uma tendência crescente de hibridização entre *soft law* e obrigações regulatórias, ao mesmo tempo em que expõem o desafio de converter expectativas em exigências normativas efetivas, especialmente nos contextos em que os mecanismos de controle público são frágeis ou capturados por interesses corporativos.

A crescente mobilização internacional em torno da regulação da conduta corporativa tem gerado tensões no sistema multilateral de direitos humanos. O caso dos *Special Procedures* da ONU (relatores especiais que monitoram e denunciam violações) ilustra essa disputa. Como analisado por Alston (2011), há pressões significativas de certos Estados para submeter esses mecanismos independentes a códigos de conduta controlados por comitês intergovernamentais, o que comprometeria sua autonomia e capacidade de atuação crítica (Alston, 2011, p. 563–567). A tentativa de disciplinar os relatores por meio de mecanismos punitivos, como comitês de *compliance* com poderes sancionatórios, foi denunciada como uma forma velada de deslegitimar os monitoramentos e reforçar a impunidade (Alston, 2011, p. 591–593).

Tais estratégias de contenção ganham contornos ainda mais preocupantes quando associadas ao avanço de governos de orientação autoritária ou à extrema direita, cuja retórica antiglobalista ataca diretamente o sistema multilateral de direitos humanos, promovendo o esvaziamento político e orçamentário de suas instituições.

A proposta do Tratado Vinculante sobre Empresas e Direitos Humanos, discutido desde 2014 no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, representa uma tentativa concreta de superar os limites dos instrumentos voluntários. Segundo a análise jurídica de Krajewski (2021), o terceiro rascunho do tratado propõe normas claras de responsabilização civil e penal para empresas por violações aos direitos humanos, inclusive por suas cadeias de suprimentos, além de prever o dever estatal de garantir o acesso à justiça, medidas reparatorias e compatibilização entre acordos comerciais e obrigações de direitos humanos (Krajewski, 2021, p. 2-5).

No entanto, sua construção tem enfrentado resistência sistemática dos países centrais, em especial Estados Unidos, Japão e Canadá, e mesmo da União Europeia, que evita um engajamento substantivo nas negociações (Krajewski, 2021, p. 3-4). A polarização entre os países do Sul Global, que demandam o tratado, e os do Norte Global, que o sabotam, revela o fosso entre as promessas normativas dos Princípios Orientadores e a efetivação da justiça global diante do poder corporativo.

Os limites dos POs e da governança global baseada no *soft law* têm gerado intensas críticas na literatura especializada. Para Deva e Bilchitz (2013), o enquadramento atual, centrado na responsabilidade de respeitar, sem implicar obrigações legais diretas às empresas, perpetua o “fosso normativo” entre violações sistemáticas e a efetividade dos direitos humanos. Segundo os autores, a fragmentação institucional e a captura corporativa de espaços decisórios no sistema internacional minam qualquer expectativa de responsabilização efetiva, razão pela qual defendem uma reformulação do paradigma vigente a partir da atribuição direta de deveres jurídicos às empresas (Deva; Bilchitz, 2013, p. 4-5).

Ruggie (2013) reconhece a dificuldade estrutural de impor regras vinculantes em um mundo dominado por empresas transnacionais e Estados relutantes em ceder soberania. Ele propõe o conceito de “pragmatismo principiado” (*principled pragmatism*) como base para os POs, mas admite que o sucesso do modelo depende de uma implementação concreta e contínua, o que não tem ocorrido de forma ampla (Ruggie, 2013, p. XVI-XLIII).

Conforme crítica de Sethi (2014), a abordagem de Ruggie reitera estratégias já testadas e falhas, como a aposta em compromissos voluntários e iniciativas sem mecanismos de monitoramento robusto, como o Pacto Global da ONU, cuja efetividade nunca foi devidamente comprovada (Sethi, 2014, p. 361-362).

A reflexão crítica sobre a própria atuação das Nações Unidas revela um paradoxo: a instituição que promove os direitos humanos globalmente tem resistido a se submeter aos mesmos princípios. O caso da epidemia de cólera no Haiti, documentado por Alston (2018), evidencia esse contrassenso. Após a introdução da bactéria por tropas da ONU, a organização recusou-se por anos a reconhecer sua responsabilidade legal ou oferecer

compensação às vítimas, invocando imunidade institucional. Essa postura é “[...] moralmente inconcebível, legalmente indefensável e politicamente autodestrutiva” (Alston, 2018, p. 2).

Esse episódio explicita como o regime jurídico internacional atual privilegia a não responsabilização, tanto de corporações quanto de instituições intergovernamentais. Isso mina a legitimidade da governança global dos direitos humanos e alimenta as críticas feitas por forças políticas como a extrema direita, que, ao invés de propor reformas democratizantes, instrumentalizam esses fracassos para atacar o próprio sistema multilateral.

EXTREMA DIREITA, NEOLIBERALISMO E DESMONTE NORMATIVO

Conforme analisado anteriormente, a governança global dos direitos humanos enfrenta limites estruturais associados à natureza não vinculante dos POs e à resistência dos Estados e corporações a mecanismos obrigatórios de responsabilização (Ruggie, 2013, p. XVI–XLIII). Essa fragilidade normativa é agravada, no cenário atual, pela ascensão de governos de extrema direita, que incorporam a racionalidade neoliberal, mas a instrumentalizam em favor de projetos autoritários e excludentes.

Essa convergência entre neoliberalismo e autoritarismo, longe de representar uma contradição, constitui o que Wendy Brown (2019, p. 33–35) chama de “governamentalidade neoliberal reconfigurada”, na qual o Estado se torna promotor ativo de mercados desregulados e, simultaneamente, de políticas morais punitivas e nacionalistas. O que está em jogo é uma transformação do próprio sentido de governança: ao invés de proteger direitos sociais, o Estado neoliberal autoritário atua para enfraquecê-los, naturalizando desigualdades como parte da ordem econômica e social legítima.

No contexto latino-americano, essa aliança se materializa em cortes de gastos sociais, repressão a movimentos populares e retirada de direitos trabalhistas, ambientais e previdenciários sob o pretexto de modernização econômica (ONU, 2024, p. 16–20; CIDH, 2023, p. 47–52). O resultado é a fragilização das instituições democráticas e a substituição de políticas redistributivas por um modelo de governança centrado na segurança, no mercado e na autoridade executiva.

Essa reconfiguração se ampara em uma retórica antiglobalista que deslegitima os mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos. Organismos como a ONU e a Comissão Interamericana são acusados de ameaçar a soberania nacional e de impor valores supostamente “estranhos” às culturas locais. No entanto, tal discurso ignora que os compromissos internacionais em matéria de direitos humanos foram livremente assumidos pelos Estados e têm fundamento jurídico vinculante em tratados

multilaterais (ONU, 1993, p. 2-4).

Na realidade, como apontado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2023, p. 177-196), o ataque à legitimidade internacional serve de pretexto para justificar retrocessos internos, incluindo perseguição a defensores de direitos, enfraquecimento de instituições autônomas e criminalização da sociedade civil. É nesse contexto que o discurso da soberania é resgatado como instrumento de bloqueio à *accountability* internacional, e não como expressão da autodeterminação popular.

Como afirma Brown (2019, p. 109-115), essa versão antidemocrática da soberania opera não para proteger populações vulneráveis, mas para garantir a liberdade irrestrita de elites econômicas e políticas contra a regulação pública e os compromissos de justiça global.

A retórica antiglobalista é acompanhada por políticas ativas de desregulação. Trata-se de uma nova racionalidade estatal que, em nome da liberdade econômica, revoga normativas protetivas e desmantela políticas públicas voltadas a populações vulneráveis. Essa estratégia é visível em reformas trabalhistas regressivas, cortes em programas sociais e flexibilização de normas ambientais, como demonstram os casos recentes do Brasil e da Hungria (OHCHR, 2023, p. 5-6).

Na prática, o desmonte normativo promove a captura do Estado por interesses corporativos e enfraquece os instrumentos que garantem o mínimo existencial dos direitos humanos. A CIDH (2023, p. 44-47) adverte que essa tendência compromete o Estado de Direito e impede a atuação equilibrada dos poderes públicos, especialmente quando combinada à militarização da segurança e à politização do sistema de justiça.

Essa lógica, já criticada no eixo anterior, sob a forma do *soft law* voluntarista, torna-se ainda mais problemática quando o Estado não apenas se omite, mas adota a desregulação como modelo ativo de sua atuação política, desmontando o que resta da governança internacional em matéria de direitos humanos (Deva; Bilchitz, 2013, p. 4-5).

Ao rejeitar os marcos normativos internacionais sob o argumento da defesa da soberania, os governos de extrema direita acabam por proteger, de forma indireta, práticas abusivas de corporações transnacionais. A soberania é invocada não para ampliar a autonomia popular, mas para garantir impunidade frente a violações ambientais, trabalhistas ou alimentares cometidas por empresas, inclusive em contextos transfronteiriços.

O *Compendium on Democratic Institutions* da CIDH (2023, p. 325-353) alerta que o fechamento dos espaços democráticos e o bloqueio da cooperação internacional têm sido acompanhados pela recusa em adotar medidas de proteção de direitos em temas como mudança climática, equidade de gênero e justiça racial. Isso revela uma estratégia

de “recorte seletivo da soberania”, em que o Estado assume posturas soberanistas apenas quando confrontado por demandas redistributivas ou ambientais.

Esse cenário evidencia os limites estruturais da governança global fundada em princípios não vinculantes. Quando os Estados mais autoritários se recusam a cooperar, e as empresas operam sob lógicas extraterritoriais desreguladas, a responsabilização empresarial torna-se inviável sem instrumentos jurídicos internacionais obrigatórios, como o Tratado Vinculante discutido no Conselho de Direitos Humanos da ONU (Krajewski, 2021, p. 2-5).

A fragilização da governança global dos direitos humanos encontra um solo fértil nos regimes de extrema direita que, ao mesmo tempo em que deslegitimam o sistema internacional, corroem internamente os mecanismos constitucionais de proteção. No caso do Brasil, essa dinâmica tem sido especialmente evidenciada pelo papel desempenhado pelo Poder Judiciário, que passou de garantidor da Constituição a protagonista de uma agenda moralista, seletiva e populista (Salgado, 2018, p. 193-217).

Segundo Eneida Desiree Salgado e Emerson Gabardo, o Judiciário brasileiro tem contribuído para a erosão do Estado de Direito ao adotar práticas de lawfare e substituir normas constitucionais por juízos morais subjetivos, afastando-se de sua função contramajoritária e desequilibrando o sistema de freios e contrapesos (Salgado; Gabardo, 2021). Essa atuação se justifica, frequentemente, em nome da “moralidade pública” ou da proteção da democracia, mas resulta em reforço de uma lógica autoritária, na qual decisões judiciais substituem o debate democrático e a legalidade constitucional.

A combinação entre o discurso moralista e a lógica populista gera um Judiciário que se vê como herói iluminado, atribuindo-se o papel de corrigir a vontade popular quando esta é considerada “errada” (Salgado, 2018). Essa postura alimenta a desconfiança nas instituições, enfraquece a legitimidade do sistema representativo e colabora com a ascensão de lideranças autocráticas, como observado na eleição presidencial de 2018.

Ao mesmo tempo, observa-se a substituição da legalidade por uma racionalidade política de exceção, na qual a separação dos poderes é relativizada e os direitos fundamentais tornam-se condicionados à adesão ao projeto político vigente (Salgado, 2018). O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, em diversas ocasiões, exerceu sua competência de forma ativista, impondo restrições sem fundamento normativo claro, em nome de valores morais ou supostas necessidades institucionais emergenciais.

Essa conjuntura não é isolada. Pode-se dizer que, em grande medida, a captura das instituições judiciais por lógicas políticas de exceção reflete uma tendência mais ampla de erosão democrática, observável em outras democracias liberais contemporâneas, nas quais os dispositivos constitucionais são manipulados para consolidar poder e deslegitimar a oposição.

Além disso, no plano simbólico e jurídico, o esvaziamento da noção de soberania popular (reduzida a um enunciado retórico desvinculado da participação efetiva) serve de justificativa para decisões judiciais que contrariam o voto popular e reforçam a distância entre o Estado e a cidadania. A soberania popular, quando instrumentalizada por representantes ou juízes, transforma-se em uma ficção legitimadora do autoritarismo sob verniz democrático (Salgado, 2018).

Essa deterioração das instituições se insere em um quadro mais amplo de ataque à legitimidade da democracia representativa, à universalidade dos direitos humanos e à própria noção de Estado de Direito. A judicialização da política, quando guiada por critérios morais e seletivos, não apenas contorna os mecanismos democráticos, mas reconfigura o espaço público em favor de uma elite togada que atua fora do alcance do controle popular.

A literatura crítica tem apontado que a democracia brasileira, concebida como resultado da transição dos anos 1980, carrega desde sua origem contradições estruturais. A Constituição de 1988 estabeleceu uma promessa de cidadania social, porém, o avanço de políticas neoliberais a partir de 1995, sobretudo com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, iniciou um ciclo de reformas constitucionais voltadas à privatização, à flexibilização do trabalho e à redução do papel do Estado, sem consulta popular efetiva (Mulatinho, 2016, p. 200–201).

Esse processo culminou na consolidação de um Estado neoliberal que instrumentaliza a legalidade constitucional para legitimar a exclusão social. A cidadania social, tal como projetada na Constituição, foi esvaziada por reformas que restringiram direitos e cristalizaram privilégios econômicos, reconfigurando a relação entre Estado e sociedade. A ideia de cidadania insurgente foi gradualmente substituída por uma concepção restritiva, conformada à lógica da produtividade, da eficiência e da exclusão (Mulatinho, 2016, p. 204–205).

Além disso, o modelo de cidadania resultante dessa transformação passou a ser marcado por sua seletividade, mantendo desigualdades profundas de classe, gênero e raça. A racionalidade neoliberal transformou o sujeito de direitos em consumidor meritocrático, e o Estado em garantidor da liberdade econômica em detrimento da justiça social (Machado et al., 2024, p. 6–8). Nesse sentido, mesmo os governos de orientação progressista não romperam com a matriz neoliberal, mantendo uma estrutura social centrada em conservadorismos e hierarquizações.

A transição democrática e a transição neoliberal ocorreram simultaneamente no Brasil, criando um ambiente institucional ambíguo, onde a ampliação de direitos convive com políticas de austeridade e financeirização (Machado *et al.*, 2024, p. 5–7). O resultado é uma democracia limitada ao exercício do voto, sem capacidade efetiva de transformação estrutural. O neoliberalismo, longe de ser apenas um modelo

econômico, é compreendido como um projeto normativo totalizante que molda subjetividades, regula comportamentos e redefine a própria ideia de cidadania (Dardot; Laval, 2016, p. 17-18).

A “confluência perversa” entre democracia formal e práticas neoliberais, como analisa Dagnino (2004), consolidou-se no Brasil a partir da década de 1990 e aprofundou-se nos anos 2010 com a ascensão de uma extrema direita antipluralista, que recorre a discursos morais para justificar o desmonte de direitos e a criminalização da diferença (Salgado; Gabardo, 2021). A vulnerabilidade da cidadania nesse contexto fica evidente em políticas regressivas voltadas à população LGBTI+, cuja trajetória ilustra a lógica da austeridade seletiva.

Souza e Smith (2025) revelam que, embora avanços institucionais tenham sido registrados no início dos anos 2000, o orçamento destinado a políticas públicas para pessoas LGBTI+ foi reduzido de forma drástica nos governos Temer e Bolsonaro, com cortes que impediram a continuidade de programas essenciais como o “Brasil Sem Homofobia” e o Plano Nacional LGBT (Souza; Smith, 2025, p. 6-8). A LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2016 (Brasil, 2016), por exemplo, deixou de contemplar recursos específicos para essa população, refletindo a lógica neoliberal de exclusão orçamentária e moralização do espaço público.

Esse desmonte das políticas públicas exemplifica como o neoliberalismo autoritário atua por meio da negação de direitos às populações historicamente marginalizadas. A austeridade, promovida como técnica de gestão racional, opera seletivamente, afetando os setores mais vulneráveis e fragilizando os mecanismos de proteção e inclusão, especialmente em contextos marcados por violência estrutural e desigualdade como o Brasil.

A correlação entre neoliberalismo, moralismo e autoritarismo se mostra, portanto, não como uma exceção, mas como parte de uma nova governamentalidade que promove o Estado mínimo para os pobres e o Estado máximo para os mercados e elites conservadoras. Ao minar as condições de justiça social, a democracia torna-se apenas formal, esvaziada de conteúdo emancipatório. Esse é o cenário que será retomado nos estudos comparados do eixo seguinte, com foco nos casos do Brasil, da Hungria e da Polônia.

ESTUDOS DE CASO EM PERSPECTIVA COMPARADA (BRASIL, HUNGRIA, POLÔNIA)

A ascensão de governos de extrema direita nos últimos anos tem reconfigurado drasticamente os marcos democráticos e os sistemas de proteção dos direitos humanos em diversas partes do mundo.

Brasil, Hungria e Polônia representam, nesse contexto, três casos emblemáticos da convergência entre autoritarismo, neoliberalismo e desmonte normativo. Cada país, à sua maneira, tem operacionalizado uma política de erosão institucional que fragiliza as garantias democráticas, instrumentaliza a soberania nacional como retórica contra a governança global e impõe retrocessos no campo dos direitos civis, sociais e ambientais.

No caso do Brasil, o período 2019–2022, sob o governo Jair Bolsonaro, foi marcado por uma sistemática política de deslegitimação de órgãos multilaterais, ataques à imprensa livre, perseguição a defensores de direitos humanos e desmonte de políticas públicas ambientais e sociais. Como aponta o Relatório de Direitos Humanos dos EUA de 2020, houve aumento de ameaças a jornalistas, impunidade em casos de violência policial e pressões sistemáticas sobre instituições de controle, como o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público (U.S. Department of State, 2021, p. 1–6). A desinformação passou a ser utilizada como instrumento de governo, em especial no contexto da pandemia de covid–19, minando políticas baseadas em evidências e ampliando a polarização social.

A relação do governo Bolsonaro com organismos internacionais foi caracterizada por um discurso soberanista que rejeita a legitimidade de instâncias multilaterais, como o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Essa postura retoma o padrão analisado por Wendy Brown (2019, p. 22–24), no qual o neoliberalismo autoritário rechaça toda forma de regulação externa, combinando um discurso de liberdade individual com práticas de repressão e supressão do dissenso.

Na Hungria, o governo de Viktor Orbán consolidou um regime que muitos analistas classificam como “autocracia eleitoral”, marcado por captura institucional, ataque ao Judiciário independente e repressão à sociedade civil. De acordo com o *World Report* 2024, o governo húngaro manteve o estado de emergência declarado desde 2020 e utilizou decretos para governar sem o Parlamento, além de adotar leis que restringem a atuação de professores e jornalistas (Human Rights Watch, 2024a, p. 1–2). A União Europeia, diante das sucessivas violações ao Estado de Direito, suspendeu parte dos fundos destinados ao país com base no artigo 7º do Tratado da UE (Human Rights Watch, 2024a, p. 3).

A retórica antiglobalista do regime húngaro tem sido mobilizada para atacar ONGs, universidades e meios de comunicação independentes, rotulando-os como “agentes estrangeiros”. A construção discursiva de inimigos internos e externos justifica o autoritarismo crescente, ao mesmo tempo em que projeta uma visão iliberal de nação baseada em valores cristãos conservadores, exclusão de imigrantes e homogeneidade étnico-cultural (Brown, 2019, p. 10–12). A governança por decretos e a centralização do poder configuram um modelo de “soberania autoritária”, em oposição direta aos marcos normativos da governança global dos direitos humanos.

A Polônia, por sua vez, sob a liderança do partido Lei e Justiça (PiS) até o final de 2023, seguiu um roteiro semelhante de erosão democrática. O governo promoveu reformas judiciais que comprometeram a independência do Judiciário, atacou a imprensa livre e restringiu direitos das mulheres e da população LGBT+. Segundo o *World Report* 2024, juízes críticos das reformas foram perseguidos, e a Comissão Europeia chegou a abrir processo de infração contra o país por descumprimento dos princípios do Estado de Direito (Human Rights Watch, 2024b, p. 1–2).

Além disso, a Polônia institucionalizou práticas de exclusão, como as chamadas “zonas livres de ideologia LGBT”, e impôs retrocessos significativos no acesso ao aborto. A combinação de conservadorismo moral, nacionalismo e enfrentamento aberto às normas da União Europeia insere-se na lógica denunciada por Brown (2019, p. 127–129), em que o neoliberalismo autoritário combina repressão estatal e mobilização de discursos tradicionalistas para legitimar desigualdades e exclusões.

Apesar das diferenças contextuais, os três países compartilharam elementos centrais: o desmantelamento do controle institucional e da *accountability* democrática, a retórica de defesa da soberania nacional contra “interferências externas” e o ataque direto à governança global dos direitos humanos. A estratégia de deslegitimar mecanismos multilaterais, aliada à captura do aparato estatal, permite que esses governos promovam agendas regressivas sem prestar contas à comunidade internacional.

Conforme alerta Brown (2019, p. 56–59), trata-se de uma reconfiguração do neoliberalismo que não apenas esvazia a democracia liberal, mas também recorre a formas de dominação simbólica e moral que mobilizam o ressentimento social e o medo. A governança antidemocrática, nesse sentido, não é apenas um projeto de poder, mas uma racionalidade política que remodela subjetividades, regula afetos e redefine o próprio sentido de liberdade e justiça.

A especificidade do caso brasileiro sob o governo Bolsonaro revela não apenas um desmonte institucional de políticas públicas, mas também uma ofensiva ideológica contra os marcos normativos e democráticos instituídos a partir da Constituição de 1988. De acordo com o relatório da CIDH, o Brasil enfrentou um agravamento da violência institucional, com destaque para a seletividade racial da letalidade policial, ataques a jornalistas e defensores de direitos humanos, e o enfraquecimento deliberado das políticas de saúde, educação e igualdade racial (CIDH, 2021, p. 10–34).

No plano das políticas públicas, pode-se apontar para um *modus operandi* sistemático de destruturação do Estado: o governo Bolsonaro (2019–2022) promoveu cortes orçamentários, perseguições institucionais, desmonte de conselhos participativos e uso estratégico da desinformação para corroer a confiança na democracia representativa e nos organismos multilaterais (Fernandes *et al.*, 2024, p. 2–4).

A retórica da “soberania nacional” foi manipulada para justificar a paralisação de demarcações de terras indígenas e o enfraquecimento de órgãos ambientais e de direitos humanos, como a Funai e o Ibama. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) documentou violações sistemáticas contra povos indígenas, incluindo a imposição do marco temporal, invasões territoriais e omissões estatais que culminaram em mortes, perseguições e remoções forçadas (CNDH, 2023, p. 3-6).

Na Hungria, o padrão autoritário é reiterado por um arcabouço legislativo que restringe liberdades fundamentais. A organização Anistia Internacional denunciou uma série de emendas constitucionais e legislações que criminalizam o trabalho de ONGs, proíbem legalmente o reconhecimento de gênero para pessoas trans e restringem adoções por casais do mesmo sexo, tudo sob o pretexto de defender a “identidade constitucional cristã” do país (Amnesty International, 2021, p. 1-3).

Além disso, a liberdade acadêmica foi atacada com a expulsão de universidades estrangeiras, como no caso da CEU (Central European University), proibida de operar devido à legislação conhecida como “Lex CEU”. O controle sobre o Judiciário também foi intensificado por meio da nomeação de juízes leais ao regime, prejudicando gravemente a independência judicial (Amnesty International, 2021, p. 2-4).

Esses três casos revelam um padrão de atuação da extrema direita transnacional: apropriação do discurso de soberania nacional, ataque aos organismos multilaterais, erosão das instituições democráticas internas e instrumentalização de crises (econômicas, migratórias, sanitárias) para justificar medidas repressivas. Trata-se de um movimento coordenado que desafia diretamente a eficácia da governança global dos direitos humanos e torna evidente a necessidade de mecanismos vinculantes de responsabilização internacional para conter tais retrocessos.

Na Hungria, a consolidação do regime de Viktor Orbán exemplifica a transição de uma democracia liberal para um modelo híbrido, que tem sido descrito como “democracia difusamente defeituosa” (Bogaards, 2018, p. 1.481-1.492). A análise histórica revela uma trajetória marcada pela concentração de poder, fragilização do Judiciário, repressão à imprensa e centralização legislativa que, entre 2010 e 2014, resultou na aprovação de 859 leis, incluindo 49 leis fundamentais (Bogaards, 2018, p. 1.486). Orbán utilizou crises como instrumento político para consolidar uma hegemonia institucional, adotando uma nova constituição sem consulta pública e minimizando o papel do parlamento, configurando um sistema constitucional de partido único (Bogaards, 2018, p. 1.487-1.488).

Esse processo implicou na eliminação de freios e contrapesos internos, desconfigurando o sistema de *accountability* horizontal e subordinando o Judiciário e a mídia a interesses do Executivo. A exclusão de adversários políticos por meio de reformas legais e retórica punitiva reforça a definição de “democracia delegativa” (Bogaards, 2018, p. 1.494).

A União Europeia, embora tenha tentado responder, tem sido ineficaz na contenção das práticas iliberais, permitindo que o governo húngaro adote o que foi chamado de “conformidade criativa” (Bogaards, 2018, p. 1.491).

No Brasil, além dos elementos já abordados, observa-se uma atuação proativa de setores empresariais na formulação e execução de políticas públicas durante o governo Bolsonaro. Como mostrou Bortone (2020), o empresariado que apoiou Bolsonaro foi diretamente incorporado a espaços decisórios, subvertendo princípios da institucionalidade republicana e influenciando reformas como a da Previdência e as flexibilizações trabalhistas (Bortone, 2020, p. 65–76). Esse fenômeno revela uma hibridização entre poder político e econômico, em que os empresários deixam de ser meros financiadores e passam a exercer papel ativo no aparato estatal.

A retórica da liberdade absoluta, característica do neoliberalismo autoritário, foi instrumentalizada para justificar a precarização do trabalho e o desmonte de direitos sociais, como demonstrado na análise de políticas trabalhistas conduzida por Dutra e Lima (2023). As autoras destacam como a pandemia da covid-19 serviu de oportunidade para acelerar reformas, como a MP 936/2020, que reduziu salários e jornadas sem consulta a sindicatos, revelando desprezo pelo diálogo social e pela proteção coletiva (Dutra; Lima, 2023, p. 1.782).

Esses elementos (ataque ao sindicalismo, desmonte fiscalizatório, naturalização da informalidade e protagonismo empresarial) compõem um quadro que as autoras associam a práticas neofascistas com matiz neoliberal (Dutra; Lima, 2023, p. 1.775–1.783). A simbologia nacionalista, combinada ao discurso de “empresários salvadores”, reflete uma racionalidade política centrada na figura de um Estado mínimo para direitos e máximo para repressão.

A governança por exclusão também se manifesta na Polônia, onde o partido Lei e Justiça, além de implementar reformas autoritárias no Judiciário, estruturou um discurso de defesa da “identidade nacional cristã” como justificativa para restringir direitos civis, especialmente os relacionados à população LGBT+ (HRW, 2024b, p. 2–4). O caso polonês evidencia a convergência entre nacionalismo étnico, moralismo religioso e autoritarismo institucional, em forte alinhamento com o que Brown (2019, p. 127–129) descreve como a reconfiguração moral do neoliberalismo em direção a formas de governo excludentes.

Em todos os casos analisados, evidencia-se uma ofensiva sistemática contra os mecanismos multilaterais de proteção dos direitos humanos. A invocação da “soberania” como escudo para práticas autoritárias reflete não uma defesa da autodeterminação popular, mas uma estratégia para blindar elites políticas e econômicas da *accountability* internacional.

Como indicam os relatórios da CIDH (2021) e da Anistia Internacional (2021), a crise da democracia não decorre de seu esgotamento, mas de sua captura e ressignificação por projetos autoritários que se valem dos próprios instrumentos democráticos para corroê-la por dentro.

A análise dos casos de Brasil, Hungria e Polônia confirma que a ascensão da extrema direita tem promovido uma erosão coordenada dos marcos democráticos e normativos, tanto no plano interno quanto internacional. Como demonstrado no primeiro eixo, a fragilidade dos POs, baseados em *soft law*, torna-se ainda mais evidente quando confrontada com governos que rejeitam compromissos multilaterais e instrumentalizam a soberania nacional para deslegitimar mecanismos internacionais de responsabilização (ONU, 2011; Ruggie, 2013).

No segundo eixo, observa-se que o neoliberalismo autoritário não apenas tolera, mas fomenta esse tipo de desmonte normativo, ao associar políticas de austeridade a discursos excludentes e punitivos (Brown, 2019). Os estudos de caso mostraram como essa lógica se traduz em práticas concretas: no Brasil, pelo desmonte de políticas públicas e captura empresarial do Estado; na Hungria, pela centralização autoritária e repressão à sociedade civil; e na Polônia, pela institucionalização da exclusão em nome de valores conservadores (CIDH, 2021; HRW, 2024a, 2024b; Amnesty International, 2021).

Essas experiências evidenciam os limites do modelo voluntarista vigente e a urgência de marcos jurídicos vinculantes para conter o avanço autoritário. Reforçam, também, a necessidade de resgatar uma soberania comprometida com os direitos humanos, e não com a impunidade das elites políticas e econômicas.

CONCLUSÃO

A análise empreendida neste artigo demonstra que a atual crise da governança global dos direitos humanos está profundamente relacionada a dois fatores centrais e interdependentes: a fragilidade estrutural dos instrumentos normativos internacionais, especialmente os baseados no modelo de *soft law*, como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, e a ofensiva global de regimes de extrema direita que deslegitimam esses marcos em nome de uma soberania nacional instrumentalizada.

No primeiro eixo, demonstrou-se que, embora os POs tenham representado um avanço simbólico no reconhecimento da responsabilidade empresarial frente aos direitos humanos, sua natureza não vinculante limita severamente sua capacidade de transformação concreta. Essa limitação normativa revela-se especialmente grave diante do poder transnacional das corporações e da ausência de mecanismos efetivos de reparação para populações afetadas, sobretudo no Sul Global.

O segundo eixo expôs como a extrema direita, em articulação com a racionalidade neoliberal, não apenas ignora esses instrumentos, mas ativamente opera seu desmonte. A retórica antiglobalista e a recusa à cooperação internacional têm servido como cortina de fumaça para projetos autoritários de desregulação, repressão e exclusão social. Ao se apropriarem do discurso da soberania nacional, esses governos buscam blindar-se contra obrigações internacionais, favorecendo elites econômicas e promovendo a impunidade diante de violações sistêmicas.

Os estudos de caso do terceiro eixo evidenciam como essa lógica se manifesta de maneira concreta em diferentes contextos: desmonte institucional, criminalização da sociedade civil, captura do Judiciário, ataque à liberdade de imprensa e supressão de direitos de minorias. A governança global, nesse cenário, torna-se refém de Estados que se recusam a cooperar e de corporações que operam em zonas de irresponsabilidade legal.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a defesa dos direitos humanos exige mais do que diretrizes voluntárias: exige marcos vinculantes, com capacidade real de responsabilização e reparação. O Tratado Vinculante sobre Empresas e Direitos Humanos, em negociação no Conselho de Direitos Humanos da ONU, representa uma oportunidade histórica para enfrentar esse “fosso normativo” e resgatar a legitimidade de uma governança internacional democrática, participativa e centrada nos sujeitos de direitos.

A reconstrução dessa governança requer o enfrentamento simultâneo da captura corporativa, da erosão democrática e da naturalização das desigualdades. Isso só será possível com a centralidade dos afetados, a recuperação do papel público do Estado e o fortalecimento das instituições multilaterais com base na justiça social, e não na lógica do mercado. Em um cenário de avanço autoritário global, a defesa dos direitos humanos deve ser, sobretudo, uma defesa da democracia substantiva.

Dessa forma, pode-se afirmar que a ascensão da extrema direita impacta negativamente a eficácia dos POs ao esvaziar os compromissos voluntários assumidos por Estados e empresas, minando tanto a legitimidade normativa quanto a aplicabilidade prática desses instrumentos.

O modelo de *soft law*, fundado na expectativa de cooperação, revela-se impotente frente a regimes que instrumentalizam a soberania para rejeitar obrigações internacionais e proteger interesses corporativos. Superar esse impasse requer a construção de um novo paradigma jurídico global (vinculante, democrático e centrado na proteção de direitos), capaz de responder à ofensiva autoritária com mais do que declarações de intenções: com ação normativa concreta e justiça transnacional efetiva.

SOBRE O AUTOR

Rafael de Lima Kurschner: Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGD/PUCPR). Membro do Grupo de Pesquisa Empresas e Direitos Humanos (PPGD/PUCPR). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

REFERÊNCIAS

1. ALSTON, Philip. Extracting accountability: special rapporteurs and the United Nations' responsibility for cholera in Haiti. **Public Law & Legal Theory Research Paper Series Working Paper**, New York, n. 1810, 2018.
2. ALSTON, Philip. Hobbling the monitors: should U.N. human rights monitors be accountable? **Harvard International Law Journal**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 563648, 2011.
3. AMNESTY INTERNATIONAL. **Human rights violations in Hungary ahead of its presidency of the Council of Europe Committee of Ministers**. London: Amnesty International, 2021.
4. BOGAARDS, Matthijs. De-democratization in Hungary: diffusely defective democracy. **Democratization**, [s. l.], v. 25, n. 8, p. 14811.499, 2018.
5. BORTONE, Elaine de Almeida. Frações do empresariado em campanha pró-Bolsonaro (2018). **Revista Debates**, Porto Alegre, RS, v. 14, n. 1, p. 6083, jan./abril. 2020.
6. BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
7. CIDH (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS). **Compendium**. Democratic institutions, rule of law, and human rights. Washington D.C.: OEA, 2023. OEA/Ser.L/V/II, Doc. 318/23.
8. CIDH (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS). **Situation of human rights in Brazil**. Washington D.C.: OEA, 2021. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 9, 2 fev. 2021.
9. CNDH (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS). **Situação dos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil**. Brasília, DF: CNDH, 2023.
10. DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
11. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
12. DEVA, Surya; BILCHITZ, David. The human rights obligations of business: a critical framework for the future. In: DEVA, Surya; BILCHITZ, David (org.). **Human rights obligations of business: beyond the corporate responsibility to respect?** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
13. DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. Neofascismo, neoliberalismo e direito do trabalho no governo Bolsonaro. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1.771-1.804, 2023.
14. FERNANDES, Antônio Sérgio; TEIXEIRA, Marco Antônio; ZUCCOLOTTO, Robson; NASCIMENTO, Alex Bruno; BONELLI, Francesco. Dismantling and reconstruction of public policies in Brazil: from Bolsonaro's destruction to the possibilities of union to rebuild. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2024.
15. HRW (HUMAN RIGHTS WATCH). **World report 2024: Hungary**. Nova York: HRW, 2024a.
16. HRW (HUMAN RIGHTS WATCH). **World report 2024: Poland**. Nova York: HRW, 2024b.
17. KRAJEWSKI, Markus. Analysis of the third draft of the UN treaty on business and human rights. **Cidse**, 2021.
18. KWEITEL, Juana. Apresentação. In: RUGGIE, John. **Empresas e direitos humanos: parâmetros da ONU para proteger, respeitar e reparar**. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2012.
19. MACHADO, Ana Victória Delmiro; VERBICARO, Loiane Prado; REBELO, Thayná Monteiro; FERREIRA, Valeska Dayanne Pinto. A construção da sociedade neoliberal brasileira: qual o lugar da democracia? **Direito e Práxis**, [Rio de Janeiro], v. 15, n. 2, 2024.

20. MULATINHO, Juliana Pessoa. Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo: construção e desconstrução da cidadania no Brasil. **Direito e Práxis**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 198-225, 2016.
21. OCDE (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO). **Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais sobre conduta empresarial responsável**. Paris: OECD Publishing, 2023.
22. OHCHR (OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS). **UN human rights report 2023**. Genebra: ONU, 2023.
23. OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). **Declaração tripartida de princípios sobre empresas multinacionais e política social**. Genebra: OIT, 2017.
24. OLSEN, Ana Carolina Lopes; PAMPLONA, Danielle Anne. Violações a direitos humanos por empresas transnacionais na América Latina: perspectivas de responsabilização. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [s. l.], v. 7, n. 13, 2019.
25. ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Declaração e programa de ação de Viena**. Viena: ONU, 1993.
26. ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris: ONU, 1948.
27. ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Guiding principles on business and human rights: implementing the United Nations “protect, respect and remedy” framework**. Genebra: ONU, 2011.
28. ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais**. Nova York: ONU, 1966.
29. ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Relatório anual 2023: marco de cooperação para o desenvolvimento sustentável 2023-2027**. Brasília, DF: Sistema ONU no Brasil, 2024.
30. ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.
31. RUGGIE, John Gerard. **Just business: multinational corporations and human rights**. New York: W. W. Norton & Company, 2013.
32. SALGADO, Eneida Desiree. Populismo judicial, moralismo e o desprezo à Constituição: a democracia entre velhos e novos inimigos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, [Belo Horizonte, MG], v. 117, n. 15, 2018.
33. SALGADO, Eneida Desiree; GABARDO, Emerson. The role of the judicial branch in Brazilian rule of law erosion. **Revista Investigações Constitucionais**, [Curitiba, PR], v. 8, n. 3, 2021.
34. SETHI, S. Prakash; RUGGIE, John Gerard. Just business: multinational corporations and human rights. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 123, n. 3, p. 361-362, 2014.
35. SOUZA, Jonadson Silva; SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira. Neoliberalismo e políticas públicas: pensando o direito ao desenvolvimento das pessoas LGBTI, no pós constituição de 1988. **Direito e Práxis**, [Rio de Janeiro], v. 16, n. 3, 2025.
36. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazil 2020 human rights report**. Washington D.C.: Bureau of Democracy, Human Rights and Labor, 2021.

Submissão em 21 de junho de 2025.

Aceito em 21 de agosto de 2025.

ARTIGOS LIVRES

EVANGELISMO NÃO-BOLSONARISTA: ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ELEITORES EVANGÉLICOS QUE REJEITARAM BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2022

*NON-BOLSONARIST EVANGELISM:
ANALYSIS OF THE SOCIOECONOMIC
PROFILE OF EVANGELICAL VOTERS
WHO REJECTED BOLSONARO
IN THE 2022 ELECTIONS*

Emerson Urizzi Cervi* 

Naiara Sandi de Almeida Alcantara** 

* Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciência Política, Curitiba/PR, Brasil.
E-mail: ecervi7@gmail.com

** Universidade Federal do Pará, Departamento de Ciência Política, Belém/PA, Brasil.
E-mail: nayarasandy@ufpa.br

RESUMO

No Brasil, o movimento político bolsonarista é amplamente associado a membros de denominações evangélicas, que representam 31% da população segundo o Datafolha de 2020. O estudo analisa o perfil dos evangélicos que não votaram em Bolsonaro na última eleição, diferenciando-os dos que escolheram outro candidato e os que rejeitam Bolsonaro. A pesquisa, baseada em dados de intenção de voto de 2022 do Instituto Datafolha com 12.800 participantes, reorganizou 39 categorias religiosas em quatro: evangélicos protestantes, neopentecostais, pentecostais e não especificados. A análise mostrou que os evangélicos de menor renda foram os que menos apoiaram Bolsonaro, enquanto os protestantes tradicionais e pentecostais, geralmente de maior renda, foram os que mais o apoiaram. Conclui-se que a condição econômica individual foi um fator importante no abandono do apoio evangélico a Bolsonaro em 2022.

Palavras-Chave: Religião; Antibolsonarismo; Eleições 2022; Brasil.

ABSTRACT

In Brazil, the political movement supporting Bolsonaro is widely associated with members of evangelical denominations, who represent 31% of the population according to Datafolha 2020. This study analyzes the profile of evangelicals who did not vote for Bolsonaro in the last election, distinguishing between those who chose another candidate and those who completely reject Bolsonaro. The research, based on 2022 presidential voting intention data from the Datafolha Institute with 12,800 participants, reorganized 39 religious categories into four: Protestant evangelicals, neo-Pentecostals, Pentecostals, and unspecified evangelicals. The analysis showed that lower-income evangelicals were the least likely to support Bolsonaro, while traditional Protestant and Pentecostal evangelicals, generally with higher incomes, were the most likely to support him. It concludes that individual economic conditions were a significant factor in evangelical support for Bolsonaro in 2022.

Keywords: Religion; Anti-Bolsonarism; 2022 Elections; Brazil.

INTRODUÇÃO

O artigo se vincula à linha de pesquisas sobre escolhas eleitorais e preferência de eleitores por candidatos. Usamos os microdados da pesquisa do Instituto Datafolha da antevéspera do primeiro turno da eleição presidencial de 2022, e o nosso ponto de partida está sumarizado na Tabela 1 a seguir: trata da diferença de apoio a Bolsonaro e Lula, medida pela diferença agregada de intenção de voto por denominação religiosa. Há uma discussão na literatura especializada sobre o papel da religião na estruturação das opções políticas nas eleições mais recentes brasileiras. A Tabela 1 agrega os respondentes pelas grandes denominações religiosas brasileiras, com especificações para o evangelismo, o catolicismo, outras religiões agregadas e aqueles que indicam não ter religião, segundo a pesquisa Datafolha. Estão indicados os percentuais de respondentes que dizem pretender votar em Bolsonaro, candidato à reeleição, e em Lula, seu principal opositor.

Os evangélicos têm se mostrado cada vez mais engajados politicamente, formando grupos influentes, como a Bancada Evangélica no Congresso Nacional, e participando ativamente de debates sobre direitos humanos, direitos sexuais, reprodutivos e políticas educacionais. O apoio substancial que os evangélicos deram ao presidente Bolsonaro é um exemplo claro de sua influência política. Esse apoio é frequentemente caracterizado por uma retórica que enfatiza a percepção de perseguição e a necessidade de proteger os valores familiares tradicionais, que, segundo esses grupos, estão ameaçados (Rosas, 2023).

Embora se diga que o eleitor evangélico é a base do bolsonarismo, isso não é o mesmo que dizer que todo evangelismo se limita a apoiar Bolsonaro. No geral, cerca de 45% dos que se identificam com denominações do protestantismo tradicional e com o pentecostalismo não optaram por Bolsonaro na eleição presidencial de 2022. Entre os neopentecostais, apenas metade dizem votar no candidato à reeleição. Com base nisso, a pergunta que move o trabalho é: quem são os evangélicos que não pretendiam votar em Bolsonaro em 2022?

Nosso objetivo principal é identificar o que caracteriza o eleitor evangélico não bolsonarista. Partimos da hipótese de que, para além da organização por valores não materiais ligados a religiões conservadoras do evangelismo, uma parcela do eleitorado decide o voto para punir ou recompensar o governo que busca a reeleição (Fiorina, 1978). No Brasil, eleitores de baixa renda foram os mais atingidos pela desestruturação de políticas públicas sociais e decisões da área econômica que concentraram renda e aumentaram a pobreza pós-pandemia de covid-19. Se assim, eleitores de baixa renda tenderão a punir o candidato à reeleição, dando apoio à opção oposicionista, apesar da religião que professam.

Tabela 1 – Diferença de intenção de voto para Bolsonaro e Lula em 2022, por religião

Religião	Total de respostas	(%) Bolsonaro (A)	(%) Lula (B)	Diferença de pontos percentuais (A-B)
Protestante tradicional	595	55,2	26,2	+28,9
Pentecostal	1.530	56,4	32,2	+24,3
Neopentecostal	306	49,8	39,4	+10,4
Católica	7.082	29,7	57,1	-27,4
Outras religiões	1.240	37,4	48,6	-11,2
Sem religião	1.229	23,5	60,2	-36,7

Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022).

A diferença entre os percentuais de intenção de voto em Bolsonaro e em Lula, na coluna da direita da Tabela 1, mostra uma consistente organização das religiões na estruturação das preferências. Denominações do evangelismo apresentam “sobras” positivas, favoráveis a Bolsonaro, embora em proporções distintas. O protestantismo tradicional, com 28,9 pontos percentuais, e o pentecostalismo, com 24,3 pontos percentuais, apresentam as maiores diferenças a favor do candidato à reeleição em 2022. Depois vem os neopentecostais, com apenas 10 pontos percentuais a favor de Bolsonaro. Eleitores que se apresentam como católicos parecem ser mais lulistas, com 27,4 pontos percentuais em favor do candidato do PT. Aqueles que não têm religião foram os que apresentaram a maior diferença em favor de Lula, com 36,7 pontos. Outras religiões agregadas apresentaram uma média de apoio a Lula, com 11,2 pontos percentuais de diferença a favor dele¹.

Para irmos além da abordagem sobre preferência eleitoral simples, propomos como variável a ser estudada um índice de intensidade de identificação que apresenta cinco pontos. Em um extremo estão os eleitores que (i) votam em Lula e rejeitam Bolsonaro, seguido dos que (ii) votam em Lula e não rejeitam Bolsonaro, (iii) votam em outro candidato independentemente de rejeição; (iv) votam em Bolsonaro e não rejeitam Lula e, por fim, (v) votam em Bolsonaro e rejeitam Lula. Com isso temos um índice que permite identificar, nos extremos, as posições mais radicais em relação aos dois principais candidatos e, ao centro, a tendência de posições menos radicais. Esse índice será usado em testes sobre o impacto da religião, controlada pela renda, para se aproximar ou distanciar dos principais candidatos à presidência em 2022.

Para atender aos objetivos da pesquisa após o tópico introdutório, demonstramos na seção conceitual como a religião se disseminou rapidamente no cenário brasileiro e se tornou diversificada, justificando assim nossa categorização da variável “denominação

¹ Alertamos que na categoria “outras religiões” estão agregados percentuais de eleitores de religiões de matriz africana, predominantemente a favor de Lula, e percentuais de eleitores espíritas e judeus, majoritariamente pró-Bolsonaro.

religiosa”. Na sequência, apresentamos a metodologia de pesquisa, seguida pelos resultados e considerações finais.

A RELIGIÃO NA ARENA POLÍTICA BRASILEIRA

No Brasil, os evangélicos tradicionalmente tendem a adotar posições mais conservadoras e de direita no espectro político-ideológico em comparação com outros grupos religiosos. Este dado se torna mais relevante à medida que a denominação religiosa ganha espaço na agenda política e um número crescente de afiliados condicionam seus votos com base em suas convicções religiosas. Estudos têm destacado esse crescimento significativo (Bohn, 2004), demonstrando uma ascensão notável que passou de 15% dos brasileiros autodeclarados como evangélicos em 2000 para aproximadamente 30% em 2020.

Há uma corrente explicativa que busca associar a filiação às denominações evangélicas com condições econômicas. Neste artigo, essa será uma das principais variáveis explicativas. No que se refere à sofisticação política, nota-se que a exposição dos evangélicos e de outros grupos religiosos aos meios de comunicação de massa desempenha um papel crucial. Estudos demonstram que quanto maior é a exposição de um indivíduo aos meios de comunicação, maior tende a ser seu grau de conhecimento político. A filiação religiosa tende a reduzir os efeitos da pluralidade de conteúdo dos meios de comunicação tradicionais. Tocqueville (1977) argumenta que a liberdade de imprensa não apenas informa os cidadãos sobre eventos políticos, mas também lhes confere poder fiscalizatório sobre os governantes. Lipset (1967) acrescenta que a imprensa desempenha um papel importante na socialização democrática, aumentando a tolerância à diversidade e reduzindo a aceitação de ideologias extremistas. O crescimento da importância religiosa na esfera política reduz esses efeitos.

Existem meios de minimizar a influência religiosa; contudo, autoras como Bohn (2004) demonstraram que há pouca exposição aos meios de comunicação e discussões que aumentariam a capacidade e nível de entendimento das questões da arena política em públicos com centralidade da religião. Por outro lado, há uma elevada participação em reuniões de cunho religioso, confirmando a tese de que existe uma desproporção maior em relação à autoridade gerada pelas ideologias propagadas em igrejas evangélicas, se comparada com outras denominações. O resultado é uma maior lealdade política, traduzida na afirmação “irmão vota em irmão”, independentemente das propostas ofertadas. Trata-se de uma identificação preestabelecida às próprias campanhas eleitorais.

A ascensão do pentecostalismo no Brasil é caracterizada pela interação com as influências locais e as discussões sobre sua natureza sincrética, como movimento religioso diversificado e multifacetado. Essa análise se conecta diretamente à discussão

que segue sobre a diversidade religiosa no país ao abordar a pluralidade e fragmentação dentro do segmento evangélico, destacando a complexidade e as nuances do cenário religioso brasileiro.

No contexto das denominações religiosas no Brasil, destacam-se as tradicionais, como o catolicismo, e entre os protestantes, as vertentes evangélicas, pentecostais e neopentecostais. O pentecostalismo, introduzido por imigrantes italianos e suecos por volta de 1910-1911, rapidamente se consolidou como um movimento religioso em crescimento, fragmentando-se em diversas denominações e igrejas (Campos, 2005). O Censo de 2000 evidenciou que a maioria dos evangélicos no país eram pentecostais, com destaque para a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil, enquanto a ascensão da Igreja Universal do Reino de Deus refletiu a capacidade de adaptação do pentecostalismo ao contexto de globalização e modernidade (Campos, 2005).

Charles F. Parham desempenhou um papel crucial na fundação do pentecostalismo, conectando experiências extáticas² como a glossolalia ao “batismo com o Espírito Santo”. Sua influência nos EUA, a partir de 1901, teve repercussões indiretas no cenário religioso brasileiro, contribuindo para a síntese teológica do pentecostalismo. No Brasil, essa influência se integrou ao contexto religioso existente, moldado pela religiosidade popular católica e pelo protestantismo histórico. O pentecostalismo brasileiro, embora tenha suas raízes nos EUA, desenvolveu-se em interação com essas influências locais e transcende os eventos específicos de Topeka em 1901 ou Azusa Street em 1906.

O pentecostalismo no Brasil suscita debates sobre sua natureza sincrética e suas relações com a matriz religiosa brasileira. Autores como Bastian (1997) o consideram um “catolicismo de substituição”, enquanto Bittencourt Filho (2003) o enquadra como uma manifestação dessa matriz. As discussões giram em torno da genuinidade protestante ou pentecostal do novo pentecostalismo, dada sua capacidade de assimilação de elementos católicos e mediúnicos, exemplificada pela Igreja Universal do Reino de Deus. Independentemente das conclusões, ressalta-se que as expressões pentecostais carregam consigo parte do capital cultural pré-existente, resultando em uma continuidade da “religiosidade matricial” desde antes da colonização europeia, enriquecida posteriormente pela influência das culturas africanas e das religiões mediúnicas. Essa síntese pentecostal, agora confrontada com a modernidade, secularização e pluralismo religioso, assume novas formas de manifestação (Bastian, 1997; Bittencourt Filho, 2003).

2. o contexto do pentecostalismo, as experiências extáticas referem-se aos momentos em que os crentes experimentam manifestações espirituais intensas, como falar em línguas (glossolalia), convulsões, visões, curas milagrosas, entre outros fenômenos. Essas experiências são consideradas como sinais da presença e do poder do Espírito Santo, e são valorizadas como uma forma de conexão direta com o divino. Esses momentos extáticos desempenham um papel central nas práticas de adoração e nas experiências religiosas dos pentecostais, muitas vezes marcando eventos de avivamento e cultos carismáticos.

O crescimento e a diversificação do segmento evangélico no Brasil refletem uma realidade religiosa complexa e multifacetada. Dentro desse contexto, o termo “evangélico” abrange uma ampla gama de denominações, desde as igrejas do chamado “protestantismo histórico” até as diversas modalidades de igrejas pentecostais. Além das diferenças entre as denominações, é importante destacar a existência de dissidências e cismas dentro de uma mesma igreja, como exemplificado pela Assembleia de Deus, que possui uma estrutura descentralizada e fragmentada em ministérios e convenções autônomas. Essa pluralidade religiosa também tem impacto na esfera política (Valle, 2018). Assim, a análise da religiosidade no Brasil requer uma abordagem que considere as diferentes denominações e tradições religiosas.

Diante da análise realizada, a complexidade da realidade religiosa brasileira torna-se evidente, especialmente com o crescimento e diversificação do segmento evangélico. Este grupo, historicamente mais conservador e de direita, tem exercido influência significativa na arena política. A compreensão da religiosidade no Brasil requer uma abordagem que considere não apenas as diferentes denominações e tradições religiosas, mas também suas interações com os mecanismos políticos, socioeconômicos e de comunicação de massa (Bohn, 2004; Valle, 2018). Essas considerações são fundamentais para orientar a pesquisa metodológica subsequente, buscando aprofundar o entendimento desses fenômenos e suas implicações na seção seguinte.

Rodrigues-Silveira e Cervi (2019), que investigam o impacto da diversidade de denominações religiosas evangélicas no nível municipal sobre a proporção de votos obtidos pelos deputados que representam esse grupo, indicam que quanto maior o número de igrejas evangélicas com representação em um município, maior tende a ser a proporção de votos obtida pelos deputados evangélicos.

Ademais, a estratégia das igrejas neopentecostais como *brokers* políticos, aliada à sua capacidade de articulação e mobilização, contribui para consolidar ainda mais o papel dos evangélicos na arena política nacional. Rodrigues-Silveira e Cervi (2019) fornecem evidências que relativizam a hipótese de competição entre as diferentes denominações evangélicas, demonstrando que a maior diversidade no interior desse campo religioso favorece os representantes parlamentares desses grupos, em detrimento de outros candidatos. Essa capacidade de articulação das igrejas evangélicas atua como um fator de agregação e racionalização da oferta política, conferindo uma vantagem significativa aos candidatos escolhidos como seus representados em um contexto de alta fragmentação política. Além disso, a análise ressalta como as características do sistema eleitoral brasileiro contribuem para a conversão do potencial demográfico evangélico em representação política efetiva no Congresso Nacional.

Em relação à eleição de Bolsonaro em 2018, Junior Gracino *et al.* (2021) partem da hipótese de que os evangélicos comungam de um ressentimento que catalisa os

vínculos de identificação com o candidato. Esse ressentimento funcionou como um elemento mobilizador crucial, articulado através de um discurso conservador que se opôs às políticas de inclusão promovidas pelo governo do PT. Esse sentimento é direcionado contra as minorias simbólicas, econômicas e demográficas, e é explorado no contexto de uma narrativa que prometia restaurar valores tradicionais e conservadores, ressoando fortemente com a base evangélica. Essa base se percebe como marginalizada e prejudicada pelas políticas anteriores, encontrando no discurso de Bolsonaro uma plataforma de identificação e mobilização.

O discurso religioso conservador foi central na construção de um novo bloco hegemônico em apoio a Jair Bolsonaro. Ainda que o sucesso eleitoral da direita vá além da questão religiosa, o discurso religioso serviu como um mobilizador privilegiado de afetos que se traduziram em apoio eleitoral. Houve um conjunto de dinâmicas sociopolíticas que levaram à ascensão do bolsonarismo, ressaltando a importância dos fatores religiosos e morais na política contemporânea brasileira (Junior Gracino *et al.*, 2021).

Ao realizar uma abordagem ideacional do populismo, nota-se como os discursos de Bolsonaro criaram uma cadeia de equivalências entre grupos que se percebiam excluídos pelo bloco no poder, utilizando o antagonismo em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) como ponto nodal para essa construção hegemônica (Hawkins; Kaltwasser, 2018). Ademais, as políticas de inclusão dos governos mais à esquerda auxiliaram na construção do sentimento de ressentimento e na formação dos vínculos entre líderes e liderados. Laclau (2005) demonstra que a formação de sujeitos políticos a partir de articulações discursivas contextuais e precárias, isto é, a defesa de valores tradicionais desempenhou um papel determinante na configuração dos discursos bolsonaristas, nos quais o elemento religioso foi fundamental.

A importância desses elementos discursivos através do escrutínio dos dados empíricos mostra como a adesão evangélica ao bolsonarismo foi construída tanto pela oferta de líderes religiosos quanto pelas demandas das bases evangélicas. A abordagem de *demand-side theories* (Betz, 1990) explica a expansão do apoio populista de direita como uma consequência não intencional de processos de modernização, globalização e transformações econômicas e sociais, mas por novas demandas.

Rennó (2022) mostrou como a consolidação do bolsonarismo atuou como uma força política significativa no Brasil, o definindo não como um fenômeno efêmero, mas um movimento multidimensional com raízes profundas na sociedade brasileira, integrando diferentes vertentes da direita nacional em um projeto ideológico comum. Esse projeto parte de um alinhamento ideológico centrado nos posicionamentos de Jair Bolsonaro, em defesa de “princípios tradicionais”, como família, pátria e propriedade, além de políticas duras contra o crime e a corrupção, sendo crítico de políticas sociais progressistas. A retórica de Bolsonaro atraiu um segmento significativo de eleitores

insatisfeitos com os partidos tradicionais, especialmente o PT.

As eleições de 2022, segundo Rennó (2022), foram caracterizadas por um alto potencial de violência e turbulência, com a possibilidade de que o resultado fosse contestado por Bolsonaro e seus seguidores, seguindo um padrão semelhante ao observado nos Estados Unidos sob Donald Trump. Todas as situações ocorridas durante o governo de Bolsonaro, como o desgaste durante a pandemia de covid-19 e o aumento das tensões democráticas, com o próprio presidente questionando a legitimidade do sistema de votação eletrônico, desembocaram em uma organização social altamente polarizada, acentuando a diferenciação entre os campos ideológicos e tornando as preferências políticas ainda mais determinantes nas escolhas eleitorais. O fenômeno bolsonarista pode ser situado no contexto das dinâmicas eleitorais e das transformações políticas no Brasil contemporâneo, como um dos desafios que a democracia brasileira enfrenta.

Nina Rosas (2023) também discute a ascensão do bolsonarismo, demonstrando que, historicamente, o catolicismo desempenhou um papel crucial na formação sociopolítica do Brasil, mas, nas últimas décadas, as denominações evangélicas estão em alta, pois emergiram como uma força central na vida pública brasileira, influenciando valores, crenças e questões políticas fundamentais de forma homogênea. Comumente exercem um duplo papel, como redes de suporte comunitário e entidades políticas. Essas igrejas não apenas fornecem serviços sociais, como também promovem um senso de cidadania e justiça se envolvendo ativamente em mobilização política.

A Teologia do Domínio, que ganha destaque entre certos grupos evangélicos, trata de uma teologia que defende que os cristãos devem governar a sociedade com base em princípios bíblicos. Figuras como Ana Paula e André Valadão exemplificam a aliança entre alguns setores evangélicos e a agenda ultraconservadora. Um aspecto crucial das denominações protestantes é ambivalência e o relativismo estratégico sobre política e questões sociais, pois as posições oficiais das igrejas são frequentemente reinterpretadas pelos fiéis, permitindo uma flexibilidade que acomoda uma variedade de perspectivas individuais. O conceito de “livre-arbítrio” é central nesse contexto, possibilitando que os evangélicos mantenham as doutrinas religiosas tradicionais ao mesmo tempo em que respeitam e amam aqueles com sexualidades e crenças diferentes (Rosas, 2023).

O setor feminino também representou um forte grupo de apoio a Bolsonaro dentro das igrejas. Segundo Teixeira e Reis (2023), mulheres de camadas mais baixas, afiliadas ao protestantismo, comumente rejeitam o feminismo, associando-o à defesa do aborto, por exemplo. Essas mulheres destacam a importância de combater a violência sexual por meio da educação e de serviços de proteção, refletindo uma visão pragmática e seletiva sobre questões de gênero. A interseção entre evangelismo, política e gênero no Brasil requer uma abordagem nuançada, que leve em conta a natureza complexa e frequentemente contraditória dessas relações. A crescente influência dos evangélicos

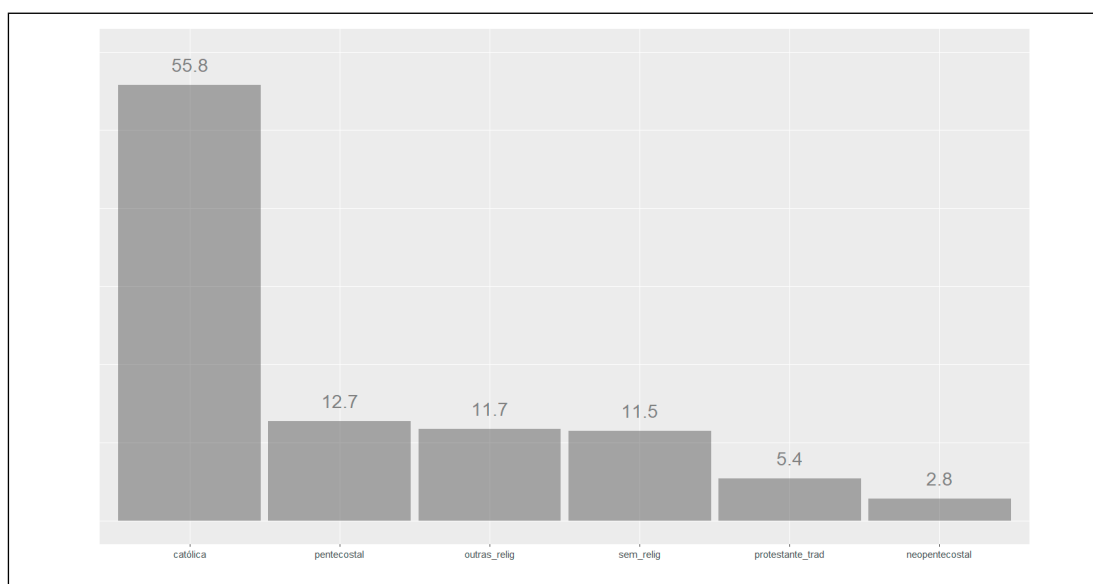
reflete dinâmicas sociopolíticas mais amplas e o uso estratégico da religião na formação do discurso público e das políticas.

Diante da análise realizada, a complexidade da realidade religiosa brasileira torna-se evidente, especialmente com o crescimento e diversificação do segmento evangélico. Esse grupo, historicamente mais conservador e de direita, tem exercido influência significativa na arena política, com eleitores cada vez mais condicionando seus votos às convicções religiosas. Além disso, a exposição dos evangélicos aos meios de comunicação desempenha papel crucial em sua sofisticação política, embora haja pouca discussão focada em comparação com a participação em reuniões religiosas. Isso sugere uma desproporção na autoridade gerada pelas ideologias nas igrejas evangélicas, resultando em forte lealdade política. Além disso, eleitores que se identificam com alguma denominação evangélica perpassam todas as faixas de renda da população. Portanto, a compreensão da religiosidade no Brasil requer uma abordagem que considere não apenas as diferentes denominações e tradições religiosas, mas também suas interações com os mecanismos políticos, socioeconômicos e de comunicação de massa (Bohn, 2004; Valle, 2018). Essas considerações são fundamentais para orientar a pesquisa que realizamos. Na sequência apresentaremos os aspectos metodológicos, buscando aprofundar o entendimento desses fenômenos e suas implicações.

MATERIAIS E MÉTODOS

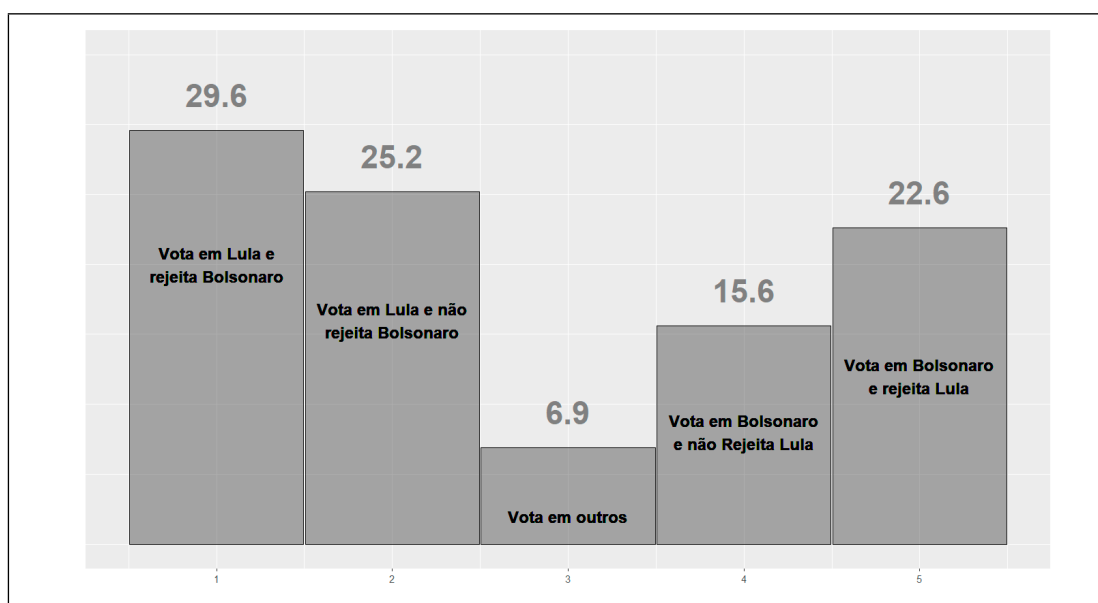
A base de dados usada aqui é a produzida pelo Instituto Datafolha em pesquisa com amostra nacional, divulgada na sexta-feira, dia 30 de setembro de 2022, antevéspera do primeiro turno da eleição. O questionário conta com 12.800 entrevistas e, para os objetivos do artigo, desconsideraremos os pesos aplicados pelo instituto.

A nossa variável explicativa é religião, pois queremos analisar como a distribuição das manifestações de apoio e rejeição aos dois principais candidatos associam-se com as diferentes religiões declaradas pelos entrevistados. De forma complementar, queremos identificar que religiões declaradas estão mais fortemente associadas a cada um dos políticos analisados aqui. Como religião não é um critério para o estabelecimento das cotas amostrais, o Instituto Datafolha utiliza pesos para ponderar possíveis diferenças entre o perfil da amostra e da população. Considerando que nosso objetivo não é prever intenção de voto, usamos os números de respostas obtidos sem considerar as ponderações apresentadas pelo instituto. Além disso, o Datafolha coletou a informação da denominação religiosa citada pelo entrevistado. Aqui, nós agregamos as categorias em cinco grupos. Católica, pentecostal, outras religiões, não tem religião, protestante tradicional ou neopentecostal. Desconsideramos 901 respostas classificadas como “evangélica sem especificar” por não ser possível classificar em uma das três principais vertentes do evangelismo consideradas aqui. O grupo de evangélicos sem especificar representa 7% da amostra, ficando acima da participação dos neopentecostais e protestantes tradicionais.

Gráfico 1 – Distribuição das respostas por religião declarada no questionário – sem pesos

Fonte: autores a partir de Datafolha (2022).

Nossa variável dependente é um índice que mede a intensidade de apoio eleitoral aos dois principais candidatos a presidente em 2022, calculado a partir de duas variáveis: intenção de voto estimulada e primeira opção de rejeição. O índice final está na forma de uma escala de *Likert*, onde em uma extremidade está quem vota em Lula e rejeita Bolsonaro, passando por vota em Lula sem rejeitar Bolsonaro, a posição média é vota em outro candidato, seguida de vota em Bolsonaro sem rejeitar Lula e, na extremidade oposta, vota em Bolsonaro e rejeita Lula. O Gráfico 2, a seguir, mostra a distribuição dos percentuais de respostas em cada categoria do índice.

Gráfico 2 – Distribuição do Índice de intensidade de apoio a Lula e Bolsonaro

Fonte: autores a partir de Datafolha (2022).

Como o formato das distribuições indica, o primeiro turno de 2022 terminou polarizado, com os dois principais candidatos concentrando mais de 90% das intenções de voto. As somas dos percentuais não coincidem com o desempenho de Lula e Bolsonaro no primeiro turno em função das diferenças entre votos totais, que são aferidos pela pesquisa, em relação a votos válidos, obtidos no resultado oficial. Ainda assim, os percentuais de Lula, Bolsonaro e a soma de votos em outros candidatos ficam dentro da margem de erro máxima estabelecida pelo instituto.

Além da polarização, percebe-se que os dois candidatos apresentam proporcionalmente mais votos entre os que rejeitam o principal oponente do que em relação ao voto sem rejeição. No caso de Bolsonaro, a proporção de votos no então candidato à reeleição e que rejeitam Lula representa 59% (22,6% de 15,6%) do total. Já para Lula, os que indicam voto nele com rejeição ao então candidato à reeleição ficam em 54% (29,6% de 25,2%) do total. Ou seja, mais da metade das intenções de voto em Lula rejeitavam Bolsonaro, enquanto quase 60% das intenções em Bolsonaro indicavam rejeição a Lula.

Na última parte da análise utilizaremos a variável renda familiar como controle para o efeito da religião sobre a intensidade de apoio a um ou outro candidato, como medida econômica. O banco de dados do Instituto Datafolha informa a renda do respondente por faixas de salários-mínimos a partir das declarações em reais ao mês. Como indicado na Tabela 2, a seguir, são declaradas oito faixas de renda, tendo a superior (acima de R\$ 60,6 mil) apenas nove casos. A coluna da direita da tabela mostra os percentuais acumulados de cada faixa. É possível perceber que entrevistados com renda familiar de até dois salários-mínimos (R\$ 2,4 mil) mensais representam praticamente metade da amostra, com 49,3% das respostas.

Tabela 2 – Distribuição das faixas de renda informadas pelos entrevistados

Faixas de Renda	Número de casos	(%)	(%) cumulativo
1. Até R\$ 1.212,00	3.349	27,1	27,1
2. De R\$ 1.213,00 até R\$ 2.424,00	2.748	22,2	49,3
3. De R\$ 2.425,00 até R\$ 3.636,00	2.358	19,1	68,4
4. De R\$ 3.637,00 até R\$ 6.060,00	2.233	18,1	86,5
5. De R\$ 6.061,00 até R\$ 12.120,00	1.142	9,2	95,7
6. De R\$ 12.121,00 até R\$ 24.240,00	417	3,4	99,1
7. De R\$ 24.241,00 até R\$ 60.600,00	98	0,8	99,9
8. R\$ 60.601,00 ou mais	9	0,1	100,0
Total	12.355	100,0	

Fonte: autores a partir de Datafolha (2022).

No próximo tópico faremos as associações entre as variáveis apresentadas aqui. Em um primeiro momento, o objetivo é verificar o grau de associação entre religião declarada

e índice de intensidade de apoio. Em seguida são apresentados modelos de regressão da intensidade de apoio por denominação religiosa com e sem controle da variável econômica para identificação de variação dos efeitos.

RESULTADOS

O primeiro resultado apresentado é a associação entre intensidade de apoio e religião declarada, em complemento à Tabela 3, que apresenta os percentuais para os respondentes por religião. Percebe-se que entre os protestantes tradicionais, pentecostais e neopentecostais, os maiores percentuais estão entre os que votam em Bolsonaro e rejeitam Lula, todos em torno de 33% do total de respondentes por religião. A religião católica, outras religiões e não tem religião giram em torno de 33% de voto em Lula e rejeição a Bolsonaro. No caso dos protestantes tradicionais e pentecostais, o segundo maior percentual está na categoria “vota em Bolsonaro e não rejeita Lula”, com 22,3% e 24,1%, respectivamente. No caso das demais categorias, inclusive a neopentecostal, o segundo maior percentual fica em “vota em Lula e não rejeita Bolsonaro”.

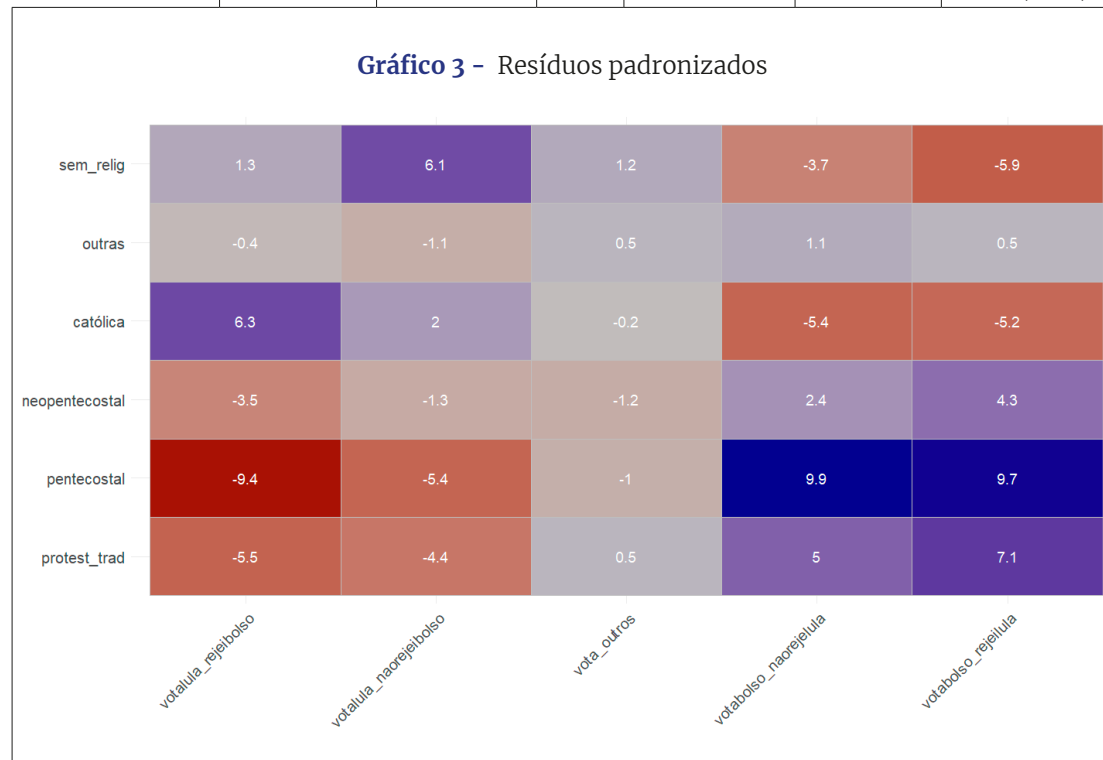
Os resultados evidenciam uma associação substancial entre a intensidade de apoio político e a religião autodeclarada pelos participantes, corroborando as premissas de estudos anteriores que investigaram as interações entre identidade religiosa e comportamento político (Smith, 2019; Oliveira, 2021). No contexto brasileiro, onde a religião desempenha um papel significativo na vida pública e nas preferências eleitorais, a análise dos dados revelou padrões distintos de preferência política entre os diferentes grupos religiosos examinados, alinhando-se com as conclusões de pesquisas anteriores sobre a influência da afiliação religiosa nas atitudes políticas (Sousa, 2018).

No gráfico que acompanha a tabela 3, resíduos positivos³ estão em azul e negativos em vermelho. Quanto mais próximo de zero, menor a intensidade da cor. Aqui fica mais claro onde está a diferença dos que se declaram neopentecostais em relação ao demais evangélicos. Nas duas colunas da direita, vota em Bolsonaro, percebe-se que as três categorias de evangélicos estão em tons de azul. Todas elas acima do limite crítico e com resíduos positivos. O menor valor, 2,4, é para os neopentecostais, embora ainda acima do limite crítico. No entanto, quando olhamos para as duas colunas da esquerda, para as três denominações evangélicas e voto em Lula, percebe-se que os neopentecostais ficam abaixo do limite crítico, -1,3. Apesar de também votar majoritariamente em Bolsonaro, os neopentecostais estão mais presentes entre eleitores de Lula que não rejeitavam o então candidato à reeleição.

3 Os resíduos padronizados são medidas descritivas que permitem identificar a força da associação entre pares de categorias de cada variável, além da direção dela. Resíduos negativos mostram que há menos casos naquele par de categorias do que o esperado na distribuição teórica. Resíduos positivos indicam concentração de casos no par de categorias. Por ser uma medida padronizada, usa-se o valor de $\pm 1,96$ como limite crítico. Qualquer resíduo padronizado entre -1,96 e +1,96 é considerado abaixo do limite crítico para significância estatística. Valores abaixo de -1,96 e acima de +1,96 são interpretados como significativos estatisticamente (Rosenberg, 1971).

Tabela 3 – Associação entre percentuais de Índice de intensidade de apoio e religião declarada

Religião	Intensidade de apoio					Total
	Vota em Lula e rejeita Bolsonaro	Vota em Lula não rejeita Bolsonaro	Vota em outros	Vota em Bolsonaro não rejeita Lula	Vota Bolsonaro e rejeita Lula	
Sem religião	32,9	35,1	7,9	10,4	13,8	1.229 (100%)
Outras religiões	30,2	24,7	7,3	15,6	22,2	1.240 (100%)
Católica	34,9	27,5	6,9	12,0	18,7	7.082 (100%)
Neopentecostal	19,5	22,7	5,1	19,5	33,2	306 (100%)
Pentecostal	17,4	19,2	6,3	24,1	33,1	1.530 (100%)
Protestante tradicional	18,2	16,9	7,5	22,3	35,2	595 (100%)
Total	3.682	3.146	836	1.731	2.588	11.982 (100%)



Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022).

Ainda olhando para as linhas, as três primeiras indicam uma tendência de resíduos positivos para Lula e negativos para Bolsonaro, embora com menos intensidade, e, em vários casos, os resíduos ficam abaixo do limite crítico. Na religião católica, o maior resíduo positivo é voto em Lula com rejeição a Bolsonaro. Entre os sem religião, o maior resíduo positivo é voto em Lula sem rejeição a Bolsonaro. O oposto, com resíduos negativos, se dá nas categorias de votação em Bolsonaro. No caso de voto em outros candidatos, todos os resíduos por religião ficam abaixo do limite crítico para significância estatística. Como a categoria “vota em outro” no índice de intensidade de apoio e as categorias “outra religião” e “sem religião” apresentaram

baixa significância estatística na associação bivariada, serão desconsiderados nas análises a partir daqui.

A primeira análise é a partir dos coeficientes gerados por modelos de regressão linear onde a variável dependente é o Índice de Intensidade de Apoio. A variável explicativa de cada modelo é binária e identifica se o respondente declara pertencer a uma das quatro denominações: protestante tradicional, pentecostal, neopentecostal ou católico. Em cada um dos casos é apresentado um modelo com controle da variável econômica que classifica a renda familiar do respondente em salários-mínimos mensais. Os principais coeficientes estão sumarizados na Tabela 3 a seguir. Em todos os modelos, o efeito da variável de controle é parecido, com coeficiente beta em torno de 0,200, com efeitos distintos, embora pouco significativos. No caso de protestante e neopentecostal, os coeficientes da variável religião sobem quando controlados pela renda. Na pentecostal, o efeito é o contrário, e para a religião católica não há mudança no coeficiente beta da religião.

Os resultados indicam que os evangélicos, especialmente os protestantes tradicionais e pentecostais, exibem uma clara inclinação para o apoio ao candidato Bolsonaro, refletindo a influência das ideologias conservadoras e dos valores morais tradicionais dentro desses segmentos religiosos (Santos et al., 2019). No entanto, os neopentecostais emergem como um grupo com uma dinâmica mais complexa, demonstrando uma variabilidade em suas preferências políticas, o que pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo socioeconômicos e mudanças nas dinâmicas religiosas contemporâneas (Silva, 2020).

Tabela 4 – Regressão linear para intensidade de apoio por religião com controle de renda

	1. Protestante		2. Pentecostal	
	Mod. 1.1	Mod. 1.2	Mod. 2.1	Mod. 2.2
Religião	0,691 (0,065)***	0,675 (0,021)***	0,714 (0,042)***	0,783 (0,042)***
Renda		0,201 (0,009)***		0,214 (0,009)***
r ²	0,009	0,046	0,022	0,065
	3. Neopentecostal		4. Católica	
	Mod. 3.1	Mod.3.2	Mod. 4.1	Mod. 4.2
Religião	0,519 (0,090)***	0,558 (0,091)***	-0,476 (0,027)***	-0,476 (0,027)***
Renda		0,205 (0,009)***		0,200 (0,009)***
r ²	0,003	0,041	0,023	0,061

Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022).

As três denominações evangélicas apresentam coeficientes positivos, o que indica que há uma tendência de pertencer a uma delas e estar mais próximo das posições em favor de Bolsonaro. O coeficiente B para a religião católica é negativo, indicando que se declarar católico tende a aproximar de posições mais favoráveis a Lula na antevéspera do primeiro turno de 2022. Os coeficientes dos modelos de regressão linear reforçam a informação da Tabela 3, que distingue o apoio de católicos do de evangélicos quanto aos dois principais candidatos a presidente naquela eleição. Além disso, mostra que há diferentes intensidades explicativas. Ser pentecostal e protestante tradicional implica em 0,7 ponto a mais do índice em direção à identificação com Bolsonaro. Já ser neopentecostal soma apenas 0,55 ponto na mesma direção. Enquanto ser católico prediz 0,47 ponto em direção ao apoio a Lula no índice de intensidade de apoio.

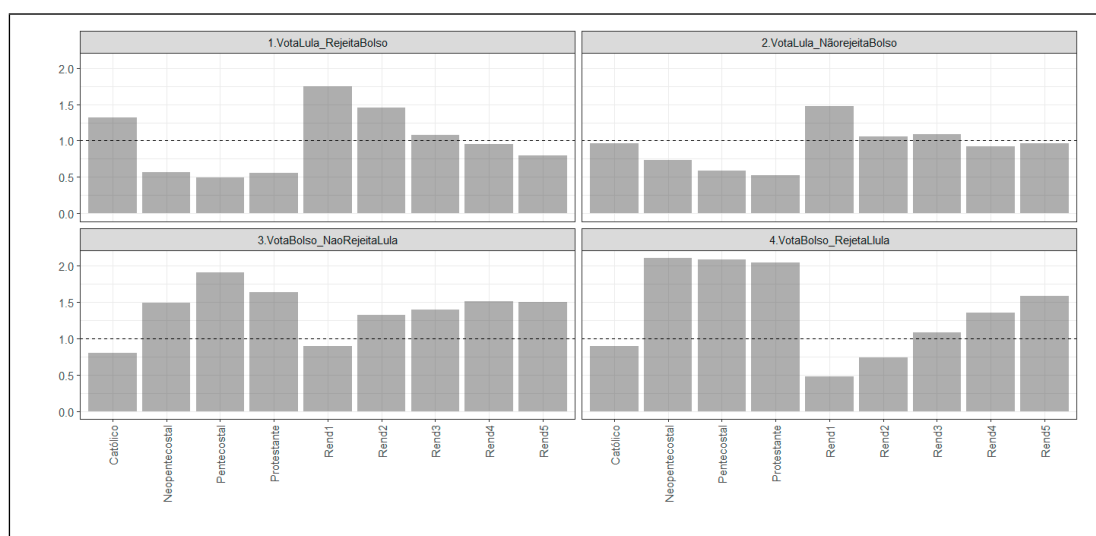
Para avançar no detalhamento dos efeitos individuais e combinados da religião e renda, a partir daqui apresentamos os principais coeficientes de regressões logísticas binárias para cada uma das quatro posições extremas do índice de intensidade de apoio: i) vota em Lula e rejeita Bolsonaro; ii) vota em Lula, mas não rejeita Bolsonaro, iii) vota em Bolsonaro, mas não rejeita Lula; iv) vota em Bolsonaro e rejeita Lula. Os modelos produziram coeficientes de efeito esperado para cada uma das quatro denominações religiosas e para cinco categorias de renda. Resolvemos reunir as três categorias superiores em uma só, em função do baixo número de casos. Então, as cinco categorias representam: i) até um salário-mínimo, ii) entre um e dois salários-mínimos, iii) entre dois e três salários-mínimos, iv) de três a cinco salários-mínimos e v) acima de cinco salários-mínimos. Com essa distribuição, cada categoria representou entre 15% e 25% de respostas válidas. Assim, temos cerca de 50% dos respondentes considerados de baixa renda (categorias i e ii), quase 40% de renda média (iii e iv), e pouco mais de 10% de renda mais alta (categoria v).

O coeficiente apresentado aqui é o ExpB, que indica a expectativa de pertencer a determinada categoria do índice de intensidade de apoio em função do pertencimento a uma denominação religiosa e classe de renda. Se o ExpB fica acima de 1,00, significa que há uma chance positiva de encontrar respondentes de determinada religião e renda em uma categoria do índice. Se o ExpB fica entre zero e 1,00, a chance é negativa. Todas as imagens apresentam uma linha tracejada na posição 1,00 do ExpB (Gujarat, 2006). Assim, nos gráficos a seguir, as categorias cuja barra ultrapassar a linha tracejada são aquelas que apresentam mais chance de se encontrar em determinada categoria do índice de intensidade de apoio. O inverso aplica-se às barras que ficarem abaixo da linha horizontal.

O Gráfico 3, a seguir, mostra os coeficientes para todas as categorias de religião e renda separadas. As imagens dos gráficos 4.1 a 4.4 mostram os efeitos conjuntos do pertencimento a determinada denominação com uma categoria de renda. As barras no Gráfico 3 mostram que, no caso do apoio a Lula, a religião católica apresenta

coeficiente acima de um para o grupo dos que votam e Lula e rejeitam Bolsonaro, mas fica pouco abaixo na categoria de voto em Lula sem rejeitar Bolsonaro. Católicos tendem a apoiar mais claramente Lula. Variáveis de renda são as mais significativas para o caso dele. Os três grupos mais baixos de renda apresentam coeficiente acima de um, enquanto as categorias mais altas ficam abaixo da linha. No caso de Bolsonaro, a posição menos extremada apresenta coeficientes acima de um para quase todas as categorias, exceto religião católica e renda de até um salário-mínimo (Rnd1). Já na posição mais extremada, que, além de votar em Bolsonaro, também rejeita Lula, as três denominações evangélicas ficam com coeficiente em torno de 2,0, sendo os maiores de todo o conjunto de modelos. Além disso, da terceira categoria de renda (renda média) para cima há um crescimento gradual do coeficiente, indicando maior chance de presença nesse grupo conforme cresce a renda declarada pelo respondente.

Gráfico 3 – Coeficiente ExpB de modelos de regressão binários para cada posição de intensidade de apoio a candidatos por religião e faixa de renda

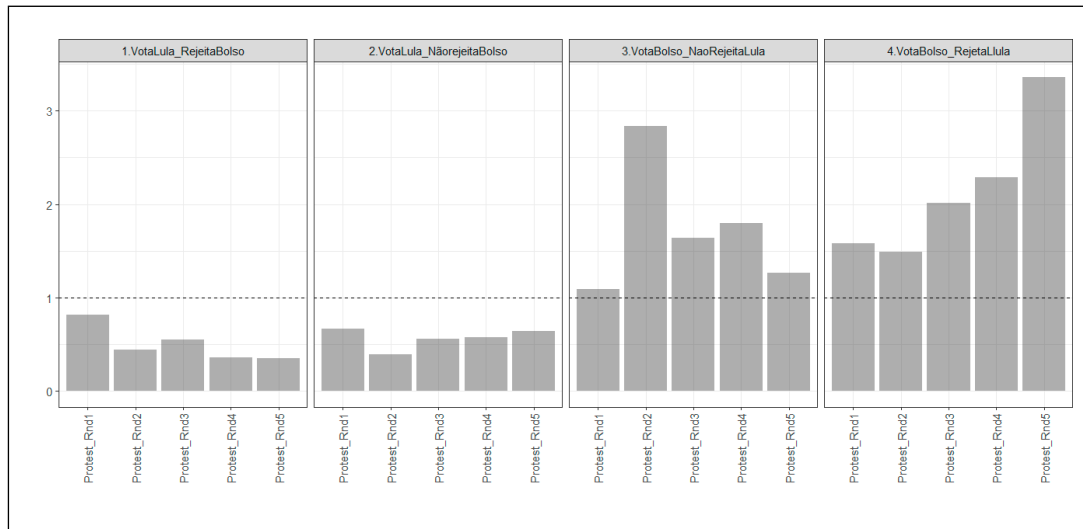


Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022).

Para testar o efeito conjunto da religião e renda, as regressões binárias passaram a considerar como variáveis explicativas os efeitos associados de religião para cada faixa de renda⁴. São produzidos modelos estatísticos para cada religião e categoria do índice de intensidade de apoio. Aqui, também, se a barra passa da faixa pontilhada, indica que para aquela religião e faixa de renda espera-se um efeito positivo para a presença na categoria do índice de intensidade de apoio. São quatro imagens, de 4.1 a 4.4, uma para cada denominação religiosa. Em cada imagem há um gráfico para cada uma das quatro posições no índice de intensidade de apoio.

⁴ Todos os coeficientes dos modelos encontram-se no anexo ao texto.

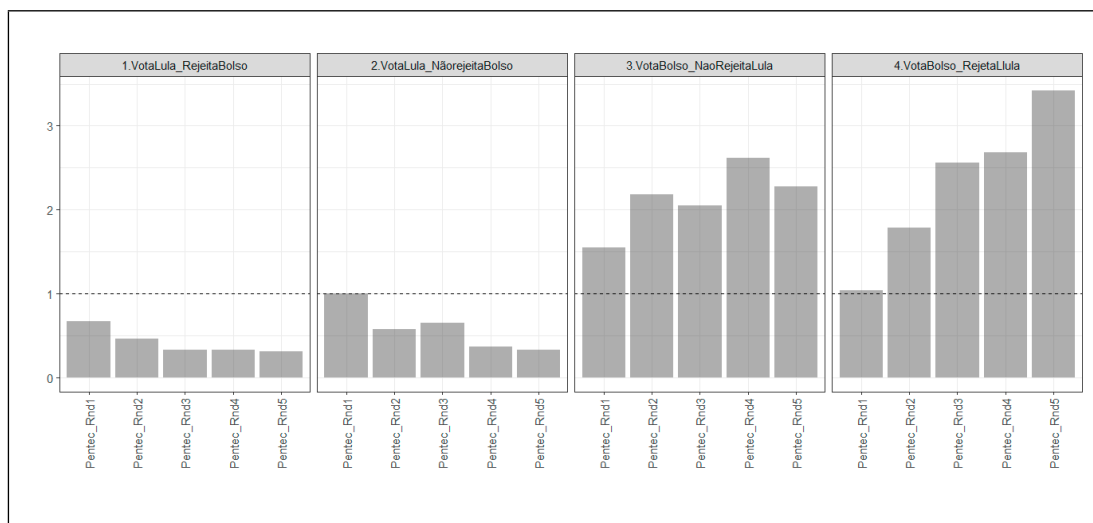
Gráfico 4.1 – Denominações protestantes tradicionais controladas por faixa de renda para intensidade de apoio



Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022)

O Gráfico 4.1 mostra as distribuições dos coeficientes para as denominações protestantes tradicionais. Nos gráficos de apoio a Lula, as barras para todas as faixas de renda ficam abaixo de um, indicando menor presença de protestantes, independentemente de renda. O mesmo acontece nas duas categorias em apoio a Bolsonaro, mas em sentido contrário. Todas as barras ficam acima da linha de significância. E, no caso mais extremo, voto em Bolsonaro com rejeição a Lula, as barras crescem gradativamente na mesma direção que as faixas de renda. Os protestantes tradicionais são os mais consistentes em apoio a Bolsonaro e rejeição a Lula, pois a intensidade dos coeficientes na categoria mais extremada do índice – com rejeição a Lula – é superior à posição mais moderada.

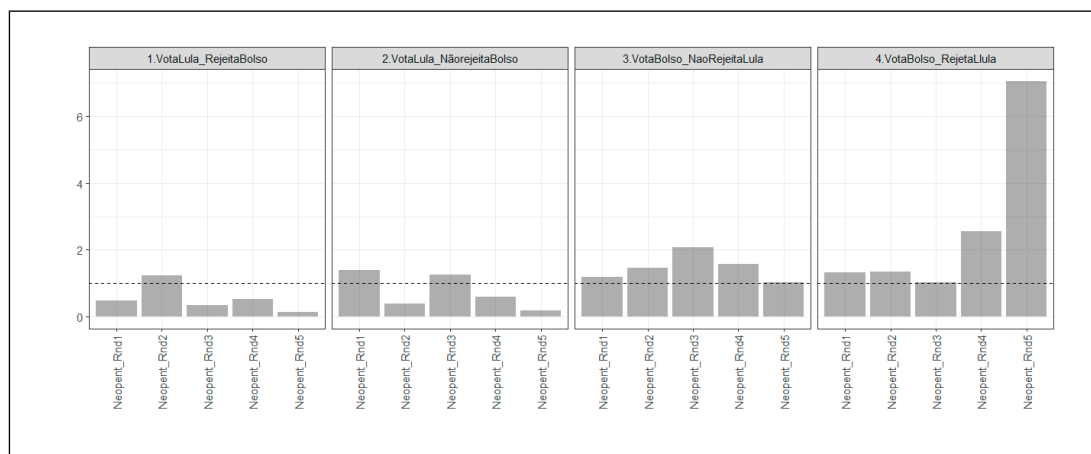
Gráfico 4.2 – Denominações pentecostais controladas por renda e intensidade de apoio



Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022).

Eleitores que se identificam com denominações pentecostais apresentam comportamento similar ao dos protestantes tradicionais. No Gráfico 4.2, a categoria de Lula com rejeição a Bolsonaro, todas as categorias de renda ficam abaixo de um. Entre os que votam em Lula e não rejeitam Bolsonaro, os coeficientes também ficam abaixo de um, com uma tendência de redução dos valores conforme aumenta a renda. No caso de apoio a Bolsonaro, os coeficientes ficam acima de um para as duas categorias, sem e com rejeição a Lula. No caso mais extremado, voto em Bolsonaro com rejeição a Lula, os coeficientes são os maiores dos modelos e apresentam um crescimento gradual conforme aumenta a faixa de renda. Apenas pentecostais da faixa de renda mais baixa (menos de um salário-mínimo por mês) ficam próximos a um, portanto, sem efeito significativo para apoio a Bolsonaro com rejeição a Lula. O mesmo acontece com essa faixa de renda para apoio a Lula sem rejeição a Bolsonaro. Ou seja, pentecostais só não são tão consistentes em apoio a Bolsonaro quanto protestantes tradicionais por conta da faixa de renda mais baixa para voto em Lula sem rejeição a Bolsonaro e voto em Bolsonaro rejeitando Lula. Isso indica um desequilíbrio em termos de radicalismo. Os pentecostais mais pobres têm mais apoio a Lula, porém, sem rejeitar Bolsonaro. Enquanto as maiores faixas de renda apresentam presença mais intensa na categoria mais extremada, de apoio a Bolsonaro com rejeição a Lula.

Gráfico 4.3 – Denominações neopentecostais controladas por faixa de renda para intensidade de apoio

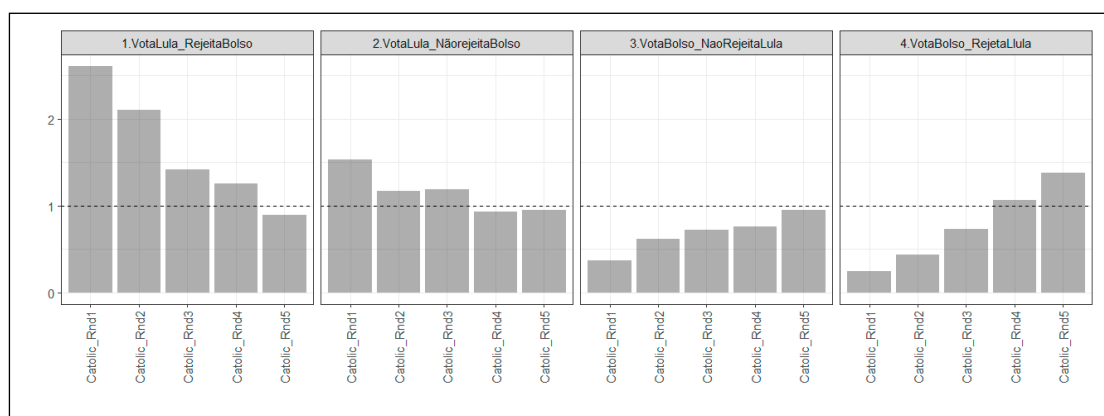


Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022).

Eleitores de denominações neopentecostais são os que apresentam menor consistência na intensidade de apoio a Lula e Bolsonaro quando controlados por renda. O Gráfico 4.3, acima, mostra que são os únicos evangélicos com barras acima de um para as categorias de apoio a Lula. No caso mais radical, apoio a Lula com rejeição a Bolsonaro, o coeficiente fica acima de um para a faixa de renda entre um e dois salários-mínimos (Rnd2). Na categoria de apoio a Lula sem rejeitar Bolsonaro, ficam com coeficiente superior a um a menor faixa de renda e a terceira. Ou seja, com mais ou menos intensidade, neopentecostais de baixa e média renda apresentam apoio a Lula, que fica acima dos valores identificados entre

os protestantes tradicionais e pentecostais. Nas categorias de apoio a Bolsonaro, há uma tendência de efeito positivo, porém, também sem a consistência dos casos anteriores. No caso de apoio a Bolsonaro sem rejeitar Lula, há crescimento do efeito de baixa até média renda. A partir da faixa 4 de renda, percebe-se uma queda na intensidade do coeficiente. Na categoria mais extremada, de apoio a Bolsonaro com rejeição a Lula, há uma estabilidade de efeitos em torno de um até a terceira faixa de renda. Entre eleitores neopentecostais com maior renda, percebe-se um crescimento do efeito. Em resumo, entre neopentecostais de baixa renda há um equilíbrio maior entre identificação com Lula e Bolsonaro, ainda que este último apresente vantagem. Porém, conforme cresce a renda, aumenta a tendência de apoio a Bolsonaro.

Gráfico 4.4 – Religião católica controlada por faixa de renda para intensidade de apoio



Fonte: Autores a partir de Datafolha (2022).

O Gráfico 4.4 mostra os resultados dos modelos de regressão para eleitores católicos. Há uma relativa inversão dos efeitos, com maior identificação com Lula, porém, sem a mesma consistência dos Gráficos 4.1 e 4.2. Entre eleitores que votam em Lula e rejeitam Bolsonaro, o coeficiente fica bem acima de um para a categoria de renda mais baixa, e vai caindo conforme cresce a renda. A faixa mais alta, Rnd5, é a única que fica abaixo de um para essa categoria. No apoio a Lula sem rejeitar Bolsonaro, na faixa mais baixa de renda, o coeficiente fica acima de um. Nas duas categorias seguintes, ele segue um pouco superior e, nas duas mais altas, fica pouco abaixo de um, mostrando uma distribuição independente de renda. Nas duas categorias de apoio a Bolsonaro, a tendência geral é a mesma, com crescimento gradual conforme aumenta a faixa de renda. Entre eleitores católicos que votam em Bolsonaro sem rejeitar Lula, todos os coeficientes ficam abaixo de um, porém, apresentam crescimento gradual conforme cresce a renda. Ou seja, há uma tendência de aumento do apoio a Bolsonaro sem rejeição a Lula, ainda que em todas as faixas o coeficiente fique abaixo de um. Já na categoria mais extremada, de apoio a Bolsonaro e rejeição a Lula, a tendência geral é a mesma, porém, com as duas faixas de renda superior ultrapassando o valor de um, o que indica que há tendência de encontrar mais católicos com renda alta votando em Bolsonaro e com rejeição a Lula.

As análises de regressão linear e logística forneceram insights adicionais sobre a interação entre religião, renda e apoio político, destacando a importância de considerar múltiplos fatores ao examinar as preferências eleitorais dos brasileiros (Almeida, 2017; Lima, 2019). Os resultados sugerem que a renda desempenha um papel significativo na intensidade do apoio político, com os eleitores de baixa renda tendendo a apresentar uma maior adesão a posições políticas mais radicais, enquanto aqueles com renda mais alta mostram uma maior diversidade de preferências políticas (Ferreira, 2018; Rodrigues, 2020).

Em síntese, os resultados desta pesquisa contribuem para uma compreensão mais aprofundada das complexas interações entre religião, renda e política no contexto brasileiro contemporâneo, destacando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e contextualizada ao estudar as preferências políticas dos eleitores (Santana, 2021; Pereira, 2022). Essas descobertas têm implicações significativas para o entendimento da dinâmica política, eleitoral e social do país, ressaltando a importância de considerar não apenas variáveis individuais, mas também contextos históricos, culturais e socioeconômicos ao analisar as relações entre religião e política (Alves, 2016; Costa, 2020).

CONCLUSÕES

Os principais “achados” aqui revelam a interação entre fatores religiosos e socioeconômicos para apoio a candidatos à presidência em 2022. A heterogeneidade dentro do bloco evangélico, especialmente entre pentecostais tradicionais e neopentecostais, evidencia nuances na relação com os candidatos presidenciais. Além disso, a influência da renda sobre as preferências eleitorais, especialmente entre os neopentecostais de baixa renda, destaca a necessidade de uma abordagem multifacetada para entender a dinâmica eleitoral no país. Essas descobertas desafiam concepções simplistas de polarização e apontam para a importância de análises contextuais e refinadas.

Os microdados da pesquisa do Instituto Datafolha de antevéspera do primeiro turno de 2022 para a presidência do Brasil nos permitiram responder à pergunta feita no título do artigo: quem são os evangélicos que não se identificam com Bolsonaro? Demonstramos que o evangelismo não foi um bloco monolítico que se confunde inteiramente com bolsonarismo eleitoral. Enquanto eleitores de denominações do protestantismo tradicional e do pentecostalismo tendem a apoiar Bolsonaro, principalmente na posição mais extremada – com rejeição a Lula –, neopentecostais tendem a se distribuir de maneira menos consistente. A explicação está na variável econômica. Neopentecostais de baixa renda tendem a apoiar mais Lula, ainda que sem rejeitar Bolsonaro. Renda controla religião no caso dos neopentecostais, mas não para os demais ramos do evangelismo.

O nível de concentração de evangélicos em cada classe de renda ajudam a entender a diferença de preferência eleitoral. Enquanto, para o total da amostra, respondentes das duas faixas mais baixas de renda representam 49% do total, entre os neopentecostais esse percentual sobe para 57% e, por outro lado, os protestantes tradicionais ficam em apenas 42% dessa faixa de renda. Em outras palavras, eleitores mais pobres tendem a se identificar mais com Lula em 2022 e eles estão concentrados entre os neopentecostais. No entanto, mesmo os mais pobres entre protestantes tradicionais e pentecostais têm identificação com Bolsonaro. As duas explicações são complementares, não excludentes. Em outras palavras, evangelismo não é um bloco monolítico que se identifica com o bolsonarismo em todas as condições, e, ao mesmo tempo, a associação entre renda e intensidade de apoio a um dos candidatos reforça o princípio de que eleições existem para ‘premiar’ ou ‘punir’ o governante e o desempenho de seu governo no passado recente.

Além de identificar quem são os evangélicos que não se identificam com o bolsonarismo, também foi possível estabelecer quem são os católicos bolsonaristas. Basicamente, aqueles com alta renda. E católicos com alta renda apresentam presença superior na categoria mais extrema de apoio a Bolsonaro, aquela que rejeita Lula. O inverso não acontece com os evangélicos lulistas. Isso nos permite concluir, em consonância com a literatura mais recente sobre a política brasileira, que o uso do termo polarização radical – tal como entendido classicamente – não é adequado. Há um polo denso ideologicamente e extremado de forma consistente em favor de Bolsonaro e contra Lula, que é dos eleitores com rendas acima da média, independentemente da religião. Do outro lado do contínuo de identificação política não se percebe a mesma consistência extremada. Há católicos e neopentecostais de baixa renda que votam em Lula e rejeitam Bolsonaro, porém, o último grupo também integra o bolsonarismo. Na eleição presidencial de 2022 o extremismo se deu em um dos polos, o que rejeita Lula e vota em Bolsonaro.

É preciso ressaltar que nossa decisão na categorização teve efeito sobre os resultados. Com efeitos secundários, ao reunirmos a categoria “outras religiões”, desconsideramos o comportamento específico de religiões que apresentaram comportamentos opostos quanto à identificação com os dois principais candidatos em 2022. Enquanto judaísmo e espiritismo apresentaram maior identificação com Bolsonaro, as religiões de matrizes afro eram mais lulistas. Ao reunirmos em uma única categoria, os valores se anularam e isso fez com que os resultados das distribuições percentuais e dos resíduos padronizados perdessem significância estatística. Justificamos a decisão pelo fato de essas religiões representarem cerca de 10% do total de respondentes da pesquisa e por terem seus efeitos conjuntos “equilibrados” para a intensidade de identificação com os candidatos. Um estudo específico sobre o impacto da variável econômica sobre a distribuição de preferências de religiões minoritárias no Brasil também se faz necessário.

SOBRE OS AUTORES

Emerson Urizzi Cervi. Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), em 2006, com estágio pós-doutoral em partidos e eleições na América Latina na Universidad de Salamanca, entre 2015 e 2016. Professor titular do departamento de Ciência Política (DECP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPR. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP). Pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.dd).

Naiara Sandi de Almeida Alcantara. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora na Faculdade de Ciências Sociais (FACS) e no Programa de Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Acesso em: 16 jun. 2025.
2. ALVES, Synthia Pereira. Mídia, democracia e a presença dos neopentecostais na política brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP), 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, MG: ABCP, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/32593478/M%C3%ADdia_democracia_e_a_presen%C3%A7a_dos_neopentecostais_na_pol%C3%ADtica_brasileira. Acesso em: 16 jun. 2025.
3. BASTIAN, Jean-Pierre. Brésil: pentecôtismes et protestantismes, des perspectives. **Archives de Sciences Sociales des Religions**, [s. l.], v. 42, n. 98, p. 3352, 1997.
4. BETZ, H. G. Politics of resentment: right-wing radicalism in west Germany. **Comparative Politics**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 4560, 1990.
5. BITTENCOURT FILHO, José. Caminhos da Teologia Pentecostal: trajetória da renovação carismática católica e neopentecostalismo. **Horizonte**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5769, 2003.
6. BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 288338, 2004.
7. CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, [s. l.], v. 67, p. 100115, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13458>. Acesso em: 17 ago. 2025.
8. COSTA, Moab César Carvalho. Religião e política: o pentecostalismo, o sínodo para a Amazônia e a política ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, PR, ano 13, n. 37, p. 97111, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.51907>. Acesso em: 16 jun. 2025.
9. DATAFOLHA. **Pesquisa de opinião sobre intenção de voto**. São Paulo: Instituto Datafolha, 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 1 fev. 2024.
10. FERREIRA, Diego Cristian. **A crise estrutural brasileira**: os blocos no poder e as frações de classe na política brasileira de 2013-2018. 2018. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Dourados, MS, 2018.
11. FIORINA, Morris. Retrospective voting in American national elections: a micro-analysis. **American Journal of Political Science**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 426443, 1978.
12. GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 23, p. 547580, 2021.
13. GUJARAT, D. **Econometria básica**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
14. HAWKINS, Kirk A.; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. Introduction. In: HAWKINS, Kirk A.; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (eds.). **The ideational approach to populism**: concept, theory, and analysis. Londres: Routledge, 2018.

15. LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres: Verso, 2005.
16. LIMA, Albany Ferreira; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da; PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; NASCIMENTO, Willber. Entre o trampolim e a ascensão: a reeleição parlamentar no Brasil (1990-2014). **Teoria & Pesquisa**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 6190, 2019. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/704>. Acesso em: 16 jun. 2025.
17. LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
18. OLIVEIRA, Erick Cruz Padilha de; OLIVEIRA, David. Fundamentalismo religioso: uma chave para entender o programa “Escola sem Partido”. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 259-278, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/179875>. Acesso em: 16 jun. 2025.
19. PEREIRA, Maurício Tavares. 500 anos de Reforma Protestante, meio século de Teologia da Libertação: religião e interculturalidades cristãs e libertárias no pensamento de Leonardo Boff. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/2084>. Acesso em: 17 ago. 2025.
20. RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 36, p. 147163, 2022.
21. RODRIGUES, Daniele Silva; FARONI, Walmer; SANTOS, Nálbia de Araújo; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; DINIZ, Josedilton Alves. Corrupção e má gestão nos gastos com educação: fatores socioeconômicos e políticos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 301-320, mar./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/w6yxxg7qHSSTcHWJGpX8Qbbf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.
22. RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; CERVI, Emerson Urizzi. Evangélicos e voto legislativo: diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. **Latin American Research Review**, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 560-573, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/evangelicos-e-voto-legislativo-diversidade-confessional-e-voto-em-deputados-da-bancada-evangelica-no-brasil/78197F4E66D57F7BC3A98C273F4DD661>. Acesso em: 17 ago. 2025.
23. ROSAS, Nina. Notas sobre evangélicos, política e gênero a partir das eleições de 2022. **Debates do NER**, [s. l.], p. 6582, 2023.
24. ROSAS, Nina. Notas sobre evangélicos, política e gênero a partir das eleições de 2022. **Debates do NER**, [s. l.], p. 6582, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/130797>. Acesso em: 17 ago. 2025.
25. ROSENBERG, Morris. **A lógica da análise do levantamento de dados**. São Paulo: Cultrix/USP, 1971.
26. SANTANA, Davi Pinheiro de. **O uso das mídias sociais nas eleições e seus efeitos no contexto dos eleitores**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Administração, São Cristóvão, SE, 2021.
27. SANTOS, Renan William dos; PRANDI, Reginaldo; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 4360, jan./mar. 2019.
28. SILVA, Georges Gérard Flexor; RODRIGUES, Adrianno Oliveira; SILVA, Robson Dias da. Religião e preferências econômicas e políticas entre jovens universitários da periferia: um estudo exploratório na Baixada Fluminense. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 53, p. 1381-71, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/VzTXH8svfWGswLTdcbPTWFK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2025.
29. SMITH, Amy Erica; DUQUE, Debora. The establishment upside down: a year of change in Brazil. **Revista de Ciência Política**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 165-189, 2019.
30. SOUSA, João Luiz de. O fenômeno religioso e suas implicações políticas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos da Religião**, [s. l.], v. 2, p. 43-61, 2018.
31. TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. **Debates do NER**, [s. l.], ano 22, n. 42, 2023.

32. TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1977.
33. VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura**, [s. l.], v. 13, n. 2, 2018.

ANEXO

COEFICIENTES REGRESSÃO LOGÍSTICA

indic	categ	expb
1.VotaLula_RejeitaBolso	Protestante	0,560
1.VotaLula_RejeitaBolso	Pentecostal	0,491
1.VotaLula_RejeitaBolso	Neopentecostal	0,565
1.VotaLula_RejeitaBolso	Católico	1,313
1.VotaLula_RejeitaBolso	Rnd1	1,745
1.VotaLula_RejeitaBolso	Rnd2	1,457
1.VotaLula_RejeitaBolso	Rnd3	1,074
1.VotaLula_RejeitaBolso	Rnd4	0,949
1.VotaLula_RejeitaBolso	Rnd5	0,795
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Protestante	0,528
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Pentecostal	0,589
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Neopentecostal	0,732
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Católico	0,962
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Rnd1	1,479
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Rnd2	1,060
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Rnd3	1,090
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Rnd4	0,918
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Rnd5	0,962
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Protestante	1,629
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Pentecostal	1,905
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Neopentecostal	1,482
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Católico	0,801
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Rnd1	0,886
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Rnd2	1,319
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Rnd3	1,393
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Rnd4	1,504
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Rnd5	1,492
4.VotaBolso_RejetaLlula	Protestante	2,033

4.VotaBolso_RejetaLlula	Pentecostal	2,078
4.VotaBolso_RejetaLlula	Neopentecostal	2,096
4.VotaBolso_RejetaLlula	Católico	0,891
4.VotaBolso_RejetaLlula	Rnd1	0,474
4.VotaBolso_RejetaLlula	Rnd2	0,730
4.VotaBolso_RejetaLlula	Rnd3	1,079
4.VotaBolso_RejetaLlula	Rnd4	1,351
4.VotaBolso_RejetaLlula	Rnd5	1,579

COEFICIENTES DOS FATORES COM INTERAÇÃO

indic	categ	expb		indic	categ	expb
1.VotaLula_RejeitaBolso	Neopent_Rnd1	0,493		1.VotaLula_RejeitaBolso	Protest_Rnd1	0,813
1.VotaLula_RejeitaBolso	Neopent_Rnd2	1,229		1.VotaLula_RejeitaBolso	Protest_Rnd2	0,445
1.VotaLula_RejeitaBolso	Neopent_Rnd3	0,337		1.VotaLula_RejeitaBolso	Protest_Rnd3	0,548
1.VotaLula_RejeitaBolso	Neopent_Rnd4	0,531		1.VotaLula_RejeitaBolso	Protest_Rnd4	0,360
1.VotaLula_RejeitaBolso	Neopent_Rnd5	0,144		1.VotaLula_RejeitaBolso	Protest_Rnd5	0,351
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Neopent_Rnd1	1,399		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Protest_Rnd1	0,671
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Neopent_Rnd2	0,383		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Protest_Rnd2	0,397
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Neopent_Rnd3	1,257		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Protest_Rnd3	0,560
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Neopent_Rnd4	0,585		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Protest_Rnd4	0,575
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Neopent_Rnd5	0,188		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Protest_Rnd5	0,640
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Neopent_Rnd1	1,188		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Protest_Rnd1	1,089
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Neopent_Rnd2	1,458		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Protest_Rnd2	2,835
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Neopent_Rnd3	2,086		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Protest_Rnd3	1,637
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Neopent_Rnd4	1,581		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Protest_Rnd4	1,799
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Neopent_Rnd5	1,024		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Protest_Rnd5	1,262

indic	categ	expb		indic	categ	expb
4.VotaBolso_RejetaLula	Neopent_Rnd1	1,335		4.VotaBolso_RejetaLula	Protest_Rnd1	1,578
4.VotaBolso_RejetaLula	Neopent_Rnd2	1,341		4.VotaBolso_RejetaLula	Protest_Rnd2	1,490
4.VotaBolso_RejetaLula	Neopent_Rnd3	1,028		4.VotaBolso_RejetaLula	Protest_Rnd3	2,017
4.VotaBolso_RejetaLula	Neopent_Rnd4	2,548		4.VotaBolso_RejetaLula	Protest_Rnd4	2,286
4.VotaBolso_RejetaLula	Neopent_Rnd5	7,060		4.VotaBolso_RejetaLula	Protest_Rnd5	3,355

indic	categ	expb		indic	categ	expb
1.VotaLula_RejeitaBolso	Pentec_Rnd1	0,671		1.VotaLula_RejeitaBolso	Catolic_Rnd1	2,607
1.VotaLula_RejeitaBolso	Pentec_Rnd2	0,457		1.VotaLula_RejeitaBolso	Catolic_Rnd2	2,104
1.VotaLula_RejeitaBolso	Pentec_Rnd3	0,324		1.VotaLula_RejeitaBolso	Catolic_Rnd3	1,420
1.VotaLula_RejeitaBolso	Pentec_Rnd4	0,327		1.VotaLula_RejeitaBolso	Catolic_Rnd4	1,252
1.VotaLula_RejeitaBolso	Pentec_Rnd5	0,304		1.VotaLula_RejeitaBolso	Catolic_Rnd5	0,894
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Pentec_Rnd1	0,998		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Catolic_Rnd1	1,533
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Pentec_Rnd2	0,576		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Catolic_Rnd2	1,165
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Pentec_Rnd3	0,644		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Catolic_Rnd3	1,185
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Pentec_Rnd4	0,365		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Catolic_Rnd4	0,930
2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Pentec_Rnd5	0,326		2.VotaLula_NãorejeitaBolso	Catolic_Rnd5	0,950
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Pentec_Rnd1	1,548		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Catolic_Rnd1	0,369
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Pentec_Rnd2	2,180		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Catolic_Rnd2	0,615
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Pentec_Rnd3	2,051		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Catolic_Rnd3	0,720
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Pentec_Rnd4	2,612		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Catolic_Rnd4	0,761
3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Pentec_Rnd5	2,273		3.VotaBolso_NaoRejeitaLula	Catolic_Rnd5	0,952
4.VotaBolso_RejetaLula	Pentec_Rnd1	1,040		4.VotaBolso_RejetaLula	Catolic_Rnd1	0,250

indic	categ	expb		indic	categ	expb
4.VotaBolso_RejetaLula	Pentec_Rnd2	1,785		4.VotaBolso_RejetaLula	Catholic_Rnd2	0,437
4.VotaBolso_RejetaLula	Pentec_Rnd3	2,562		4.VotaBolso_RejetaLula	Catholic_Rnd3	0,733
4.VotaBolso_RejetaLula	Pentec_Rnd4	2,685		4.VotaBolso_RejetaLula	Catholic_Rnd4	1,062
4.VotaBolso_RejetaLula	Pentec_Rnd5	3,417		4.VotaBolso_RejetaLula	Catholic_Rnd5	1,380

Submissão em 09 de julho de 2024.

Aceito em 19 de outubro de 2024.

ARTIGOS LIVRES

PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DA DIMENSÃO DA ESPIRITUALIDADE EM POLÍTICAS DE SAÚDE NO CONTEXTO DE PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA NO BRASIL

PERSPECTIVES FOR INCLUDING THE DIMENSION OF SPIRITUALITY IN HEALTH POLICIES IN THE CONTEXT OF PATIENTS WITH BREAST CANCER IN BRAZIL

Maira Caleffi* 

Alexandre Ben Rodrigues** 

Mely Paula Cimadevila Paredes*** 

Gabriele Luise Neves Alves**** 

Erica Ana Hobold***** 

Gabriel Luz Johnson Instituto***** 

*Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Porto Alegre/RS, Brasil.

E-mail: presidencia@femama.org.br

**Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Porto Alegre/RS, Brasil.

E-mail: alexandre.ben@femama.org.br

***Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre/RS, Brasil.

E-mail: melypparedes@gmail.com

****Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Porto Alegre/RS, Brasil.

E-mail: gabriele.alves@femama.org.br

*****Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Porto Alegre/RS, Brasil.

E-mail: eica.hobold@femama.org.br

*****Unidos pela Vida

E-mail: gabriel.luzjohnson@gmail.com

RESUMO

A espiritualidade é um fator com potencial para influenciar a adesão ao tratamento e a percepção de qualidade de vida de pacientes com diagnóstico de câncer de mama no Brasil. O presente estudo tem como objetivo apresentar dados que fomentem a discussão referente à inclusão da espiritualidade em políticas de saúde no contexto de pacientes com câncer de mama no Brasil. Dados quantitativos de 842 mulheres diagnosticadas com câncer de mama no país, coletados por meio de formulário de autopreenchimento on-line, indicam uma percepção geral positiva da abordagem da espiritualidade no enfrentamento da doença. Este estudo destaca a importância de integrar cuidados espirituais nas práticas de tratamento de câncer de mama e políticas de saúde relacionadas ao tema.

Palavras-Chave: Espiritualidade; Religiosidade; Política; Saúde; Câncer de Mama.

ABSTRACT

Spirituality is a factor with potential to influence treatment adherence and the perception of quality of life of patients diagnosed with breast cancer in Brazil. The present study aims to present data that support the discussion regarding the inclusion of spirituality in health policies in the context of breast cancer patients in Brazil. Quantitative data from 842 women diagnosed with breast cancer in the country, collected through an online self-completion form¹, indicate a positive perception of the approach of spirituality in coping with the disease. This study highlights the importance of integrating spiritual care into breast cancer treatment practices and health policies related to the topic.

Keywords: Spirituality; Religiosity; Politics; Health; Breast Cancer.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima mais de 73 mil novos casos de câncer de mama em 2025 (INCA, 2022). A doença ocupa a primeira posição em mortalidade por câncer entre as mulheres no Brasil, com uma taxa de 17,5 óbitos a cada 100 mil habitantes (>19 mil) em 2022. As maiores taxas de incidência e de mortalidade estão nas regiões Sul e Sudeste do país (DATASUS-SIM, 2022).

A intersecção entre espiritualidade e a jornada de tratamento de pacientes com câncer é um campo de interesse significativo na pesquisa oncológica no Brasil. A espiritualidade serve como um mecanismo de enfrentamento para sobreviventes de câncer de mama e seus apoiadores (SABADO et al., 2010). A fé religiosa e/ou espiritual das participantes tende a aumentar, ou permanecer constante, durante a crise de saúde (FEHER; MALY, 1999). Em um país onde existem mais estabelecimentos religiosos do que escolas e hospitais somados (MOURA, 2024), a espiritualidade é identificada como um fator social a ser considerado na construção de políticas de saúde.

O presente estudo apresenta dados parciais de uma pesquisa realizada com mulheres diagnosticadas com câncer de mama em 2023, com a finalidade de incentivar uma discussão mais ampla sobre a necessidade de integrar considerações espirituais, juntamente a aspectos sociais, nas estratégias de desenvolvimento de políticas de saúde no Brasil, visando a uma abordagem mais personalizada e compassiva no cuidado às pacientes.

METODOLOGIA

A Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) realizou, em 2023, uma pesquisa, via formulário de autopreenchimento on-line¹, com uma amostra obtida por conveniência, com 842 participantes, com a finalidade de fundamentar as ações do movimento internacional de conscientização para o controle do câncer de mama daquele ano, conhecido como “Campanha do Outubro Rosa”. Parte desta pesquisa teve o objetivo de elucidar como a espiritualidade se entrelaça com a experiência de enfrentamento do tratamento do câncer de mama, destacando a importância de abordagens holísticas no cuidado oncológico.

A metodologia utilizada na análise dos dados empregou uma abordagem quantitativa, com um desenho de pesquisa transversal. Na amostragem por conveniência, por livre adesão, a seleção das observações não atende a um critério probabilístico, mas privilegia-se os locais com alto potencial de informação para a pesquisa em andamento (BRAGA, 2010). Embora esse método de amostragem não permita a

1 Espiritualidade e relações no contexto de pacientes com câncer de mama no Brasil. Responsável: Dra. Maira Caleffi. Porto Alegre, 2024, Hospital Moinhos de Vento, contato@femama.org.br.

generalização dos resultados, ele oferece *insights* valiosos sobre as experiências de um subconjunto da população.

O questionário on-line foi desenvolvido de forma colaborativa por pesquisadores, psicólogos, associações de pacientes e especialistas na área de oncologia. A escolha do autopreenchimento on-line como técnica de coleta de dados visou facilitar a participação das respondentes. Desta forma, foram tomadas todas as medidas necessárias para garantir o consentimento informado, a confidencialidade e o anonimato das participantes.

Os dados coletados foram submetidos a um processo de tratamento estatístico, que incluiu: leitura crítica e ajuste de dados inconsistentes; recodificação e reagrupamento de variáveis; análise quantitativa descritiva para identificar padrões; análise comparativa para explorar diferenças entre subgrupos; e testes de significância estatística para avaliar a força das associações encontradas.

O estudo reconhece algumas limitações, tais como a natureza não probabilística da amostra e possibilidade de viés de autosseleção; e exclusão de potenciais participantes com acesso limitado à internet ou menos familiaridade com tecnologias digitais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização da Amostra

Para entender o perfil das mulheres que participaram da pesquisa, analisou-se primeiramente o perfil socioeconômico e demográfico. Foram 842 mulheres respondentes, das quais 55% tinham entre 25 e 49 anos e 43,6% tinham mais de 50 anos.

O número de diagnósticos de câncer de mama em mulheres abaixo de 50 anos de idade tem crescido significativamente nos últimos anos (FRANZOI et al., 2019). A coleta de dados ter sido realizada por meio das mídias sociais possibilitou um alto índice de respondentes de até 49 anos – público mais familiarizado com ferramentas de tecnologia on-line.

O volume de respostas dos níveis de escolaridade também reflete o perfil de respondentes que aderem a estudos on-line – majoritariamente, de nível superior completo. Nesse sentido, os percentuais de escolaridades acima de “superior completo” da amostra foram acima da média nacional (IBGE, 2022).

Tabela 1 – Grau de instrução das participantes da pesquisa

Qual o seu grau de instrução?		
	Frequency	Valid Percent
Lê e escreve/Fundamental incompleto	26	3,1
Ensino Fundamental completo	64	7,6
Ensino Médio Completo	231	27,4
Ensino Superior completo	348	41,3
Pós-graduação/Mestrado/Doutorado completo	165	19,6
NS/ NR	8	1,0
Total	842	100,0

Fonte: Autores.

O rendimento médio mensal per capita dos brasileiros, de acordo com dados do IBGE de 2022, chegou a R\$ 1.586,00, ou seja, pouco mais que um salário-mínimo. As participantes da pesquisa, por outro lado, tiveram uma renda mensal bruta superior: quase 67% delas disseram que a renda mensal bruta domiciliar era de dois salários-mínimos ou mais.

Com relação ao quesito geográfico, mais de 70% das participantes da pesquisa residem nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. A distribuição da amostra por tipo de cidade de moradia fica próxima aos dados do censo de 2022, quando mais da metade da população brasileira vivia em capitais e regiões metropolitanas (CABRAL, 2023).

Pesquisas on-line por livre adesão costumam ser acessadas de forma desigual quando se trata de raça/cor/etnia, pois o acesso à internet costuma ser maior entre pessoas brancas (MELO; TERSO, 2021). Isso refletiu-se também nos dados da pesquisa, conforme mostrado abaixo.

Tabela 2 – Autodeclaração de raça/etnia das participantes da pesquisa

Como você se define em termos de raça/etnia?		
	Frequency	Percent
Branca	525	62,4
Não branca	295	35,0
Outros	4	0,5
NS/ NR	18	2,1
Total	842	100,0

Fonte: Autores.

No quesito religião, o volume de respondentes que se autodeclaram cristãs, 90%, apresenta variância de 20% acima dos parâmetros nacionais. É muito provável que o tema e o público-alvo da pesquisa expliquem essa variação, já que a religiosidade e a espiritualidade atuam como coadjuvantes nos processos de tratamento e cura de indivíduos com enfermidade (FERREIRA et al, 2020).

Tabela 3 – Perfil religioso das participantes da pesquisa

Qual ou quais a(s) sua(s) religião/ religiões?		
	N	Percentual
Católica praticante	221	23,8%
Católica não praticante	212	22,8%
Evangélica	169	18,2%
Espírita/ Kardecista	156	16,8%
Matriz africana	28	3,0%
Acredito em Deus, mas não tenho religião	92	9,9%
Ateu/ Agnóstico	12	1,3%
Outras religiões	31	3,3%
NS/ NR	8	0,9%
Total	929	100,0%

Fonte: Autores.

Diagnóstico e tratamento

Mais de 70% das respondentes receberam o diagnóstico em instituições particulares. Complementarmente, o SUS (Sistema Único de Saúde) é mais acessado por quem mora em cidades do interior em comparação com quem mora nas regiões metropolitanas.

Tabela 4 – Local de diagnóstico das participantes da pesquisa

Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular?			
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Particular	594	70,5	70,5
SUS	232	27,4	27,4
Outros	8	1,0	1,0
NS/ NR	8	1,0	1,0
Total	842	100,0	100,0

Fonte: Autores.

Tabela 5 – Local de diagnóstico por tipo de cidade das participantes da pesquisa

Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular? * Você mora na capital, região metropolitana ou interior? Tabulação cruzada						
			Você mora na capital, região metropolitana ou interior?			Total
			Capital/Região metropolitana/ Interior	Interior	NS/ NR	
Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular?	SUS	Contagem	118	104	10	232
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	22,3%	37,8%	26,3%	27,6%
		% do Total	14,0%	12,4%	1,2%	27,6%
	Particular	Contagem	399	168	27	594
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	75,4%	61,1%	71,1%	70,5%
		% do Total	47,4%	20,0%	3,2%	70,5%
	Outros	Contagem	7	1	0	8
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	1,3%	0,4%	0,0%	1,0%
		% do Total	0,8%	0,1%	0,0%	1,0%
	NS/ NR	Contagem	5	2	1	8
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	0,9%	0,7%	2,6%	1,0%
		% do Total	0,6%	0,2%	0,1%	1,0%
Total		Contagem	529	275	38	842
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	62,8%	32,7%	4,5%	100,0%

Fonte: Autores.

A renda está diretamente associada ao local do diagnóstico: quanto menor a renda, mais recebem diagnóstico pelo SUS

Tabela 6 – Local de diagnóstico por tipo faixa de renda mensal das participantes da pesquisa

Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular?										
			COD_Apenas para classificação social, qual a renda bruta (sem descontos) total de sua residência?							Total
			Até 1 salário-mínimo (Até R\$ 1.320,00)	Mais de 1 até 2 salários-mínimos (De R\$ 1.320,01 a R\$ 2.640,00)	Mais de 2 até 4 salários-mínimos (De R\$ 2.640,01 a R\$ 5.280,00)	Mais de 4 até 10 salários-mínimos (De R\$ 5.280,01 a R\$ 13.200,00)	Mais de 10 até 20 salários-mínimos (De R\$ 13.200,01 a R\$ 26.400,00)	Acima de 20 salários-mínimos (Acima de R\$ 26.400,00)	NS/ NR	
Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular?	SUS	Contagem	73	69	54	25	1	0	9	231
		% dentro de RENDA FAMILIAR MENSAL	65,8%	48,3%	24,2%	11,5%	1,2%	0,0%	29,0%	27,4%
		% do Total	8,7%	8,2%	6,4%	3,0%	,1%	0,0%	1,1%	27,4%
	Particular	Contagem	38	69	167	188	84	29	19	594
		% dentro de RENDA FAMILIAR MENSAL	34,2%	48,3%	74,9%	86,2%	97,7%	96,7%	61,3%	70,5%
		% do Total	4,5%	8,2%	19,8%	22,3%	10,0%	3,4%	2,3%	70,5%
	Outros	Contagem	0	1	0	4	1	1	1	8
		% dentro de RENDA FAMILIAR MENSAL	0,0%	0,7%	0,0%	1,8%	1,2%	3,3%	3,2%	1,0%
		% do Total	0,0%	0,1%	0,0%	0,5%	0,1%	0,1%	0,1%	1,0%
	NS/ NR	Contagem	0	3	2	1	0	0	2	8
		% dentro de RENDA FAMILIAR MENSAL	0,0%	2,1%	0,9%	0,5%	0,0%	0,0%	6,5%	1,0%
		% do Total	0,0%	0,4%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	1,0%
		Contagem	0	1	0	0	0	0	0	1
		% dentro de RENDA FAMILIAR MENSAL	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
		% do Total	0,0%	,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Total	Contagem	111	143	223	218	86	30	31	842	
% dentro de RENDA FAMILIAR MENSAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
% do Total	13,2%	17,0%	26,5%	25,9%	10,2%	3,6%	3,7%	100,0%		

Fonte: Autores.

Escolaridade e renda familiar estão diretamente relacionados: mulheres com maior grau de instrução recebem mais diagnósticos particulares em relação às menos instruídas.

Tabela 7 – Local de diagnóstico por escolaridade das participantes da pesquisa

Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular? * COD_Qual o seu grau de instrução? Tabulação cruzada									
			COD_Qual o seu grau de instrução?					Total	
			Lê e escreve/ Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio Com- pleto	Ensino Superior completo	Pós-graduação/ Mestrado/ Dou- torado completo		NS/ NR
diagnóstico do SUS ou particular?	SUS	Contagem	19	31	92	81	7	1	231
		% dentro de Qual o seu grau de instrução?	73,1%	48,4%	39,8%	23,3%	4,2%	12,5%	27,4%
		% do Total	2,3%	3,7%	10,9%	9,6%	,8%	,1%	27,4%
	Particular	Contagem	7	32	134	261	153	7	594
		% dentro de Qual o seu grau de instrução?	26,9%	50,0%	58,0%	75,0%	92,7%	87,5%	70,5%
		% do Total	0,8%	3,8%	15,9%	31,0%	18,2%	0,8%	70,5%
	Outros	Contagem	0	0	0	3	5	0	8
		% dentro de Qual o seu grau de instrução?	0,0%	0,0%	0,0%	,9%	3,0%	0,0%	1,0%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,6%	0,0%	1,0%
	NS/ NR	Contagem	0	1	4	3	0	0	8
		% dentro de Qual o seu grau de instrução?	0,0%	1,6%	1,7%	0,9%	0,0%	0,0%	1,0%
		% do Total	0,0%	0,1%	0,5%	0,4%	0,0%	0,0%	1,0%
		Contagem	0	0	1	0	0	0	1
		% dentro de Qual o seu grau de instrução?	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
	Total	Contagem	26	64	231	348	165	8	842
		% dentro de Qual o seu grau de instrução?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	3,1%	7,6%	27,4%	41,3%	19,6%	1,0%	100,0%

Fonte: Autores.

A maioria das participantes fez, faz ou fará o tratamento em instituições particulares. Entretanto, uma em cada quatro mulheres que receberam o diagnóstico particular se tratam ou se trataram pelo SUS.

Tabela 8 – Local de tratamento das participantes da pesquisa

Você vai fazer/está fazendo o tratamento:			
	Frequency	Valid Percent	Cumulative Percent
Particular	473	56,2	65,2
SUS	293	34,8	100,0
NS/ NR/ NA	76	9,0	9,0
Total	842	100,0	

Fonte: Autores.

Tabela 9 – Local de tratamento por local de diagnóstico das participantes da pesquisa

Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular? * Você vai fazer/está fazendo o tratamento: Tabulação cruzada						
			Você vai fazer/está fazendo o tratamento:			Total
			NS/ NR/ NA	Particular	SUS	
Você recebeu diagnóstico do SUS ou particular?	SUS	Contagem	19	4	209	232
		% dentro de Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	25,0%	,8%	71,3%	27,6%
		% do Total	2,3%	,5%	24,8%	27,6%
	Particular	Contagem	48	466	80	594
		% dentro de Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	63,2%	98,5%	27,3%	70,5%
		% do Total	5,7%	55,3%	9,5%	70,5%
	Outros	Contagem	5	1	2	8
		% dentro de Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	6,6%	0,2%	0,7%	1,0%
		% do Total	0,6%	0,1%	0,2%	1,0%
	NS/ NR	Contagem	4	2	2	8
		% dentro de Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	5,3%	0,4%	0,7%	1,0%
		% do Total	0,5%	0,2%	0,2%	1,0%
	Total	Contagem	76	473	293	842
		% dentro de Você vai fazer/está fazendo o tratamento	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	9,0%	56,2%	34,8%	100,0%

Fonte: Autores.

A classe social está diretamente relacionada ao local de tratamento, e mulheres não brancas são as que mais recebem tratamento pelo SUS.

Tabela 10 – Local de tratamento por renda familiar mensal das participantes da pesquisa

Você vai fazer/está fazendo o tratamento: * COD_Apenas para classificação social, qual a renda bruta (sem descontos) total de sua residência?									
		COD_Apenas para classificação social, qual a renda bruta (sem descontos) total de sua residência?							Total
		Até 1 salário- mínimo (Até R\$ 1.320,00)	Mais de 1 até 2 salários- mínimos (De R\$ 1.320,01 a R\$ 2.640,00)	Mais de 2 até 4 salários- mínimos (De R\$ 2.640,01 a R\$ 5.280,00)	Mais de 4 até 10 salários- mínimos (De R\$ 5.280,01 a R\$ 13.200,00)	Mais de 10 até 20 salários- mínimos (De R\$ 13.200,01 a R\$ 26.400,00)	Acima de 20 salários- mínimos (Acima de R\$ 26.400,00)	NS/ NR	
Você vai fazer/está fazendo o tratamento	SUS	Contagem	86	86	77	30	4	0	293
		% dentro de renda familiar mensal	77,5%	60,1%	34,5%	13,8%	4,7%	0,0%	34,8%
		% do Total	10,2%	10,2%	9,1%	3,6%	0,5%	0,0%	34,8%
	Particular	Contagem	11	46	128	166	77	28	473
		% dentro de renda familiar mensal	9,9%	32,2%	57,4%	76,1%	89,5%	93,3%	56,2%
		% do Total	1,3%	5,5%	15,2%	19,7%	9,1%	3,3%	56,2%
	NS/ NR/ NA	Contagem	14	11	18	22	5	2	76
		% dentro de renda familiar mensal	12,6%	7,7%	8,1%	10,1%	5,8%	6,7%	9,0%
		% do Total	1,7%	1,3%	2,1%	2,6%	0,6%	0,2%	9,0%
	Total	Contagem	111	143	223	218	86	30	842
		% dentro de renda familiar mensal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	13,2%	17,0%	26,5%	25,9%	10,2%	3,6%	100,0%

Fonte: Autores.

Tabela 11 – Local de tratamento por raça/cor/etnia das participantes da pesquisa

Você vai fazer/está fazendo o tratamento: * COD_Como você se define em termos de raça/etnia? Tabulação cruzada							
			COD_Como você se define em termos de raça/etnia?				Total
			Branca	Não branca	Outros	NS/ NR	
Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	SUS	Contagem	142	143	2	6	293
		% dentro de COD_Como você se define em termos de raça/etnia?	27,0%	48,5%	50,0%	33,3%	34,8%
		% do Total	16,9%	17,0%	0,2%	0,7%	34,8%
	Particular	Contagem	332	127	2	12	473
		% dentro de COD_Como você se define em termos de raça etnia?	63,2%	43,1%	50,0%	66,7%	56,2%
		% do Total	39,4%	15,1%	0,2%	1,4%	56,2%
	NS/ NR/ NA	Contagem	51	25	0	0	76
		% dentro de COD_Como você se define em termos de raça/etnia?	9,7%	8,5%	0,0%	0,0%	9,0%
		% do Total	6,1%	3,0%	0,0%	0,0%	9,0%
Total	Contagem		525	295	4	18	842
	% dentro de COD_Como você se define em termos de raça/etnia?		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total		62,4%	35,0%	0,5%	2,1%	100,0%

Fonte: Autores.

ESPIRITUALIDADE

A maioria afirma que sua relação com a espiritualidade aumentou após o diagnóstico. Apenas 20 participantes (2,4%) acham que a relação com a espiritualidade diminuiu.

Tabela 12 – Relação com a espiritualidade das participantes da pesquisa

A sua relação com a espiritualidade, após o diagnóstico de câncer de mama:			
	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Aumentou	663	78,7	78,7
Diminuiu	20	2,4	81,1
Não foi alterada	152	18,1	99,2
NS/ NR	7	0,8	100,0
Total	842	100,0	

Fonte: Autores.

Mulheres com menos de 50 anos apresentam maior aumento da relação com a espiritualidade: 6,2% a mais do que mulheres com mais de 50 anos. Por outro lado, mulheres mais velhas são as que menos sentem alterações em suas relações com a espiritualidade.

Tabela 13 – Relação com a espiritualidade por faixa de idade das participantes da pesquisa

A sua relação com a espiritualidade após o diagnóstico de câncer de mama: * COD_Qual a sua idade? Tabulação cruzada						
			COD_Qual a sua idade?			Total
			NS/ NR	De 25 a 49 anos	50 anos ou mais	
A sua relação com a espiritualidade após o diagnóstico de câncer de mama:	Aumentou	Contagem	10	377	276	663
		% dentro de faixa de idade	83,3%	81,4%	75,2%	78,7%
		% do Total	1,2%	44,8%	32,8%	78,7%
	Diminuiu	Contagem	0	13	7	20
		% dentro de faixa de idade	0,0%	2,8%	1,9%	2,4%
		% do Total	0,0%	1,5%	0,8%	2,4%
	Não foi alterada	Contagem	1	73	78	152
		% dentro de faixa de idade	8,3%	15,8%	21,3%	18,1%
		% do Total	0,1%	8,7%	9,3%	18,1%
	NS/ NR	Contagem	1	0	6	7
		% dentro de faixa de idade	8,3%	0,0%	1,6%	0,8%
		% do Total	0,1%	0,0%	0,7%	0,8%
Total		Contagem	12	463	367	842
		% dentro de faixa de idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,4%	55,0%	43,6%	100,0%

Fonte: Autores.

Mais da metade das respondentes afirma ter a espiritualidade abordada em seu tratamento. Menos de 1% não soube responder, denotando que as mulheres conseguem identificar a abordagem da espiritualidade no tratamento.

Tabela 14 – Abordagem da espiritualidade durante o tratamento das participantes da pesquisa

Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento?		
	Frequency	Percent
Sim	537	63,8
Não	298	35,4
NS/ NR	7	0,8
Total	842	100,0

Fonte: Autores.

Mulheres que se tratam pelo SUS percebem mais a abordagem da espiritualidade.

Tabela 15 – Abordagem da espiritualidade durante o tratamento nos sistemas de saúde das participantes da pesquisa

Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento? * Você vai fazer/está fazendo o tratamento: Crosstabulation						
			Você vai fazer/está fazendo o tratamento			Total
			NS/ NR/ NA	Particular	SUS	
Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento?	Sim	Count	47	292	198	537
		% within Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	61,8%	61,7%	67,6%	63,8%
		% of Total	5,6%	34,7%	23,5%	63,8%
	Não	Count	25	181	92	298
		% within Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	32,9%	38,3%	31,4%	35,4%
		% of Total	3,0%	21,5%	10,9%	35,4%
	NS/ NR	Count	4	0	3	7
		% within Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	5,3%	0,0%	1,0%	0,8%
		% of Total	0,5%	0,0%	0,4%	0,8%
Total	Count	76	473	293	842	
	% within Você vai fazer/está fazendo o tratamento:	100,0%	100,0%	100,0%		
	% of Total	9,0%	56,2%	34,8%	100,0%	

Fonte: Autores.

Quanto menor a renda, maior a percepção da abordagem da espiritualidade no tratamento. A distribuição de abordagem da espiritualidade por faixa de renda é similar à distribuição de local de tratamento por faixa de renda, reafirmando maior percepção de abordagem da espiritualidade entre pacientes que recebem o tratamento pelo SUS.

Tabela 16 – Abordagem da espiritualidade durante o tratamento por faixa de renda das participantes da pesquisa

Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento?										
			COD_Apenas para classificação social, qual a renda bruta (sem descontos) total de sua residência? 2							Total
			Até 1 salário- mínimo (Até R\$ 1.320,00)	Mais de 1 até 2 salários- mínimos (De R\$ 1.320,01 a R\$ 2.640,00)	Mais de 2 até 4 salários- mínimos (De R\$ 2.640,01 a R\$ 5.280,00)	Mais de 4 até 10 salários- mínimos (De R\$ 5.280,01 a R\$ 13.200,00)	Mais de 10 até 20 salários- mínimos (De R\$ 13.200,01 a R\$ 26.400,00)	Acima de 20 salários- mínimos (Acima de R\$ 26.400,00)	NS/ NR	
Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento?	Sim	Contagem	75	99	142	129	51	15	26	537
		% dentro de renda familiar mensal	67,6%	69,2%	63,7%	59,2%	59,3%	50,0%	83,9%	63,8%
		% do Total	8,9%	11,8%	16,9%	15,3%	6,1%	1,8%	3,1%	63,8%
	Não	Contagem	34	43	79	87	35	15	5	298
		% dentro de renda familiar mensal	30,6%	30,1%	35,4%	39,9%	40,7%	50,0%	16,1%	35,4%
		% do Total	4,0%	5,1%	9,4%	10,3%	4,2%	1,8%	,6%	35,4%
	NS/ NR	Contagem	2	1	2	2	0	0	0	7
		% dentro de renda familiar mensal	1,8%	0,7%	0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
		% do Total	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Total	Contagem	111	143	223	218	86	30	31	842	
	% dentro de renda familiar mensal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	13,2%	17,0%	26,5%	25,9%	10,2%	3,6%	3,7%	100,0%	

Fonte: Autores.

O Nordeste, região que apresenta maior percentual de tratamento pelo SUS, também percebe mais a abordagem da espiritualidade no tratamento.

Tabela 17 – Abordagem da espiritualidade durante o tratamento por região do país das participantes da pesquisa

Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento? * COD_Região do País Tabulação cruzada									
			COD_Região do País						Total
			NS/ NR	Região Centro-o-este	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	
Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento?	Sim	Contagem	5	30	126	4	244	128	537
		% dentro de Região do País	83,3%	65,2%	73,3%	44,4%	62,9%	57,9%	63,8%
		% do Total	,6%	3,6%	15,0%	,5%	29,0%	15,2%	63,8%
	Não	Contagem	1	16	45	5	140	91	298
		% dentro de Região do País	16,7%	34,8%	26,2%	55,6%	36,1%	41,2%	35,4%
		% do Total	0,1%	1,9%	5,3%	,6%	16,6%	10,8%	35,4%
	NS/ NR	Contagem	0	0	1	0	4	2	7
		% dentro de Região do País	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	1,0%	0,9%	0,8%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,5%	0,2%	0,8%
Total		Contagem	6	46	172	9	388	221	842
		% dentro de Região do País	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,7%	5,5%	20,4%	1,1%	46,1%	26,2%	100,0%

Fonte: Autores.

Quem mora no interior percebe mais a abordagem da espiritualidade no tratamento. A distribuição de abordagem da espiritualidade por tipo de cidade é similar à distribuição de local de tratamento por tipo de cidade, reafirmando maior percepção de abordagem da espiritualidade entre pacientes que recebem o tratamento pelo SUS.

Tabela 18 – Abordagem da espiritualidade durante o tratamento por tipo de cidade das participantes da pesquisa

Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento? * Você mora na capital, região metropolitana ou interior?						
			Você mora na capital, região metropolitana ou interior?			Total
			Capital/Região	metropolitana	Interior	
Sua religiosidade/espiritualidade foi/está sendo abordada em seu tratamento?	Sim	Contagem	326	182	29	537
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	61,6%	66,2%	76,3%	63,8%
		% do Total	38,7%	21,6%	3,4%	63,8%
	Não	Contagem	198	91	9	298
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	37,4%	33,1%	23,7%	35,4%
		% do Total	23,5%	10,8%	1,1%	35,4%
	NS/ NR	Contagem	5	2	0	7
		% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	,9%	,7%	0,0%	,8%
		% do Total	,6%	,2%	0,0%	,8%
Total	Contagem	529	275	38	842	
	% dentro de Você mora na capital, região metropolitana ou interior?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	62,8%	32,7%	4,5%	100,0%	

Fonte: Autores.

A maioria que não tem abordagem da espiritualidade no tratamento afirma que gostaria de ter. Apenas 8,2% das participantes do estudo não querem que a espiritualidade seja abordada em seu tratamento.

Tabela 19 – Desejo de abordagem da espiritualidade durante o tratamento das participantes da pesquisa

Você gostaria que esse aspecto de sua vida fizesse parte do seu tratamento?		
N = 305	Frequency	Percent
Sim	226	74,1
Não	69	22,6
NS/ NR	10	3,3
Total	305	100,0

Fonte: Autores.

Mais de 90% das participantes reconhecem a importância do cuidado espiritual. A religiosidade apresenta percentuais um pouco inferiores.

Tabela 20 – Importância da espiritualidade durante o tratamento das participantes da pesquisa

Cuidar da espiritualidade			
	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Muito importante	658	78,1	78,2
Importante	140	16,6	94,8
Neutro	26	3,1	97,9
Nada importante	2	,2	99,1
NS/ NR	16	1,9	100,0
Total	842	100,0	

Fonte: Autores.

Tabela 21 – Importância da religiosidade durante o tratamento das participantes da pesquisa

Praticar mais minha religiosidade			
	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Muito importante	572	67,9	67,9
Importante	174	20,7	88,6
Neutro	67	8,0	96,6
Pouco importante	5	,6	97,2
Nada importante	7	,8	98,0
NS/ NR	17	2,0	100,0
Total	842	100,0	

Fonte: Autores.

Os resultados da pesquisa mostram que políticas de saúde que promovam a inclusão de cuidados espirituais e suporte social robusto podem melhorar significativamente a percepção do tratamento em pacientes com câncer de mama. Recomenda-se estratégias específicas para implementação em hospitais e clínicas. Da mesma forma, sugere-se que profissionais de saúde sejam treinados para reconhecer e integrar a espiritualidade e o suporte social como parte do tratamento do câncer, o que pode ser crucial para a adesão e satisfação do paciente.

Aponta-se para a necessidade de estudos futuros que explorem ainda mais profundamente as variáveis sociais, como a influência cultural na percepção da espiritualidade, e como essas variáveis podem ser usadas para personalizar e melhorar os cuidados oncológicos para complementar o estudo apresentado.

CONCLUSÃO

A pesquisa indica que 90% das participantes se identificam como cristãs, uma proporção 20% acima dos parâmetros nacionais. Isso destaca a espiritualidade e a religiosidade como elementos significativos no suporte emocional e psicológico durante o tratamento do câncer de mama, sugerindo que intervenções que integrem

aspectos espirituais podem ser particularmente valorizadas por essa população. Mais de 70% das respondentes receberam o diagnóstico em instituições particulares, e a renda familiar mensal influenciou fortemente o tipo de tratamento escolhido, evidenciando desigualdades no acesso a cuidados de saúde.

Os resultados apresentados ilustram a complexidade das experiências vividas por mulheres em tratamento para o câncer de mama no Brasil. Trabalhar para mitigar as desigualdades no acesso ao tratamento ao câncer de mama é essencial nas políticas de saúde. Da mesma forma, é preciso reconhecer a dimensão da espiritualidade para o estabelecimento de cuidados mais holísticos e equitativos às mulheres enfrentando o câncer de mama. Destaca-se a importância de abordagens de tratamento que reconheçam e integrem as dimensões espiritual e social.

SOBRE OS AUTORES

Maira Caleffi. Graduada em Farmácia e Medicina, completou sua residência em Ginecologia e Obstetrícia e é especializada em Oncologia Cirúrgica de Mama pelo Hospital Guy's em Londres, Reino Unido. Concluiu sua tese de doutorado em Medicina na Universidade de Londres, Reino Unido, e realizou pós-doutorado em Genética e Câncer de Mama na Universidade Vanderbilt, Nashville, EUA. Dedicada a melhorar as políticas públicas para ampliar o acesso ao diagnóstico precoce e tratamento adequado de forma ágil para todas as pessoas. Atua como consultora técnica para GBCI WHO e como voluntária, liderando diferentes organizações da sociedade civil.

Alexandre Ben Rodrigues. Cientista Social, especialista em Administração, mestre em Ciência Política e doutor em Filosofia. Atuou pelo Ministério da Justiça, Unesco, Sesc/RS, Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI) e Governo do Estado do RS.

Mely Paula Cimdavila Paredes. Comunicadora, estrategista e planejadora, é graduada em Relações Públicas pela PUCRS, mestra em Políticas Públicas pela UFRGS e aluna de doutorado no mesmo Programa de Pós-Graduação. Com larga experiência em comunicação pública e de impacto social, atua na comunicação digital e institucional desenvolvendo a estratégia e o planejamento de campanhas e projetos, bem como o relacionamento com parceiros e imprensa. Foi professora dos cursos de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da UniRitter e, nos últimos anos, vem se dedicando à coordenação de comunicação em instituições do terceiro setor que trabalham na interlocução entre poder público e os interesses da sociedade.

Gabriele Luise Neves Alves. Biomédica, mestre em Ciências e especialista em Gestão da Qualidade em Saúde, com formação complementar em Comunicação Social e Relações Internacionais.

Erica Ana Hobold. Licenciada em Educação Física, especialização em Educação Psicomotora e em Liderança Comunitária e Gestão de Pessoas, com ênfase em Liderança Organizacional. Possui larga experiência no terceiro setor, desenvolvendo projetos, mobilizando e capacitando instituições sociais em diferentes regiões do país para articulações em rede. Atualmente, trabalha com gestão de relacionamento e é coordenadora de Mobilização da FEMAMA, maior federação de instituições de apoio à pacientes de cânceres femininos em atividade no Brasil.

Gabriel Luz Johnson. Trabalhou com organizações sem fins lucrativos pelos últimos 9 anos. É formado em Jornalismo e Marketing, pós-graduado em Marketing Digital e Gestão de Projetos e atualmente cursa mestrado em Ciências da Comunicação na Universidade do Porto, em Portugal. Começou defendendo os interesses de pacientes com câncer e atualmente trabalha no advocacy de pacientes com fibrose cística, doenças raras e doenças respiratórias, operando projetos, campanhas e eventos de conscientização e acesso no Brasil.

Referências

1. BRAGA, Luis Paulo Vieira. **Compreendendo probabilidade e estatística**. [S. l.]: E-papers, 2010.
2. CABRAL, U. A. **De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203, 1 milhões**. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.
3. DATASUS-SIM. Observatório APS. Mortalidade por câncer de mama. **Observatório Saúde Pública**, c2024. Disponível em: <https://observatoriodaaps.com.br/tema/cancer-de-mama>. Acesso em: 12 set. 2024.
4. FEHER, Shoshanah; MALY, Rose C. Coping with breast cancer in later life: the role of religious faith 1. **Psycho-Oncology: Journal of the Psychological, Social and Behavioral Dimensions of Cancer**, [s. l.], v. 8, n. 5, p. 408416, 1999.
5. FERREIRA, Laura Fernandes *et al.* A influência da espiritualidade e da religiosidade na aceitação da doença e no tratamento de pacientes oncológicos: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [s. l.], v. 66, n. 2, 2020.
6. FRANZOI, Maria Alice *et al.* Advanced stage at diagnosis and worse clinicopathologic features in young women with breast cancer in Brazil: a subanalysis of the AMAZONA III study (GBECAM 0115). **Journal of Global Oncology**, [s. l.], v. 5, p. 110, 2019.
7. IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Educação**. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 11 set. 2024.
8. INCA (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA). Estimativa de 2023: incidência do câncer no Brasil. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa>. Acesso em: 25 mar. 2024.
9. MELO, Paulo Victor Melo; TERSO, Tâmara. Dificuldades no acesso à internet: expressões do racismo estrutural. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/dificuldades-no-acesso-a-internet-expressoes-do-racismo-estrutural>. Acesso em: 10 set. 2024.
10. MOURA, Bruno de Freitas. Brasil tem mais estabelecimentos religiosos que escolas e hospitais. **Agência Brasil**, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024/02/brasil-tem-mais-estabelecimentos-religiosos-que-escolas-e-hospitais>. Acesso em: 24 mar. 2024.
11. SABADO, Melanie *et al.* Role of spirituality in coping with breast cancer: A qualitative study of Samoan breast cancer survivors and their supporters. **Californian journal of health promotion**, [s. l.], v. 8, n. SE, p. 11, 2010.

Submissão em 01 de outubro de 2024

Aceito em 22 de novembro de 2024



revista **DEBATES**

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA